

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bernard Goulart Prietto

**1968: JUVENTUDE E POLÍTICA NO JORNAL CORREIO DO POVO –  
PORTO ALEGRE**

Porto Alegre, 2017.

**BERNARD GOULART PRIETTO**

**1968: JUVENTUDE E POLÍTICA NO JORNAL CORREIO DO POVO –  
PORTO ALEGRE**

*Dissertação de mestrado realizada para a obtenção do grau de Mestre pelo curso de Mestrado do  
Programa de Pós-Graduação em História UFRGS-2016*

Orientadora: Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto.

### CIP - Catalogação na Publicação

Prietto, Bernard Goulart  
1968: JUVENTUDE E POLÍTICA NO JORNAL CORREIO DO  
POVO - PORTO ALEGRE / Bernard Goulart Prietto. --  
2017.  
126 f.  
Orientadora: Céli Regina Jardim Pinto.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2017.

1. 1968. 2. Jornal Correio do Povo. 3. Análise do  
Discurso. 4. Juventude e Política. 5. Manifestações  
estudantis. I. Pinto, Céli Regina Jardim, orient.  
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar como o *Correio do Povo* construiu discursivamente o movimento estudantil no Brasil, que se colocava em franca oposição ao governo militar. Como o jornal figurou seus princípios de sociedade e de comportamento social e político projetados em um ideal de juventude determinada? Busca-se, portanto, entender os significados produzidos no jornal *Correio do Povo*, acerca da juventude em ebulição no ano de 1968, e deste modo, estabelecer a lógica dos posicionamentos político-ideológicos que o jornal partilhava, e assim compreender o posicionamento do periódico acerca da participação dos jovens na política. Para isso desenvolveu-se uma análise de discurso dos textos editoriais e das crônicas de Fay de Azevedo e Gustavo Corção. Dessa forma, o trabalho também procura entender como se dá a ação dos meios de comunicação na sociedade e qual foi o papel do *Correio do Povo* na conjuntura da época. Ao se desenvolver uma análise do discurso dos editoriais e de artigos de opinião, percebeu-se que o discurso político ideológico do jornal e de seus cronistas determina papéis diferenciados e limites de participação política aos jovens.

**Palavras – chave:** Correio do Povo, Fay de Azevedo, Gustavo Corção, Movimento estudantil, 1968.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyse how *Correio do Povo* discursively built Brazil's Student Movement which placed itself against the military government. How did the news paper constructed its political and social behaviour's society principles projected in a relentless youth ideal? Therefore, it seeks to understand the meanings produced by the *Correio do Povo* newspaper, concerning they out the turmoil in 1968, so to stablish the logic behind the ideological and political standings the journal shared, in order to comprehend the periodical's position about they own gone's political engagement. To accomplish that, it was developed a discourse analysis from the editorials texts and chronicles from Fay de Azevedo and Gustavo Corção. In this way, this work aims to understand how the mass media acts on society and what was *Correio do Povo*'s role by the time's context. By developing a discourse analysis from the editorials texts and opinion articles, it was realized that the journal's ideological and political discourse, as well as their article writers, determine different roles and limits to the political engagement to the youth.

**Keywords:** Correio do Povo, Fay de Azevedo, Gustavo Corção, Student's Movement, 1968.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero dirigir meus agradecimentos às instituições que possibilitaram a realização deste trabalho: à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós – graduação em História, ao Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa e ao CNPq pela bolsa de estudos oferecida durante o mestrado. Aos meus professores que me auxiliaram no começo desta pesquisa, ainda na graduação, e nos seu posterior desenvolvimento já no mestrado. Agradeço aos professores Vanderlei Machado, Cybele Crossetti de Almeida, Benito Bisso Schmidt, Carla Simone Rodeghero e à minha orientadora Céli Regina Jardim Pinto por suas imensas contribuições.

De forma parecida com os agradecimentos do meu Trabalho de Conclusão de Curso, refaço meu protesto silencioso com relação ao tratamento dado pelo governo ao Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (MUSECOM) e aos demais setores de educação e cultura do Estado. Embora o acervo do MUSECOM tenha possibilitado o desenvolvimento deste trabalho e de diversos outros, infelizmente ele enfrenta péssimas condições de preservação revelando total descaso do governo do Estado.

Também agradeço imensamente à minha família e à Renata Einsfeld pelo apoio oferecido durante estes anos de mestrado. Aos meus amigos e colegas, que auxiliaram nas correções, dicas e discussões.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AI	Ato Institucional
AP	Ação Popular
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CP	Correio do Povo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Conselho de Segurança Nacional
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
GRTU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IME	Instituto Militar do Exército
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômico-sociais Aplicadas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC- USAID	Acordos entre o Ministério da Educação brasileiro e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
PL	Partido Libertador
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SRNU	Seminários Nacionais da Reforma Universitária
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UME	União Metropolitana Estudantil
UnB	Universidade de Brasília

UNE União Nacional dos Estudantes

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP Universidade de São Paulo

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## Sumário

<b>RESUMO</b> .....	<b>4</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>5</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>6</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>7</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....	17
<b>1.1.2 Das Formas De Discurso</b> .....	19
1.2 O JORNAL CORREIO DO POVO: “Política ideológica imparcial” .....	22
<b>2 MANIFESTAÇÕES DE 1968 E SEUS ANTECEDENTES</b> .....	<b>32</b>
2.1 AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS BRASILEIRAS .....	32
<b>2.1.1 Antecedentes de 1968</b> .....	33
<b>2.1.2 As Manifestações de 1968</b> .....	38
<b>3 EDITORIAIS</b> .....	<b>41</b>
3.1 O JORNAL CORREIO DO POVO E O GOVERNO MILITAR .....	41
3.2 AS QUESTÕES ESTUDANTIS E O JOVEM NA POLÍTICA .....	49
<b>4 ARTIGOS DE OPINIÃO</b> .....	<b>78</b>
4.1 FAY DE AZEVEDO.....	78
<b>4.1.1 A Semana Política e os Movimentos Estudantis</b> .....	79
4.2 GUSTAVO CORÇÃO .....	91
<b>4.2.1 O Clero em Suspeição: religiosos perigosos</b> .....	94
<b>4.2.2 Manifestações Estudantis e Religiosidade</b> .....	101
<b>4.2.3 Manifestações Estudantis e a Juventude</b> .....	106
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>120</b>
<b>7. APÊNDICES</b> .....	<b>123</b>
<b>APÊNDICE A - Tabela Quem Fala? X O que se fala?:</b> .....	123

<b>APÊNDICE B</b> – Tabela de Publicações.....	125
<b>8. Anexos</b> .....	<b>126</b>
<b>Anexo A</b> – Coluna A semana Política .....	126

# 1 INTRODUÇÃO

A década de 1960 foi um período de transformações políticas, culturais e sociais; grande parte do mundo estava convulsionado dicotomicamente pela Guerra Fria e diversos países enfrentavam consequências diretas ou indiretas desta disputa ideológica entre o mundo capitalista e o socialista. Na América Latina, destaca-se os eventos da Revolução Cubana, ocorrida em 1959, que acaba por intensificar a Guerra Fria no continente. Neste período, países de diversas partes do mundo, com diferentes contextos políticos, passaram por momentos de turbulência civil e de transformações motivadas por críticas aos seus regimes políticos, pela contestação dos valores sociais conservadores e das normas comportamentais. Estas motivações eram produzidas por uma nova geração que, em crise, buscava mudanças nas bases da sociedade vigente. O auge dessas mobilizações sociais ocorreu no ano de 1968. Em alguns casos, elas conseguiram paralisar seus países, a exemplo do maio de 68 francês e da Primavera de Praga.

Embora o maio de 68 francês tenha ficado conhecido como a marca e o auge deste momento histórico, ele foi apenas um dentre vários movimentos ocorridos nesse ano. Dos principais pode-se destacar os movimentos nos Estados Unidos, Argentina, Chile, México, Uruguai, Japão, Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Espanha, Itália, Polônia, Tchecoslováquia e Brasil. Estas mobilizações advinham de diferentes matizes políticas que abrangiam desde críticas ao capitalismo, à sociedade conservadora e autoritária, assim como, à falta de democracia do socialismo soviético. No entanto, mesmo que existissem estas diferenças políticas havia elementos parecidos entre os acontecimentos: “a contestação, a rebeldia e a insatisfação foram traços comuns nas múltiplas manifestações. O questionamento, o espírito crítico e a iniciativa criadora de novos cenários políticos acompanhavam aquela atitude”<sup>1</sup>. De acordo com Padrós, os atores destas mobilizações compartilhavam o *status* de serem jovens e eram em sua grande maioria estudantes. Por esta razão que as suas insatisfações recaíram primeiramente sobre o principal ponto de contato destes com a sociedade na qual viviam:

---

<sup>1</sup> PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **1968 Contestação e Utopia**. 2003 p.11.

A crítica ao sistema de ensino esteve presente em toda parte. A insuficiência dos programas, o conservadorismo, o rigor das estruturas burocráticas secundaristas e acadêmicas, a alienação do seu tempo presente, a ausência de criticidade e de democracia nas relações internas representou uma primeira base de tomada de consciência dos estudantes que, evidentemente, vinha enviesada com conotações sociais, ideológicas e políticas. Isto foi o primeiro passo. A virulência da repressão se encarregou de injetar a necessária energia que foi catalisada para dar propulsão à decolagem em forma de espiral crescente, que dimensionou, numa escala global, todos os nichos autoritários. Da denúncia do entulho autoritário na Scola passou-se rapidamente à detecção e ao questionamento da presença autoritária na família, no trabalho, nas forças de segurança, no Estado... A frase “Corre, Camarada, o velho mundo está atrás de ti” foi extremamente fidedigna à reação conservadora diante da crítica poderosa e criativa da geração de 68.<sup>2</sup>

Desta forma, os estudantes organizados atuavam politicamente e socialmente, opondo-se ao sistema estabelecido e exigindo mudanças que se estendiam do governo ao seio das relações familiares. Em contrapartida houve uma reação, que se evidenciou primeiramente pela repressão, mas esta apenas ampliou a rebeldia juvenil e “produziu” a percepção de um abismo entre a velha geração e a nova. A juventude dos diferentes países cultivavam o sonho e a esperança de mudar, mas para isso era preciso agir, e o ano de 68 foi palco destas mobilizações.

Para Hobsbawm, os acontecimentos da década de 1960 seriam uma confluência de diversos elementos característicos do século XX resultantes de dois processos revolucionários, o primeiro no âmbito social e o outro no cultural. Iniciada no pós-guerra, a partir de 1945, a revolução social citada por Hobsbawm teria como ponto de partida o *babyboom*<sup>3</sup> ocorrido ao término da segunda guerra mundial e a diminuição do campesinato mundial, pois “para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960”<sup>4</sup>. Outro fator apontado foi o “crescimento das ocupações que exigiam educação secundária e superior”<sup>5</sup>, provocando um aumento extraordinário na demanda de vagas em ambos os níveis de ensino. Portanto, estes fatores - o grande crescimento populacional, o êxodo rural motivado pelo processo de industrialização, a demanda do mercado por trabalhadores com maior grau de ensino - somados a crença de que a educação poderia modificar o status social e econômico teriam sido as causas primordiais dos acontecimentos de 1968 e de seus prolongamentos em 1969 e 1970. No

---

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Alto índice de natalidade.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. 2015 p.283.

<sup>5</sup> Idem, op. cit., pp. 289.

entanto, somente estes elementos não seriam suficientes para explicar a revolta estudantil e jovem destes anos, é preciso adicionar os componentes da outra revolução, a de caráter cultural. Hobsbawm afirma que “até a década de 1970 o mundo pós-guerra era na verdade governado por uma gerontocracia[...] sobretudo por homens[...] que já eram adultos no fim, ou mesmo no começo, da Primeira Guerra Mundial”<sup>6</sup>. Os jovens nascidos no pós-guerra estavam inseridos numa realidade em mutação onde as concepções do meio burguês, de ordem religiosa, de família e de moral sexual estavam sendo transformadas pela implementação do divórcio, pelo aparecimento da pílula anticoncepcional e por uma cultura jovem emergente que se construía, em boa medida, contrapondo-se ao que consideravam antigo, velho e ultrapassado. Este contexto, apontado por Hobsbawm, vai confluir em um choque entre as gerações. Enquanto que pais, professores e governantes insistiam em tratar os jovens como menos adultos do que eles se sentiam, por sua vez, a juventude passava a negar a humanidade plena das gerações mais velhas. Para muitos jovens, “a vida claramente ia ladeira abaixo depois dos trinta”<sup>7</sup>. Para Hobsbawm:

A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de crianças e mesmo de adolescentes (ou seja, adultos ainda não inteiramente amadurecidos), negando ao mesmo tempo humanidade plena a qualquer geração acima dos trinta anos de idade, com exceção do guru ocasional.<sup>8</sup>

No Brasil este contexto de ebulição política e de transformações sociais e culturais não fora diferente. Durante a década de 60, o país passou por dois momentos distintos: o início da década, com sua grande ebulição cultural e política evidenciada pelo fortalecimento de diversos movimentos que buscavam mudanças nas estruturas da sociedade brasileira e, no segundo momento, após a reação conservadora por meio do golpe civil-militar de 1964, o Brasil passou por um processo de repressão promovida pelo novo governo, com o intuito de eliminar a resistência da esquerda organizada. Porém, o golpe e o posterior governo militar não acabaram com esta resistência e, em alguns casos, até conseguiram silenciá-la. Em outros, nada mais fizeram do que fortalecê-la de maneira intensa. Dessa forma, este segundo momento da década também presenciou a iniciativa de resistência por parte dos movimentos, e sua derrota política

---

<sup>6</sup> Idem, op. cit., pp. 319.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Idem, op. cit., pp.318.

com o aumento da repressão após o Ato Institucional nº5 de 13 de dezembro de 1968. Dentre os movimentos da década de 1960 destaca-se o movimento estudantil, o qual será motivo de uma das principais crises políticas enfrentadas pelo governo militar brasileiro. Marcelo Ridenti ao examinar as razões que motivaram as mobilizações estudantis no Brasil, afirma algo parecido com Hobsbawm. De acordo com Ridenti, durante os anos de populismo (1930 – 1964) fortaleceu-se uma ideologia que vislumbrava a educação como caminho e projeto de ascensão social. Portanto, o que deve ter mobilizado as massas estudantis, nos anos 1960, “foi a frustração das perspectivas criadas durante os governos populistas, isto é, o aparente bloqueio de suas perspectivas de ascensão social, mas também de manifestação cultural e política”<sup>9</sup>. Indício disto, é que um dos setores estudantis mais mobilizados durante os eventos foi o dos secundaristas. Os estudantes integrantes do refeitório e centro estudantil chamado Calabouço – palco de um dos principais eventos do ano - eram provenientes de setores mais pobres da população. Portanto, o que a maior parte dos jovens procurava com as mobilizações de 1968 era a manutenção das mudanças iniciadas nos governos populistas e da perspectiva de desenvolvimento por meio da educação. O bloqueio destas perspectivas, pelo golpe de 1964, fez com que aos poucos estas camadas estudantis se revoltassem contra o governo e a ordem vigente. Para Ridenti:

A ordem social capitalista é a única que os despossuídos conhecem – nada mais legítimo que procurem ascender dentro dela. Mas, quando a luta pela ascensão social assume caráter coletivo, como foi o caso do movimento estudantil brasileiro nos anos 50 e 60 na briga pela reforma do ensino, já há um esboço de ruptura com a ordem vigente, ainda que os objetivos visados fiquem na órbita da ideologia dominante (pois as mudanças propostas reproduziriam a hierarquia social capitalista). Não se tratava mais da tentativa isolada de ascensão social pela educação de indivíduos menos ou mais pobres que, cada um por si, buscariam ingressar e ascender no sistema escolar, ainda que ela não implicasse ruptura com o capitalismo. Aquela luta fazia parte da aspiração dos despossuídos por direitos de cidadãos integrais.<sup>10</sup>

Deste modo, o Brasil também passou por este grande movimento de contestação e de rebeldia juvenil que marcou o ano de 1968. No caso brasileiro, o movimento estudantil se opunha às mudanças educacionais promovidas pelo regime militar e pelo seu caráter autoritário e repressivo de lidar com a questão estudantil, evidenciado pela

---

<sup>9</sup> RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**, 2005 p.142.

<sup>10</sup> Idem, op. cit., pp. 141.

morte do estudante Édson Luis em março de 1968 <sup>11</sup>. Este acontecimento fortaleceu o movimento e principalmente as facções estudantis de oposição política direta ao governo. Ao longo desse ano, enquanto as mobilizações estudantis se fortaleciam o governo reagia por meio da repressão, e a imprensa representava e significava os movimentos brasileiros de acordo com suas concepções político-ideológicas. Embora as mobilizações estudantis brasileiras tenham iniciado em 1967 e seus antecedentes remontam a antes de 1964, cabe apontar que os acontecimentos internacionais de 1968 influenciaram as mobilizações nacionais, e a interpretação que o governo militar e os meios de comunicação construíram acerca dos movimentos estudantis e da juventude brasileira.

Os acontecimentos internacionais e os embates da política brasileira repercutiam na imprensa, que os noticiava na medida do possível devido a censura e de acordo com suas escolhas políticas ideológicas. Ao refletir sobre o papel dos meios de comunicação em sua obra *Mídia e Modernidade*, John B. Thompson considera que a principal importância da imprensa dentro das sociedades modernas está no fato de que:

Os meios de comunicação de massa não são, simplesmente, um entre muitos mecanismos para a inculcação da ideologia dominante; ao contrário, esses meios são parcialmente constitutivos do próprio fórum em que as atividades políticas acontecem nas sociedades modernas, o fórum dentro do qual e até certo ponto, com respeito ao qual os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e ao responder ao exercício do poder de outros. <sup>12</sup>

Embora pareça arriscado afirmar que os periódicos constituam um fórum de debates sobre as atividades políticas - como afirma Thompson - em um contexto de censura e repressão, é possível afirmar que pelo menos até o AI-5 havia certa possibilidade deste debate ocorrer entre os diferentes periódicos. Exemplo disto é o resultado do trabalho de Maria Ribeiro do Valle - 1968: *O diálogo é a Violência* - que ao comparar os posicionamentos da *Revista Visão* e do jornal *Correio da Manhã* acerca dos movimentos estudantis de 1968 identifica diferentes posicionamentos ideológicos

---

<sup>11</sup> No início do ano já havia ocorrido protesto em frente ao restaurante estudantil Calabouço, localizado na Guanabara. O motivo era o aumento do preço que os estudantes consideravam abusivo. Protestos deste tipo continuaram, até que em 28 de março, em nova manifestação da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec), houve um choque entre policiais e estudantes. A polícia entrou atirando dentro do restaurante e vitimou o estudante Édson Luís. A morte provocou comoção nacional e inflamou a revolta estudantil produzindo uma série de manifestações em diversas cidades do país. No enterro do estudante nasceu um juramento feito por seus colegas: “neste luto, começa a luta”.

<sup>12</sup> THOMPSON, John. 2008 *apud* in: ALVES, Bruna Neves. **O visível e o invisível no movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa**. 2004 p. 15.

sendo significativa a crítica do jornal às ações do governo militar acerca das manifestações estudantis. Desta forma, o contexto político de 1968 promoveu um debate entre diferentes periódicos e possibilitou a identificação e o estudo destes posicionamentos na imprensa, que intentavam conquistar a opinião pública, ao mesmo tempo em que procuravam legitimar seu posicionamento em detrimento de outras formas de pensamento opostas aos seus preceitos.

A dissertação que ora introduzo tem como objetivo analisar por meio dos editoriais e artigos de opinião as formas como o *Correio do Povo* apresentou em suas páginas o movimento estudantil no Brasil. A questão central que se busca responder neste trabalho é a seguinte: como o jornal figurou seus princípios de sociedade e de comportamento social e político projetados em um ideal de juventude determinada? Busca-se entender as representações e sentidos produzidos no jornal *Correio do Povo*, acerca da juventude em ebulição no ano de 1968, e deste modo, estabelecer a lógica dos posicionamentos político-ideológicos que o jornal partilhava, e assim compreender o posicionamento do periódico acerca da participação dos jovens na política. Como fontes utilizaremos os editoriais e artigos de opinião publicados no jornal *Correio do Povo* durante o ano de 1968 e que tenham relação com os movimentos estudantis nacionais. Tomaremos especificamente o ano de 1968 por ter sido um momento de radicalização tanto no âmbito nacional quanto internacional, o que intensificou o debate no jornal sobre o papel da educação e da participação do jovem na política. Espera-se, desta forma contribuir para a historiografia sobre a relação da imprensa enquanto agente político-ideológico como modelador da opinião pública. Além disso, pretende contribuir também com uma reflexão acerca do posicionamento político da época acerca da participação dos jovens na política.

A escolha do *Correio do Povo* como objeto de pesquisa se deve a importância deste periódico durante o período estudado, sendo o principal jornal da época no Rio Grande do Sul. Em 1968, o *Correio do Povo* era um dos periódicos integrantes da companhia Caldas Júnior, uma empresa jornalística familiar que centrava todo poder decisório nas mãos do diretor-presidente Breno Caldas, e estava vinculada às elites agrárias e políticas do Rio Grande do Sul. Entre as décadas de 1960 e 1970, o jornal alcançara o seu auge econômico quando foi considerado o periódico de maior rentabilidade entre os diários nacionais, contando com o maior número de assinaturas



pagas de todos os jornais brasileiros, cerca de 90 mil<sup>13</sup>. Durante o período de implantação do Regime Militar no Brasil, o *Correio do Povo* assumiu um posicionamento de apoio ao golpe civil-militar de 1964 que se mostrava por meio de reportagens e editoriais.

Este posicionamento se mantinha durante o ano de 1968. Ele não foi o único, muitos outros também mantiveram um posicionamento de apoio às medidas governamentais tomadas após o golpe, o que foi comum, e aqueles que demonstraram oposição ao governo logo foram eliminados, como o caso do jornal Última Hora e, posterior aos acontecimentos de 1968, o Correio da Manhã. O *Correio do Povo* apoiou os militares desde o primeiro momento em editorial que explicava porque os militares estavam certos. Com relação às mobilizações estudantis de 1968, o jornal identificava uma conexão entre os movimentos, o caráter juvenil de seus atores. Porém, quando comparava as mobilizações nacionais com as internacionais e publicava notícias sobre os diferentes matizes estudantis brasileiros, o jornal promovia formas variadas de significação sobre os grupos estudantis brasileiros, assim como fazia leituras variadas sobre os diferentes acontecimentos internacionais. Estes significados acabavam por promover uma imagem, um modelo de jovem ideal.

## 1.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Ao refletir sobre o uso dos periódicos historiograficamente, Tânia Regina de Luca oferece importantes apontamentos. Em seu artigo *Historia dos, nos e por meio dos periódicos*, a autora caracteriza a imprensa:

De fato, os jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Breno Caldas: meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal**. 1987 p.8 (Dados apontados pela revista Exame, em 1972).

<sup>14</sup> LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**, 2005 p.140.

De acordo com a autora é importante perceber os periódicos como o resultado de um projeto coletivo promovido por um grupo específico de pessoas que o fazem a partir de suas concepções e crenças acerca de determinado assunto. Um jornal, portanto, não seria apenas um local de verdade imparcial e neutra, mas, sim, o produto de um conjunto de relações que promovem determinada forma de interpretar os acontecimentos e a realidade. Capelato e Maria Lígia Prado, no livro *O Bravo Matutino*, enfatizam a parcialidade da imprensa: “ a imprensa fundamentalmente como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos [...]”<sup>15</sup>. Portanto, este trabalho pretende tomar o cuidado fundamental ao utilizar um jornal como fonte, procurando evitar ir buscar no jornal uma informação histórica verídica ou apenas aquilo que queremos confirmar.

A esta perspectiva soma-se outro cuidado importante ao trabalhar com o jornal: a necessidade de entender o contexto de emergência das formas discursivas enunciadas pelo jornal e relacionar estes diferentes aspectos. No artigo *Uma aventura com o Última Hora, o Jornal e a pesquisa histórica*, Claudio Pereira Elmir aborda diversas questões e cuidados para aqueles que trabalham com periódicos. De acordo com o autor é preciso fazer uma operação que expulsa o pesquisador para fora do texto e, ao mesmo tempo, o empurra para dentro:

[...] as determinações que contribuem a explicar a natureza daquilo que se quer investigar são várias e o melhor discernimento sobre isto somente pode ser feito respeitando esta necessária oscilação (dentro/fora) no decorrer da pesquisa. A explicitação e o cotejamento dos diferentes níveis de coerência textual, por exemplo, dependem desta dupla e solidária visada. Para que esta operação resulte exitosa, é preciso saber o que comparar; que unidades – tanto internas quanto externas ao jornal (a serem determinadas pelo investigador) – são passíveis de comparação.<sup>16</sup>

Por esta razão, o presente trabalho segue esta operação na qual se busca elementos externos às folhas do periódico, de modo a proporcionar um olhar acerca das pessoas e grupos sociais vinculados ao jornal. Para isso, este trabalho também se baseará em outras fontes como entrevistas e relatos orais e outros documentos que

---

<sup>15</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**, 1980 p. 108.

<sup>16</sup> ELMIR, Cláudio Pereira, **Uma aventura com o Última Hora: o Jornal e a pesquisa histórica**, 2007 p.15.

possam auxiliar nessa contextualização do jornal, de modo “a identificar o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores assíduos, [...] inquirir sobre as ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros”<sup>17</sup>.

### 1.1.2 Das Formas De Discurso

Como afirmado anteriormente, o *Correio do Povo* esteve junto às forças que levaram a efeito o golpe de 1964 e expressou este posicionamento nas suas páginas. No entanto, mesmo demonstrando esta parcialidade política mantinha um discurso de imparcialidade e neutralidade política. Como o jornal se colocava mediante tal paradoxo? Como isso era trabalhado com seus leitores? Para compreender os significados produzidos pelo jornal sobre seu papel dentro da conjuntura política é preciso entender como se constrói o discurso jornalístico e suas similaridades a outras formas de discurso.

Existem inúmeras formas de discursos e são caracterizados por seus modos de construção. Podem ser classificadas como: discurso religioso, midiático, político, científico etc. Dentre as formas citadas destaca-se a noção de discurso científico que é muito importante para o discurso jornalístico do *Correio do Povo*. Como afirma Céli Pinto, em seu livro *Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney*, o discurso científico caracteriza-se pela “ausência do sujeito e a sua pretensão ao saber”. Ele é construído e legitimado por meio da negação do sujeito, ou seja, daquele que o produz e de todo o contexto no qual está imerso. Deste modo, o discurso científico é diferente dos demais, pois se coloca como um antidiscurso, reivindicando uma capacidade de quase total apagamento do sujeito na construção de um saber objetivo e verídico. Porém, ao mesmo tempo, que o discurso científico apaga a presença do sujeito, é o cientista um dos sujeitos para o qual se atribui maior autoridade no seio de nossa sociedade.

Portanto, a constituição do sujeito cientista enquanto autoridade é duplamente essencial, primeiro porque o legitima no interior da comunidade científica – dá-lhe direito à voz -, em decorrência disto o legitima perante a sociedade como uma autoridade incontestável. Entretanto, o que é mais notável nessa sofisticada formulação

---

<sup>17</sup> LUCA, Tania Regina de, *op. cit.*, p.140.

é o fato que a cuidadosa construção do sujeito cientista é ao mesmo tempo o que o autoriza a organizar o seu discurso como não-discurso, o sujeito se apresenta como o não-sujeito<sup>18</sup>.

Para compreender o discurso jornalístico do Correio do Povo se faz necessário entender como se constrói o discurso científico, pois ambos apresentam características similares, e em diversos momentos o discurso jornalístico fundamenta seus argumentos no saber científico. Como afirma Céli Pinto, o discurso jornalístico ou midiático está baseado em duas características, a busca da verdade e a objetividade. Por esta razão haveria uma proximidade entre o discurso midiático e o científico, no entanto, o sujeito – aquele que fala, enuncia - no discurso científico tende ao apagamento devido sua neutralidade e imparcialidade frente ao objeto decorrendo disto a objetividade científica<sup>19</sup>. No jornalismo a imparcialidade e neutralidade supostamente seriam alcançadas por meio da presença de sujeitos de posições opostas e em disputa, ou da presença de visões divergentes na exposição de determinados fatos, alcançando-se assim a objetividade jornalística. Partindo desta premissa, o único lugar de parcialidade oficial de um jornal seria o seu editorial, onde haveria a expressão da opinião política do jornal. Além disso, enquanto local de parcialidade, restariam apenas os artigos de opinião que corresponderiam às vozes e opiniões de indivíduos autônomos, não necessariamente ligados ao jornal – porém, como veremos esta relação pode ser discutida -. Ao analisar a mídia escrita, e em especial o papel dos editoriais, Pinto afirma:

[...] os editoriais, as páginas de opinião dos jornais são ainda mais veementes ao se colocarem como o discurso da verdade: defendem suas posições a partir dos mesmos princípios do discurso científico, fazem análises cuidadosas, citam autoridades científicas nacionais e internacionais, discutem políticas públicas a partir de indicadores aceitos como confiáveis na academia. O jornalismo escrito busca a objetividade, se coloca como o analista imparcial.<sup>20</sup>

Outra relação possível de se fazer sobre estes discursos é acerca do local de enunciação e de saber. O sujeito-cientista enuncia de um lugar específico que lhe transfere autoridade como as universidades e instituições de pesquisa, enquanto o discurso jornalístico utiliza o sujeito-cientista para se construir como um lugar de saber objetivo e verídico. O jornal busca transferir a autoridade de outras instituições,

---

<sup>18</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney**, 1989 pg.47.

<sup>19</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise do discurso político**, 2005 p. 87.

<sup>20</sup> Idem, op. cit., 2005 p. 87.

principalmente a científica, como ferramentas de construção de sua legitimidade frente ao seu público. Neste sentido, é possível afirmar que deriva desta relação o poder de interpelação de sujeitos pelo jornal, é a capacidade de parecer verdade que constitui sua legitimidade e autoridade para os leitores. Esta pretensão do discurso jornalístico de possuir o princípio da verdade através da utilização do discurso científico vai se mostrar de grande importância durante o período, pois o golpe militar e a manutenção da ditadura se basearam em um elaborado discurso de saber técnico-científico em contraposição ao discurso político. Neste sentido, cabe entender o funcionamento de outra forma discursiva, o discurso político.

Para Céli Pinto o discurso político é aquele que reivindica o poder público “através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade”<sup>21</sup>. Diferente das formas discursivas anteriormente trabalhadas, o discurso político é por excelência um construtor de sujeitos. Todo discurso político precisa interpelar o maior número de indivíduos, disto depende sua sobrevivência enquanto discurso. Por isso necessita construir no mínimo dois sujeitos, o primeiro é o enunciador – aquele que deseja o poder – e que se constrói em detrimento do segundo sujeito, aquele que é enunciado. Aquele que enuncia “se recorta do conjunto dos sujeitos da sociedade, estabelece diferenças” e se coloca como ponto central da fala<sup>22</sup>. Esta construção de diferentes sujeitos evidencia o jogo onde se disputa o poder público. Céli Pinto afirma:

A construção de sujeitos, e portanto o próprio discurso político, está vastamente relacionada com o caráter de luta que a construção deste tipo de discurso envolve. A luta é o jogo de significado, é o jogo da construção do antagonismo: cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. O antagonismo se constrói, e isto é fundamental, pelo esvaziamento do significado do discurso do outro<sup>23</sup>.

Portanto, ao produzir diferentes sujeitos e com significados antagônicos o discurso político se evidencia. A construção de significados que demonstrem uma relação de rivalidade entre coletivos, pessoas, “visões de mundo”, e que são colocados em oposição ou incompatibilidade correspondem à lógica antagônica. Esta nada mais é do que a percepção da luta pelo poder público. No discurso político a ideia de verdade está sempre ameaçada, pois ela depende desta luta contínua de significações.

O discurso político é, portanto, um dos discursos mais complexos da sociedade, sua prática não envolve apenas a construção de uma visão de

---

<sup>21</sup> Idem, op. cit., 1989 p.51.

<sup>22</sup> Idem, op. cit., 1989 pp.52.

<sup>23</sup> Idem, op. cit., 1989 pp.55.

... mundo a partir da luta com outras visões, como a necessidade sempre urgente de construir novos sujeitos que os suportem.<sup>24</sup>

Ao retornarmos para as relações entre discurso jornalístico, científico e político dentro do contexto brasileiro de 1968 evidencia-se uma lógica na qual o governo militar utiliza-se de um discurso dito técnico-científico, em oposição aos políticos, principalmente aqueles anteriores ao regime militar. Ao construir um discurso pretensamente técnico-científico e de negação do discurso político, o regime militar pode construir um discurso muito bem elaborado que lhe apagava enquanto sujeito e o colocava como o detentor da verdade, enquanto deslegitimava sua oposição atribuindo-lhes um caráter negativo. A partir destes pressupostos teóricos, pode-se iniciar as análises dos editoriais, de modo a perceber estas possíveis relações discursivas, evidenciando o alinhamento político-ideológico compartilhado por jornal, governo e outros setores da sociedade brasileira da época. Porém, antes da execução das análises é preciso retomar os preceitos de Elmir e compreender a trajetória histórica do *Correio do Povo*, suas concepções, sua importância na sociedade da época e refletir sobre a relação da imprensa com a sociedade.

## 1.2 O JORNAL CORREIO DO POVO: “Política ideológica imparcial”

O jornal *Correio do Povo* inicia sua trajetória histórica dentro de um clima de guerra civil, onde os ânimos políticos ainda estavam exaltados devido a Revolução Federalista que ocorrera de 1893 a agosto de 1895. O conflito se iniciara devido às disputas políticas existentes entre o Partido Federalista e o Partido Republicano Rio-grandense. O *Correio do Povo* foi fundado em outubro de 1895, apenas dois meses após o término do conflito e seu fundador, Caldas Júnior, sentira pessoalmente os resultados da guerra, já que seu pai, o magistrado Francisco Antônio Vieira Caldas, fora fuzilado por ter apoiado os federalistas durante a revolução. O próprio Caldas Júnior tinha alguns vínculos políticos, visto sua experiência no jornal *A Reforma*, na época órgão do Partido Federalista. Porém, estes acontecimentos não impediram Caldas Júnior de fundar o *Correio do Povo* com um discurso de imparcialidade e neutralidade política. O

---

<sup>24</sup> Idem, op. cit., 1989 pp.56.

editorial de fundação de Caldas Junior - ainda republicado nas comemorações do aniversário do jornal em 1968 - declarava que

O Correio do Povo será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo a feição característica dos jornais modernos e só subordinando os seus intuítos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente. [...] Independente, nobre e forte – procurará sempre sê-lo o Correio do Povo, que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna. [...] Emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, procurará esclarecer imparcialmente a opinião, apreciando com isenção de espírito os sucessos que forem desenrolando e os atos dos governantes, para censurá-los quando reprováveis, para aplaudi-los quando meritórios.<sup>25</sup>

Desta forma, Caldas Júnior posiciona o *Correio do Povo* em seu primeiro editorial, o caracterizando como um jornalismo moderno. O jornal seria independente de qualquer paixão política tentando deste modo se desvincular das disputas partidárias existentes naquele momento. Embora possa parecer distante uma relação entre a fundação do jornal e o contexto de 1968, não o é, pois este excerto originário do primeiro editorial de Caldas Júnior foi retirado de uma manchete de capa em 1º de outubro de 1968. Pensar sobre este editorial, como reportagem de capa no contexto estudado evidencia a constante necessidade de reforço do discurso de imparcialidade e independência do jornal com relação à política.

Sobre a história do jornalismo e esta questão de imparcialidade, em *Tendências do Jornalismo*, Rüdiger afirma que durante o século XIX, os jornais tinham por característica a forte defesa de ideais político-partidários e serviam como órgãos de convencimento e propaganda de diferentes ideologias. No Rio Grande do Sul destacava-se, por exemplo, o jornal *A Reforma* e o jornal *A Federação*, órgãos do Partido Federalista e do Partido Republicano Rio-grandense respectivamente. Porém, durante o início do século XX, no Brasil se fortaleceu um novo modelo de jornalismo originário dos Estados Unidos e ligado ao desenvolvimento do capitalismo, onde os jornais se tornaram empresas com finalidade lucrativa. Neste intuito, os jornais precisavam oferecer uma mercadoria atrativa para o maior número de consumidores e para isso uma das ações adotadas foi afirmar que as notícias transmitidas não teriam influências políticas, sendo assim imparciais e deste modo verídicas. Ao pensar no contexto sul rio-

---

<sup>25</sup>

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº.01, 01.10.1968 p.1.

grandense, onde os ânimos políticos estavam aflorados, o surgimento de um jornal que afirmava-se como veículo de notícias imparciais e neutras, se mostrou como uma grande novidade jornalística. Entretanto, isto não quer dizer que o jornal tenha nascido sem, ou que não tenha um posicionamento político. Para Rüdiger, “*Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais*”<sup>26</sup>. A necessidade de mostrar esta imparcialidade era tão forte que o *Correio do Povo* foi impresso em seu início com um papel cor de rosa, de modo que recebeu a alcunha de o “Róseo”. Isto tudo para demonstrar na materialidade do jornal sua imparcialidade, pois desta forma não seria nem vermelho e nem branco, cores representativas de Federalistas e republicanos respectivamente, ou - como de costume - “maragatos” e “pica-paus”. Tânia Regina de Luca concorda com Rüdiger, e afirma que os imperativos da busca pelo lucro aliaram-se com a necessidade de oferecer uma mercadoria atraente, e por esta razão a lógica de mercado promoveu diversas mudanças no ato de fazer jornalismo, mas de todas a que se destaca é

a mudança de maior monta, e que de certa forma abarca as demais, residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação. Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a “verdade dos fatos”. Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico e cultural.<sup>27</sup>

Portanto, o que ocorreu no século XX foi que os grandes jornais se profissionalizaram enquanto empresas, mas “sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública”<sup>28</sup>. Mas para isso era necessário retomar constantemente esta crença de imparcialidade, principalmente quando a situação política exigia que o posicionamento do jornal se escondesse por trás deste véu de verdade. Esta relação é perceptível no editorial já apresentado acima do aniversário do jornal em 1968 e se repete no ano de 1969, quando em editorial de capa faz uma homenagem aos atuais produtores do jornal por sua fidelidade aos princípios de Caldas Júnior:

A folha que o gênio Caldas Júnior lançou naquele fim de 1895 [...] já era, em verdade, um padrão avançado para a época. Porque sem abdicar do direito e

<sup>26</sup> RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 2003. p. 80.

<sup>27</sup> LUCA, Tania Regina de, *op. cit.*, p.138.

<sup>28</sup> Idem, *op. cit.*, pp.137.



do dever de opinar e de defender os interesses mais altos da coletividade, era, precipuamente, um já aprimorado instrumento de informação. De informação bem apanhada, imparcial e fidedigna.

[...] numa época tão nefastamente assinalada por tão torvos desentendimentos e ações no mundo inteiro, procuramos, intransigentemente, manter-nos fiéis à mesma norma de jornalismo de Caldas Júnior. De defesa dos verdadeiros interesses e aspirações populares – que não se confundem com demagogias, charlatanismos e agitações – e dos direitos e liberdades essenciais da pessoa humana sob a égide da lei e da ordem, a bem do desenvolvimento e do progresso do Brasil.<sup>29</sup>

Deste modo, além de se reafirmar como um local de imparcialidade opinativa de onde emerge uma verdade, o jornal também se colocava como defensor dos interesses coletivos e das aspirações populares como se os interesses inerentes do próprio jornal fossem anulados por esta missão maior. Posteriormente, Breno Caldas ao ser entrevistado pelo jornalista José Antonio Pinheiro Machado sobre a credibilidade do jornal e da questão de imparcialidade respondeu da seguinte forma:

O meu pai entendeu de fazer um jornalismo diferente. Quis fundar um jornal moderno, com uma idéia nova de imprensa para a época: uma idéia em que o jornal fosse um veículo imparcial... quer dizer, imparcial o mais possível, subordinado às circunstâncias, porque a vida está sempre subordinada às circunstâncias. Nós procuramos depois – os que sucederam o meu pai na direção do jornal – obedecer a essa orientação jornalística. E acho que conseguimos.<sup>30</sup>

Esta entrevista ocorreu entre os anos de 1985 e 1986, anos após a falência da companhia jornalística Caldas Júnior. Embora haja uma distância temporal e de contexto político entre a entrevista e o editorial de 1969 é interessante ressaltar que Breno Caldas demonstra dúvida, insegurança ou um cuidado ao falar da dita imparcialidade, posição oposta à defesa inserida no editorial. Esta variação pode ser motivada pela diferença do contexto vivido, de uma nova interpretação de Breno Caldas sobre o assunto, ou o fato de que o público a quem se fala dos dois momentos são bem distintos. Infelizmente não é possível responder o esta questão, mas a citação de Caldas revela um caráter condicionante da imparcialidade do jornal, “as circunstâncias”, já que a vida seria subordinada a elas. No livro comemorativo dos 100 anos do jornal *Correio do Povo, Um Século de Poder: os Bastidores da Caldas Júnior*, Walter Galvani afirma que durante os 100 anos o jornal teve forte influência econômica, política e cultural

---

<sup>29</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior nº. 01, 01.10.1969 p 1.

<sup>30</sup> MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Breno Caldas: meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal.** 1987. p.21.

principalmente durante seu apogeu entre os anos 50 e 70. Esta influência se deveu principalmente porque:

Coincidiu este período de fastígio da Cia. Caldas Júnior com a da aristocracia rural rio-grandense, que mantinha um pacto político tácito com a nascente elite industrial e a já enriquecida categoria dos comerciantes, transformando Porto Alegre na capital efetiva deste poder político e bacia de afluxo de toda esta riqueza. O *Correio do Povo*, que nascera pequeno, liberal e oposicionista na época, tinha indiscutíveis raízes no patriciado rural, mais por vocação do que por origem do fundador.

Aos poucos ele foi se tornando o órgão por excelência da pequena burguesia, embora mantivesse abertas suas colunas, por definição histórica, a todas as correntes de pensamento e suas fileiras a redatores de todas procedências.<sup>31</sup>

Walter Galvani foi jornalista e diretor do *Correio do Povo*, e seu livro é praticamente um artigo comemorativo dos 100 anos do jornal, faltando por isso diversos cuidados metodológicos. No entanto, o livro não perde seu caráter de fonte enquanto um relato de Walter Galvani sobre sua experiência no jornal, como resultados de suas pesquisas individuais e de suas percepções do mesmo. Neste sentido o relato de Galvani é importante, pois aponta a que grupos econômicos o jornal estava vinculado, o patriciado rural e a pequena burguesia rio-grandense. Além disso, ao fim do relato de Galvani, se evidencia a tentativa permanente de reenfatar a imparcialidade do jornal, que seria possível pela publicação de diferentes pensamentos no jornal. Fato que acaba se verificando falso, principalmente quando se propõe a analisar as relações de visibilidade e invisibilidade promovidas pelo jornal, objeto este da dissertação de mestrado de Bruna Neves Alves<sup>32</sup>. Em sua dissertação, Alves demonstra as diferentes formas de visibilidade produzidas pelo jornal *Correio do Povo* acerca dos grupos estudantis entre 1964 e 1968, assim como, publicava determinadas correntes ideológicas estudantis enquanto que tornava invisíveis as outras correntes por não publicar e silenciar os seus discursos e manifestações.

Embora o jornal se promovesse como um guardião da verdade em prol dos interesses coletivos, isto não se verifica visto que economicamente estava vinculado ao patriciado rural e a pequena burguesia riograndense. Desta forma, ao refletir sobre a organização dos jornais enquanto empresas, somada a este discurso de imparcialidade e

---

<sup>31</sup> GALVANI, Walter. **Um século de Poder. Os bastidores da Caldas Júnior**. 1996, p. 536.

<sup>32</sup> ALVES, Bruna Neves. **O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)** Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

busca da verdade para o bem público, e quais resultados são gerados por estas relações dentro da sociedade, Gerson Fraga acaba por definir que esta soma resulta em dois processos distintos: um ideológico e outro pedagógico. Em sua dissertação, *Branco e Vermelhos: A Guerra civil espanhola através das páginas do Jornal Correio do Povo*, Gerson Fraga afirma que os grandes jornais se constituem como instrumentos ideológicos, pois embora sejam concorrentes e tenham seus interesses próprios, inseridos e limitados pela lógica capitalista, todos são mecanismos de divulgação de ideias da classe dominante. Porém ao se colocarem como servidores do coletivo e das aspirações populares se tornam “locais de poder”, ou seja, seriam pontos privilegiados de acesso e de formatação da opinião pública. Ao analisarmos previamente alguns editoriais do *Correio do Povo*, é possível verificar tal postura:

Opinante, mas independente. Sem qualquer ligação ou dependência relativamente a grupos políticos, econômicos ou religiosos. Um jornal para toda a comunidade. Por isso deu-lhe o nome de “Correio do Povo”. “Correio”, para ser veículo de informação e orientação. Em uma palavra; de comunicação. E “do povo”, para este, a todo este, sem discriminações, servir com imparcialidade e veracidade.<sup>33</sup>

Neste editorial comemorativo dos 74 anos do *Correio do Povo* fica evidente a “proposta” do jornal como linha de pensamento e conduta ao se afirmar como “veículo de informação e orientação”. Ao reforçar seu papel como “servo” do povo e da verdade o editorial demonstra a lógica citada por Fraga, assim procurava se manter como um “local de poder”. Neste excerto também expressa o outro aspecto apontado por Fraga, o jornal como instrumento pedagógico. Ao defender seus interesses como algo natural e verdadeiro a grande imprensa visa “educar” a opinião pública, “orientá-los”, nos termos do editorial. Portanto, dentro desta relação de poder se daria a construção discursiva do jornal, assim como a base de sua influência e importância na sociedade. Sem dúvida alguma, o *Correio do Povo* ocupava um local de poder privilegiado na sociedade da época, além de seu grande número de assinaturas, para muitos contava com um status simbólico de verdade. Há diversos “causos”<sup>34</sup> que relacionam o jornal com o conceito

---

<sup>33</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 01, 01.10.1968 p.4 – “*Correio do Povo*”, ano 74.

<sup>34</sup> Um dos “causos” fala de um furo de reportagem do *Diário de Notícias*, que noticiou a morte do papa, enquanto o *Correio do Povo* apenas afirmara da piora de saúde de Pio XII. Disto, conta o próprio Ernesto Correa, dono do *Diário de Notícias* que orgulhoso do furo de reportagem de seu jornal, fora até um barbeiro na rua da praia e lá perguntara sobre a morte do papa, recebendo como resposta: “É... o *Diário* vem com essa aí. O *Correio* não. Vamos esperar o *Correio* de amanhã pra ver se é mesmo verdade!” (GALVANI, 1995: 402). Breno Caldas tem sua versão sobre o mesmo ocorrido, a qual é

de verdade, os quais podem ser consubstanciados na frase: “se deu no Correio é verdade”. No próprio editorial de aniversário, o jornal reconhece esta importância de modo que se considera patrimônio da região e do país:

Até porque nem será imodéstia ter-se consciência do que se é e do que se faz. Ainda mais quando nesta consciência se reflete, inequívoco, exuberante e confortador, o testemunho de gerações que se sucedem, e que se exprime em gestos de apoio, simpatia e confraternidade para com um órgão jornalístico, o qual se tornou menos propriedade de uma empresa privada do que patrimônio de uma cidade, de uma província, de uma região, de todo um país, enfim.<sup>35</sup>

Deste modo, o discurso do *Correio do Povo* trata de se construir como um patrimônio público, não privado, que acima de interesses econômicos e emoções políticas estaria, como afirmara Caldas Júnior, “só subordinado os seus intuitos às aspirações do bem público e do dever inerente às funções da imprensa livre e independente”<sup>36</sup>. Outro elemento a acrescentar sobre a importância da imprensa está relacionado ao ato jornalístico propriamente dito. Ao construir notícias dos mais variados acontecimentos, todo o jornal o faz de duas formas diversas, que tem um peso de verdade diferente. Algumas notícias são apenas republicadas de outros jornais ou de agências de informação, enquanto que outras são produzidas pelos jornalistas - do próprio periódico – na hora e local do acontecido. Portanto, notícias produzidas assim têm um peso de verdade maior do que a primeira forma, pois o jornalista que publica estava lá, “viu a verdade acontecer”. Desta diferenciação surge a importância do jargão “furo de reportagem”. Ao refletir sobre este ponto, cabe ressaltar o papel importante desenvolvido por Flávio Alcaráz Gomes, jornalista do *Correio do Povo*, que estava presente em Paris, de férias, quando os acontecimentos do maio de 1968 irromperam. Deste modo, o fato do jornal estar recebendo notícias “em primeira mão” fortalece – para o público leitor - seu sentido de verdade ressaltando a importância do *Correio do*

---

relatada em sua entrevista com Pinheiro Machado. O Papa Pio XII faleceu no dia 9 de outubro de 1958, e de acordo com Breno, nesta época, os *Diários Associados* estavam investindo pesado no *Diário de Notícias*, principal concorrente do *Correio do Povo*, e neste dia “o *Correio* levou um tremendo furo do *Diário*” (MACHADO, 1987: 20). Os dois jornais tinham contratos com diferentes empresas de noticiário internacional, a United Press enviou para o *Diário* a notícia da morte do papa, e a Associated Press também mandou para o *Correio*, mas a informação não foi captada por um descuido do telegrafista de plantão (MACHADO, 1987: 20).

<sup>35</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 01, 01.10.1968 p.4. “*Correio do Povo*”, ano 74.

<sup>36</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 01, 01.10.1968 p.1. *Reafirmando um Programa*.

*Povo* naquela conjuntura. Além disso, este mesmo fato amplia, enquanto conteúdo interno do jornal, o destaque dado ao assunto.

Porém, esta visão do *Correio do Povo* como verdade, agente imparcial e neutro não era algo unânime na sociedade da época. Devido seu posicionamento em favor do governo, ou em relação a determinados acontecimentos o jornal era identificado como conservador. Com relação a isto, no mesmo editorial comemorativo, o periódico demonstrou suas concepções sobre o assunto:

Este jornal tem sido classificado como “conservador”. Não recusaremos sem jamais repudiaremos o título, se por conservadorismo se entender a preservação, e o aprimoramento, a constante humanização, de certos valores que essencializam a civilização cristã e ocidental, e a cultura latino-luso-brasileira. Mas não a aceitaremos se com isso se pretender significar imobilismo, estagnação, apego a atrasos, subdesenvolvimentos, injustiças, iniquidades, denegações de direitos e liberdades. O que as páginas do “Correio do Povo” tem acolhido, e as opiniões que tem expressado com chancela editorial, agasalhando reivindicações e esposando reformas e inovações, no campo social, econômico, educacional e cultural, valem pelo mais categórico dos desmentidos a qualquer arguição que nesses sentido se faça.<sup>37</sup>

Esta é concepção de conservador do jornal e a visão que ele constrói sobre si enquanto participante da sociedade. Se há parcialidades, opiniões esposadas, são porque estas representam o caminho da justiça e do desenvolvimento social defendidos pelo jornal. Mesmo quando assume sua parcialidade, esta é considerada ou simbolizada como o caminho de justiça e do bem comum. Desta forma, o jornal *Correio do Povo* se construía discursivamente como um estandarte da civilização cristã e ocidental, de verdade imparcial e objetiva. Ao concluir suas reflexões sobre o papel da imprensa na sociedade e o discurso de imparcialidade, Fraga afirma:

A informação perde sua natureza, e passa a operar como um instrumento de dominação capaz de atuar de forma velada, reprimindo e moldando ideias e ações, justificando a ação repressiva quando se fizer necessário, ponderando-a, quando não houver riscos, ou denunciando-a quando lhe parecer conveniente. Assim, podemos ser ora informados de que somos um povo de índole pacífica, ora que possuímos um passado de lutas e de insubmissão a governos centralizadores ou autoritários. Somos alertados de que uma determinada ideologia se constitui em um elemento exógeno à nossa formação, enquanto que outra é perfeitamente adaptável a nossa sociedade por respeitar o conjunto de valores que caracteriza nosso modo de vida.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 01,01.10.1968 p.4. “*Correio do Povo*”, ano 74.

<sup>38</sup> FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)**. 2004, p.33.

Ao construírem este arcabouço discursivo o jornal acabava por esconder sua parcialidade. Dentro desta lógica, a imprensa atua construindo “verdadeiras ‘emoções sociais’, tais como o medo, a necessidade, o patriotismo...”<sup>39</sup>. O esforço da imprensa em produzir um discurso que transmita imparcialidade busca a formação de um senso comum, uma única leitura sobre os acontecimentos, um único estilo de pensamento a ser formado”<sup>40</sup>. Portanto, o *Correio do Povo* é percebido por este trabalho como um instrumento de poder que busca interpelar o maior número de indivíduos possíveis tornando-os sujeitos de um discurso comum originário de interesses específicos. Assim, vinculado a determinados interesses econômicos e políticos age ideologicamente na sociedade. Por esta razão este trabalho busca analisar os editoriais e artigos de opinião publicados no jornal, textos de caráter explicitamente parcial, de modo a compreender como produtores e cronistas se posicionam acerca das mobilizações estudantis do ano de 1968. Este trabalho se divide em quatro capítulos, o primeiro dedicado à apresentação do trabalho, seus objetivos e sua metodologia de pesquisa. No segundo capítulo se faz uma contextualização histórica, de modo a entender o desenvolvimento dos eventos relacionados às manifestações estudantis brasileiras e os acontecimentos internacionais de 1968. O capítulo está dividido em dois itens: o primeiro tratando das manifestações estudantis brasileiras e o segundo item tem por foco os acontecimentos internacionais.

A partir do 3º capítulo iniciam-se as análises dos editoriais e comentários editoriais – textos curtos, de caráter opinativo, separados do editorial, mas que compõem a mesma página. Ao todo são 37 textos analisados no capítulo 3, os quais foram selecionados por abordarem diretamente o assunto das mobilizações estudantis, por estarem de alguma forma relacionados com o tema, ou por demonstrarem algum elemento discursivo vinculado aos agentes envolvidos nos acontecimentos – como o governo, a polícia, os manifestantes, setores religiosos, a imprensa. O capítulo está organizado de modo que se possa compreender primeiramente como ocorre a relação entre o jornal e o governo. No segundo item do capítulo se faz a análise dos editoriais que tratam das mobilizações estudantis e sobre a participação do jovem na política.

---

<sup>39</sup> Idem, op. cit., pp. 32.

<sup>40</sup> Ibidem.

As análises dos artigos de opinião compõem o 4º capítulo. Nele, optou-se pela análise específica de dois cronistas, Gustavo Corção e Fay de Azevedo. Estes cronistas foram escolhidos principalmente pela quantidade e frequência de textos produzidos por eles acerca do assunto estudado. Além disso, a escolha dos dois revela também uma opção de caráter qualitativo, pois os dois representam tipos diferentes de cronistas. Primeiramente Corção era um escritor de reputação que abrangia o nível nacional e seus textos eram republicados no *Correio do Povo*, sendo publicados anteriormente no jornal *O Globo*. Assim, sua análise se faz importante ao localizar o jornal dentro do contexto nacional. Em contraponto, Fay de Azevedo era conhecido apenas no âmbito regional e era um funcionário do *Correio do Povo*. Responsável pela principal coluna de política do jornal, *A Semana Política*, Azevedo tinha certo destaque dentro do jornal, pois sua coluna saía semanalmente, sempre aos domingos, dia de maior vendagem do jornal devido aos *Classificados*. Obviamente existem outros cronistas que tratam do assunto nas páginas do *Correio do Povo*, como Alberto Gosch, Ruy Cirne Lima entre outros. Porém, foram descartados por não apresentarem uma quantidade razoável de textos, ou por não terem uma frequência de publicações no jornal. Ao todo são 26 artigos de opinião analisados sendo 16 de Gustavo Corção e 10 de Fay de Azevedo. Os artigos foram selecionados por tratarem diretamente das mobilizações estudantis ou indiretamente, quando abordam assuntos relacionados aos eventos, como a participação e posicionamento de religiosos, a questão da violência estudantil e policial, o diálogo entre as diferentes partes, e a postura governamental frente aos ocorridos. Esta análise se dedicará evidenciar elementos como a continuidade e descontinuidade de determinados discursos, suas formas lógicas e a construção discursiva dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos.

## 2 MANIFESTAÇÕES DE 1968 E SEUS ANTECEDENTES

### 2.1 AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS BRASILEIRAS

*Comissão Repercuta mal:  
Tarso Dutra defende militares que vão tratar do movimento estudantil  
(Correio do Povo n.º. 78 -05/01/1968 pg. 4)*

O ano de 1968 começa conturbado devido ao conflito entre estudantes e as ações do governo militar. Logo no início do ano se revelam as preocupações governamentais acerca das mobilizações estudantis ocorridas no ano anterior. Em dezembro de 1967, o presidente Costa e Silva baixa um decreto instituindo uma comissão especial que teria a finalidade emitir um parecer conclusivo sobre reivindicações, teses e sugestões sobre as atividades estudantis, assim como propor um projeto que possibilitasse a aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil e supervisionar sua aplicação. A comissão foi constituída no início de 1968 com os seguintes integrantes: Hélio Souza Gomes, diretor da faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Jorge Boaventura de Souza e Silva, diretor da Divisão de Educação Extra Escola do MEC, Afonso Carlos Agapito, promotor, Coronel Valdir Vasconcelos na Secretaria de Segurança Nacional e, como presidente da comissão foi indicado o então Coronel Carlos Meira Matos, membro da Escola Superior de guerra. Por esta razão a Comissão Especial para Assuntos Estudantis acabou sendo conhecida popularmente como Comissão Meira Matos. A reação do movimento estudantil foi rápida, o jornal *Correio do Povo* assinala que, tanto o movimento estudantil de direita quanto o de esquerda, da Guanabara, não gostaram dos integrantes da comissão. A crítica era fundamentada primeiramente na presença de militares e policiais dentro de uma comissão que deveria tratar de assuntos estudantis, havia apenas dois professores nela. O correio do povo reagiu às críticas à comissão, com reportagens onde o ministro da educação defendia a comissão:

O ministro da Educação Sr. Tarso Dutra, referindo-se ao decreto presidencial nomeando uma comissão de cinco membros, chefiada pelo coronel Meira Matos, para examinar as reivindicações estudantis, disse que “as críticas formuladas contra a característica militar de alguns de seus membros são inteiramente infundadas e injustas”. Acrescentou que essas críticas



“correspondem a um odioso preconceito, porque militar também é brasileiro e patriotismo não é privilégio de nenhum setor da comunidade nacional”.<sup>41</sup>

A comissão representava uma preocupação governamental com relação às manifestações estudantis de 1967, mas também estava inserida dentro de uma lógica e de um conjunto de ações do governo militar instaurada no momento do golpe de 1964, que objetivava o controle do meio estudantil e da universidade. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil se construía em torno de dois objetivos básicos. O primeiro estava vinculado às questões estruturais, de qualidade e de acesso à universidade, materializadas principalmente na iniciativa de uma reforma universitária. Enquanto que secundariamente o movimento também se organizava em oposição às ações governamentais, pois se mostravam opostas as primeiras reivindicações estudantis

### 2.1.1 Antecedentes de 1968

Antes do golpe de 1964 o movimento estudantil já tinha grande força e sua principal reivindicação girava em torno de mudanças e reformas a serem efetuadas nas universidades públicas. A chamada reforma universitária era questão antiga, pois se tratava de uma das primeiras reivindicações estudantis enquanto movimento organizado. Uma das primeiras entidades de organização dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE) evidencia em sua história a importância da reforma universitária. Em sua obra *Movimento Estudantil Brasileiro*, Antonio Mendes Jr. destaca o papel da UNE como uma das principais entidades de representação e de organização do movimento estudantil. Ao analisar as demandas da entidade, o autor identifica a reforma universitária como uma das principais bandeiras da UNE, visto que em seu segundo congresso, em 1938, esta já aparecia com uma das suas principais reivindicações:

Mas talvez a tese mais significativa aprovada pelo II Congresso (Nacional de Estudantes) tenha sido justamente a que propunha alterações importantes na estrutura educacional do país, não tanto pela profundidade das sugestões, ou por seu caráter revolucionário, mas pelo fato de tratar de tema diretamente ligado aos interesses de todos estudantes brasileiros.<sup>42</sup>

Esta aspiração dos estudantes da década de 1930 acaba ganhando nova força a partir de 1957 quando a UNE organiza o primeiro Semanário Nacional da Reforma de Ensino que teve como principal assunto o projeto em tramitação da Lei de Diretrizes e

---

<sup>41</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 78, 05/01/1968 p. 4

<sup>42</sup> MENDES Jr. Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. 1981 p.39.

Bases da Educação Nacional. De acordo com Magda Oliveira Pinto, em sua dissertação *A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-1968)*, após este primeiro encontro ocorreram três Seminários Nacionais da Reforma Universitária (SRNU) nos anos de 1961, 1962 e 1963. Segundo a autora, estes seminários serviram de “base estratégica a uma ação estudantil de renovação, cuja força mobilizadora convergiu para uma vanguarda revolucionária e política”<sup>43</sup>. O objetivo central dos seminários era produzir um projeto de emenda constitucional e um substitutivo à LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Tanto as declarações dos seminários anteriores e os documentos produzidos no último tinham pontos em comum, que eram primeiramente a extinção das cátedras vitalícias e um conjunto de ações visando a democratização do Ensino Superior. Magda Oliveira Pinto ao comparar os três seminários afirma:

Por seu turno, há que se ressaltar também que o último dos seminários sobre Reforma Universitária manteve as linhas mestras de transformação da velha universidade preconizada, tanto na Declaração da Bahia quanto na Carta do Paraná. No entanto, seu diferencial, em relação aos dois primeiros debates, não mais partia da teorização das problemáticas da conjuntura brasileira e da estrutura das universidades, as quais deram causa à crise do sistema de ensino superior; voltava-se para o aprofundamento da luta em torno da reforma condensado na articulação conjunta de sua massa estudantil – então ausente, pois o movimento estudantil era produzido por uma minoria, uma cúpula estudantil – com outras forças sociais e populares, visando não somente a luta inerente à própria categoria, mas inseridas no bojo das reformas de base, a reformas mais amplas de transformação social.<sup>44</sup>

A reforma universitária foi um fator decisivo na mobilização política por parte dos estudantes, que, de certo modo, resultou na participação e apoio dos estudantes a “Campanha da Legalidade”, em 1961, e a organização da famosa “Greve do 1/3” que exigia representação estudantil nos órgãos dirigentes das universidades. Desta forma, a demanda e o movimento estudantil acabaram se inserindo no contexto das reformas de base propostas pelo governo João Goulart. Esta mobilização política estudantil se tornou tão evidente que acabou direcionando para si grande parte das ações reacionárias do golpe de 1964. Como exemplo disto, destaca-se a invasão e incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes, em 1º de abril de 1964, e a invasão da Universidade de Brasília (UnB), quando professores e alunos considerados subversivos são presos. Autores, como Marcelo Ridenti, Mendes Jr. e Artur José Poerner enfatizam a

<sup>43</sup> PINTO, Magda Oliveira. **A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68)**. 2010 p.106.

<sup>44</sup> Idem, op. cit., pp. 116.

importância destes acontecimentos para entender as relações entre governo militar e movimento estudantil, pois estas ações são características do posicionamento governamental na forma de tratar os estudantes. A lógica governamental após o golpe é controlar e reprimir as ações do meio estudantil, e neste sentido, João Roberto Martins Filho afirma que para isto se uniram aparato militar e organismos direitistas. Em seu livro *Movimento estudantil e Ditadura Militar 1964-1968*, Martins Filho demonstra como organizações estudantis de direita que não tinham nenhuma expressão passam a se apresentar como autênticas representantes dos estudantes “democratas”. Estas vão ocupar “interventorias criadas pelo regime” e, num primeiro momento, apoiam as ações do novo ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda<sup>45</sup>. Porém com relação à reforma universitária, exigência latente do movimento estudantil, o governo não tinha nenhuma posição definida. Em seu livro *As universidades e o Regime Militar*, Rodrigo Patto de Sá Motta afirma:

[...] no campo dos vitoriosos de 1964, não havia consenso quanto aos rumos da política universitária, apenas a certeza de que a área era estratégica. A ideia de reforma universitária, entendida como extinção das cátedras e enfraquecimento das faculdades tradicionais, encontrava resistência nos círculos de poder, pois muitos professores da área tradicionalista apoiaram o golpe. O próprio ministro da Educação, Suplicy de Lacerda - catedrático da Faculdade de Engenharia da UFPR - figurava entre os céticos à ideia de reforma. Exatamente por isso, na sua gestão, que terminou em janeiro de 1966, pouco foi encaminhado na direção das reformas, sendo ele lembrado mais pelas ações repressivas.<sup>46</sup>

A principal medida do governo com relação à educação no período logo após o golpe e enquanto Suplicy Lacerda era ministro da educação foi a chamada lei Suplicy de novembro de 1964. A lei impunha uma nova regulamentação às entidades estudantis que passariam a ficar submetidas hierarquicamente ao MEC perdendo assim, sua autonomia. Além disso, a UNE e as Uniões Estudantis Estaduais (UEEs) foram oficialmente extintas e substituídas pelas novas instituições. Estas ações produziram grande oposição do estudantado, que estava desarticulado desde o golpe. De acordo com Martins Filho “logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não articulada no meio estudantil, que se aprofundaria depois com a luta contra

---

<sup>45</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar 1964-1968**. 1987 p. 82.

<sup>46</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 2014 p.70.

a ‘Lei Suplicy’<sup>47</sup>. Parte do estudantado entendeu a lei como um retrocesso à proposta de uma universidade mais democrática e uma intervenção autoritária nas atividades estudantis. O golpe de 1964 interrompeu a mobilização estudantil em desenvolvimento, mas não a encerrou. Pelo contrário, aos poucos, as ações governamentais intervencionistas e a repressão militar acabaram fortalecendo o movimento estudantil.

No livro *1968: O diálogo é a violência*, Maria Ribeiro do Valle afirma que a Lei Suplicy produziu uma oposição até dos estudantes de tendência liberal antipopular, que se denominavam “democratas”<sup>48</sup>. Isto provocou a primeira manifestação pública de repúdio ao governo militar em 1965, a qual foi feita por estudantes denominados “direitistas”. No ano seguinte, 1966, a UNE - que havia perdido seu caráter oficial de entidade representativa dos estudantes com a lei Suplicy - por meio do AI-3, foi proibida de funcionar enquanto associação civil e esta ação produziu nova ojeriza do estudantado, o qual promoveu manifestações entre os meses de março e setembro deste ano. No entanto, o movimento estudantil entra em declínio devido à forte repressão, perceptível principalmente durante o evento chamado de “Setembrada”<sup>49</sup>. Quando parecia que o movimento estudantil iria se extinguir houve a descoberta dos acordos MEC-USAID<sup>50</sup> e de sua renovação no início de 1967. Sobre estes acordos Martins Filho afirma:

Efetuados em cauteloso sigilo, os acordos previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na reformulação de uma nova política educacional. No início de 1967, a sua renovação, depois de vir à luz, foi amplamente denunciado e o tema dos acordos MEC-Usaid passou a ser um dos alvos mais frequentes do movimento universitário.<sup>51</sup>

Inerentes aos acordos estavam ações desde a tradução e publicação de livros, como o auxílio na reestruturação de programas de ensino, assim como no planejamento das reformas da educação superior. A descoberta da assinatura destes acordos marca o início da efervescência que acabou por produzir as mobilizações de 1967 e 1968, visto que elas não incomodaram somente ao movimento estudantil, mas também a setores

---

<sup>47</sup> MARTINS FILHO, João Roberto, *op. cit.*, p.83.

<sup>48</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência - Movimento Estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2008 p.33.

<sup>49</sup> MARTINS FILHO, João Roberto, *op. cit.*, p.117.

<sup>50</sup> Acordos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development.

<sup>51</sup> MARTINS FILHO, João Roberto, *op. cit.*, p.130.

influentes da sociedade como partes da Igreja e das forças armadas<sup>52</sup>. Esta revolta acaba se somando a diversas outras, reação às ações políticas governamentais como a diminuição de verbas para ensino público (principalmente o universitário), que teve como um dos resultados a estagnação na quantidade de vagas oferecidas nas universidades<sup>53</sup>. Disto decorreu o problema dos excedentes<sup>54</sup> do vestibular. Em 1967, devido os protestos o governo acaba decretando que todos os excedentes tinham vagas, porém esta ação não resolveu o problema, apenas o adiou tanto que, em 1968, este foi novamente motivo de reclamações. Como afirma Motta,

Apesar dos esforços do governo para aquietar os estudantes, fosse pela via repressiva, fosse com ações “integradoras”, a rebeldia explodiu em 1967-68. No primeiro ano, o tema principal dos movimentos era a denúncia da desnacionalização da educação implicada nos acordos MEC-Usaid. Desde 1966, ataques contra o imperialismo na educação já estavam na pauta das manifestações estudantis, [...]. Mas em 1967 a Usaid tornou-se a principal bandeira dos protestos. A propósito, muitas bandeiras norte-americanas foram queimadas em várias cidades brasileiras. Atacando a influência da Usaid e aguçando o tom antiamericano das denúncias, os jovens brasileiros, à sua maneira, ecoavam também os protestos contra a intervenção no Vietnã, tema que mobilizava a atenção do mundo.<sup>55</sup>

Desta forma, as mobilizações estudantis vão de certo modo se vinculando aos acontecimentos internacionais, visto que havia um clima de crítica às ações norte-americanas, consideradas imperialistas. Além disso, importa salientar que as medidas governamentais fomentaram a reorganização do movimento estudantil, visto que eram medidas contrárias aos anseios expressos nas discussões sobre a reforma universitária, feitos antes do golpe. Porém as ações do governo não resultaram apenas nisto, suas medidas repressivas e autoritárias foram aos poucos fortalecendo os setores estudantis de oposição direta ao governo e são estes setores que lideram os movimentos de 1968. Todos estes acontecimentos evidenciam o posicionamento do regime com relação aos estudantes e suas reivindicações, reprimir e controlar. No entanto, a resistência dos meios estudantis provoca uma mudança na postura do governo militar, como salientado por Motta:

---

<sup>52</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *op. cit.*, p.75.

<sup>53</sup> Idem, *op. cit.*, pp.69. O governo Goulart aumentara o número de vagas oferecidas de 100 mil para 140 mil, entre os anos de 1961 e 1964, e o governo militar não continuou com este processo.

<sup>54</sup> O vestibular não tinha, na época, o caráter classificatório. Passar na prova era entrar na Universidade, porém com o aumento da demanda e a diminuição de verbas por parte governo, ocasionou o congelamento do número de vagas, provocando todo início de ano o problema dos excedentes. Assim eram tratados os alunos que haviam passado no vestibular, mas não tinham vaga na Universidade.

<sup>55</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *op. cit.*, p. 95-96.

A fragilidade do MEC nos anos iniciais do regime militar é inquestionável, assim como a indefinição e a falta de clareza quanto às políticas a adotar para o ensino superior. O período entre 1964 e 1967, no que toca às universidades, foi uma fase de espera e ansiedade em relação aos rumos que o regime militar iria adotar, se haveria ou não reforma, que natureza ela teria. O ano de 1968 foi o momento da decisão, quando, em meio ao aguçamento da crise política, o comando militar decidiu-se por implantar efetivamente uma reforma, levando as autoridades educacionais a reboque.<sup>56</sup>

O ano de 1968 marca esta nova postura governamental, no qual se inicia a construção da reforma universitária.

### 2.1.2 As Manifestações de 1968

Desde o golpe qualquer ação de protesto e manifestação coletiva era tratada com repressão policial. Embora estivesse surgindo a reforma universitária proposta pelo governo, não havia mudança neste quadro, a repressão continuava sendo o procedimento de trato com as manifestações estudantis. No entanto, esta política acaba complicando a situação quando no final de março um estudante é morto por um policial durante uma manifestação no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro.

A morte do estudante Édson Luís marca o auge da crise estudantil, pois a partir deste momento ocorre uma grande comoção pública em favor dos estudantes aumentando a força do movimento<sup>57</sup>. A partir deste momento a mobilização se intensifica, porém a repressão governamental acaba piorando cada vez mais a situação, pois em vistas da repressão aumenta o apoio popular, que se torna perceptível pelo acréscimo de populares participando nas manifestações estudantis, culminando por fim na passeata dos 100 mil e dos 50 mil. Neste sentido, Marcelo Ridenti concorda com Valle e Martins Filho ao confirmar que a repressão pós 64 não destruiu o movimento estudantil, apenas o desarticulou por um curto tempo, e quando o governo passou a tentar controlar o estudantado acabou por promover indiretamente sua rearticulação devido às medidas educacionais repressivas. Em seu livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*, Ridenti afirma que o resultado deste contexto e o auge dessa nova mobilização foram a “Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968, apoiada por diversos grupos estudantis, não-estudantis e pela sociedade em geral na forma de greves, passeatas e atos públicos na maioria das cidades brasileiras com ensino

---

<sup>56</sup> Idem, op. cit., pp. 75.

<sup>57</sup> VALLE, Maria Ribeiro do, op. cit., p.40.

superior<sup>58</sup>. Para tentar resolver a crise estudantil, o governo incrementa a repressão e passa a agir na forma de ameaças. A primeira delas será a suposta decretação de estado de sítio, assunto retomado em diversos momentos da crise. Após a “Passeata dos cem Mil” e dos “50 mil” em junho, o governo por meio do ministério da justiça proíbe as passeatas o que acaba não sendo efetivo, pois as manifestações continuam. A terceira ameaça ocorre após a reunião do Conselho de Segurança Nacional no início de julho que, de acordo com Valle, ratifica a proibição às passeatas, ameaça novamente com a possibilidade de decretação de estado de sítio e por fim faz “um apelo aos responsáveis pelos órgãos de comunicação social para que, patrioticamente, cumpram o seu papel de informar corretamente, a fim de que não se convertam em instrumento de desordem”<sup>59</sup>. Desta forma a imprensa passa a também ser alvo das medidas repressivas, pois ela estaria promovendo e dando força ao movimento. Em complemento a esta informação Valle cita o comentário de Carlos Castelo Branco acerca das medidas concernentes a imprensa:

Não é segredo que, em muitos setores onde se pede o estado de sítio, se pensa que a medida é indispensável precisamente para impedir que os jornais continuem a divulgar, com a liberdade com que vêm fazendo, a ocorrência das manifestações contra o governo ou contra o regime. Já não lhes importa que os jornais condenem a agitação, o que desejam é suprimir a própria notícia da agitação, como se o problema fosse, como na anedota do marido enganado, simplesmente retirar o sofá.<sup>60</sup>

Desta forma fica explícita a preocupação do governo com relação à imprensa e sua intenção de promover por meio da ameaça a verdade oficial que deveria ser “corretamente informada”. Dentro deste contexto o presidente Costa e Silva permanecia em posição oscilatória, pois, ao mesmo tempo que enfatizava em seus discursos a presença de um inimigo interno e ameaçava os “agitadores”, tentava garantir o diálogo com os estudantes<sup>61</sup>. O presidente estava indeciso entre as pressões da linha dura e suas promessas de reabertura democrática cobradas por parte da sociedade civil e imprensa. Dentro desta relação Valle afirma:

A linha dura sublinha, neste momento, a importância do estado de sítio até mesmo para que a imprensa seja submetida à censura, por contribuir com a divulgação dos episódios do Rio de Janeiro para o alastramento do “plano de

---

<sup>58</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 1993 p.130

<sup>59</sup> Cf. “CSN vê contra-revolução e ameaça medidas duras” Correio da Manhã - Apud in: VALLE, 2008: 137.

<sup>60</sup> CASTELO BRANCO, Carlos, apud in: VALLE, Maria Ribeiro do, *op. cit.*,p. 138.

<sup>61</sup> VALLE, Maria Ribeiro do, *op. cit.*,p.143.

subversão”. Agora não está mais em questão a “forma” como os conflitos estudantis são veiculados pela imprensa, mas sim sua total proibição. *Correio da Manhã*, em contrapartida, insiste em que é o próprio governo, por meio de suas medidas repressivas, que está levando a população a aderir aos protestos estudantis.<sup>62</sup>

Desta forma foram se configurando os posicionamentos no segundo semestre do ano. A percepção dos acontecimentos internacionais já estava inserida nos debates que se propunham pensar a crise estudantil. Pelo lado do governo o exemplo do maio francês alimentava a crença de uma conspiração internacional e incentivava as medidas repressivas e neste sentido se enquadra a proibição das passeatas e manifestações. Pelo lado estudantil é perceptível uma nova estratégia se formando. O movimento estudantil se volta a ações nas escolas e universidade para “acumular forças”, ocorre, assim, a ocupação de diversas faculdades, entre elas a Faculdade de Filosofia da USP e deste modo, “há um retrocesso das manifestações de rua e a volta às lutas reivindicatórias, centradas principalmente na preparação do XXX Congresso da UNE”<sup>63</sup>. Foi nesta época que ocorreu a chamada guerra da Maria Antônia, evento no qual os estudantes que ocupavam a Faculdade de Filosofia da USP confrontam os estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O Evento recebeu o nome da rua onde ocorreram os enfrentamentos, e resultou na morte de alguns estudantes, um deles assassinado por Osni Ricardo, estudante do Mackenzie e membro do CCC, Comando de Caça aos Comunistas. O governo que já estava desenvolvendo ações para resolver os problemas estudantis, por meio da formação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU), e se aproveita da repercussão da guerra da Maria Antonia para incrementar a repressão. Disto resulta a nova invasão da UnB, a prisão dos estudantes participantes do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, e por fim a decretação do Ato institucional número 5, em 13 de dezembro.

---

<sup>62</sup> Ibidem.

<sup>63</sup> Idem, op. cit., pp. 166.



### 3 EDITORIAIS

O presente capítulo examina os editoriais do *Correio do Povo* que se ocupam do movimento estudantil. Os editoriais são um espaço privilegiado de posicionamento político ideológico do jornal. O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira analisa como o próprio jornal se coloca em relação ao governo militar então em curso. Na segunda parte se ocupa do discurso do jornal sobre o movimento estudantil e da forma como constrói a sua percepção de juventude.

#### 3.1 O JORNAL CORREIO DO POVO E O GOVERNO MILITAR

No início do ano de 1968 há poucos editoriais sobre as questões estudantis, em comparação aos meses mais movimentados do ano. Nestes primeiros editoriais é possível notar algumas características do discurso do jornal acerca do governo. No editorial *Pobreza e Oportunidade*<sup>64</sup> há um elogio ao governo de São Paulo, o qual teria ampliado os investimentos na educação, o que possibilitaria a diminuição da pobreza e evitaria “oportunistas” e futuras desordens, como as ocorridas no ano anterior. Afirma ser importante que as mais diversas populações do Brasil recebam a mensagem alentadora da pátria e é por esta razão que a iniciativa do governo federal, a “Operação Rondon”<sup>65</sup>, mereça elogios, assim como a atitude do governo de São Paulo. Portanto, é possível perceber nos editoriais a reverberação de uma das demandas estudantis

---

<sup>64</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 77, 04/01/1968 p.4. *Pobreza e Oportunidade*.

<sup>65</sup> O projeto Rondon foi um dos primeiros programas educacionais efetivados pelo governo militar no pós – golpe de 1964. O nome é uma homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, militar que no início do século XX fazia expedições ao sertão do país sendo um dos percussores na luta em defesa dos povos indígenas. A ideia do programa surgiu em 1966 e tinha por proposta levar os estudantes universitários a conhecer a realidade do interior do território brasileiro. A primeira experiência foi executada em 1967, onde um grupo de professores e estudantes conheceu o território de Rondônia e a realidade das povoações amazônicas. Posteriormente, o projeto expandiu-se para além da região amazônica tendo o Mato Grosso como novo objetivo. Durante a crise estudantil do final dos anos 60 o projeto torna-se uma das principais propagandas do governo militar. No *Correio do Povo* o projeto ganha destaque em diversos momentos, tanto em seus editoriais e notícias, quanto nas crônicas. Gustavo Corção, Fay de Azevedo, Alberto Gosch, Mozart Pereira Soares, estão entre os cronistas que tecem elogios e ponderações ao projeto.

expressas no ano anterior, a de “Mais verbas”. Em um comentário editorial<sup>66</sup> do mesmo dia, intitulado *Mal e Origem*, o jornal comenta uma fala do economista Humberto Bastos que teria afirmado haver na época “mais analfabetos do que em 1920”. O editorial considera tal afirmação uma “desprimorosa constatação”, pois haveria mais analfabetos em 1968 do que em 1920, porém a proporção não seria a mesma, já que esses seriam na década de 20 cerca de 70% da população brasileira, e em 1968 essa seria de 40%. Depois dessa crítica à fala do economista o jornal cita o ministro Rondon Pacheco, o qual afirmara que “dentro de oito anos, a chaga do analfabetismo poderá estar extirpada do organismo nacional”<sup>67</sup>. Na sequência, o jornal enfatiza a importância da educação, pois a falta dela seria a origem dos demais problemas, e que esta seria a área que mais atraia a atenção do governo lhe dando precedência sobre as demais áreas. Porém, mesmo aparentemente defendendo o governo o jornal também demonstra um tom de cobrança:

Essa precedência, entretanto para sair do campo puramente teórico dos estudos, levantamentos e planificação, exige a rápida concessão de verbas vultosas, pois é exatamente à falta de recursos financeiros na proporção de vida que deve imputar o alastramento do analfabetismo no país. O problema educacional é, antes de tudo, um problema de dinheiro. E, sem este, de nada valerão belas palavras e belas intenções, como nos tem ensinado, de sobejo, as amargas experiências do passado.<sup>68</sup>

Este último trecho do comentário é interessante, pois apresenta um jornal, que mesmo tendo elogiado o governo expressa a preocupação que a educação deveria sair do campo teórico e partir para a prática, se não, ao governo correria o risco de repetir “as amargas experiências do passado”. Ao fazer esta alusão ao passado o jornal se referencia aos governos anteriores ao golpe, que não teriam feito nada além de “belas palavras e belas intenções”. Desta forma, o jornal tece um aviso ao governo militar utilizando-se de características atribuídas aos governos anteriores. Importa perceber, que na crítica ao economista está implícita a ideia de que a educação melhorou desde 1920, porém o jornal encerra dando a entender que os governos passados pouco fizeram além de “belas palavras”. Outro elemento que chama atenção é a conexão que há entre o texto editorial, e seu elogio ao governo de São Paulo por fazer maiores investimentos na

---

<sup>66</sup> Este trabalho utiliza o termo *comentário* para referenciar os pequenos textos de caráter opinativo expostos na página do editorial do *Correio do Povo*, mas que não estão inseridos no texto editorial, e se localizam logo abaixo.

<sup>67</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n°. 77, 04.01.1968 pg. 4 – *Mal e Origem*.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

educação, e o comentário exigindo “verbas vultuosas”, demonstrando a preocupação do jornal com esta questão.

Na continuidade do ano, os editoriais de fevereiro que envolvem os problemas educacionais demonstram novamente a preocupação com os investimentos na educação. No comentário *Aluno/Professor* publicado em 08/02/1964 o jornal cita artigo do ministro do planejamento, Roberto Campos, que afirma haver no Brasil uma média de cinco alunos por professor enquanto que a proporção média internacional seria de 12 para 1. Ao citar outros estudos, exemplos e casos mais agravantes o jornal conclui que é preciso ocorrer uma reestruturação do ensino, que não fique apenas no papel. No dia 20 do mesmo mês, o editorial *Acusações e realidades* é todo dedicado a uma nota produzida pelos reitores das universidades federais ao término de suas reuniões do Fórum Nacional dos Reitores. No documento, os reitores expuseram as dificuldades atuais das instituições de ensino e demonstraram insatisfação com a visão apresentada à opinião pública de que eles, os reitores, seriam “pedintes impenitentes” sempre em busca de “mais verbas”. Também afirmam que “culpa têm os legisladores, por uma legislação intervencionista, subjugadora, entorpecente que até 1962, data da vigência da Lei de Diretrizes e Bases, impedia qualquer iniciativa da universidade”, e na mesma lógica atribuem culpa também a universidade “por sua atitude submissa e pouco reivindicadora, tímida e tolerante quando deveria ter sido agressiva e exigente”<sup>69</sup>. Na continuidade o jornal destaca alguns elementos da nota, e concorda com reitores quando estes afirmam que os problemas educacionais não são culpa dos atuais governantes, mas sim de um passado de “erros, falhas e omissões”. Por esta razão, o jornal conclui que não é possível que reitores e os atuais governantes resolvam com rapidez problemas antigos e complexos. Mas o jornal acrescenta que parte dos problemas advém da organização estrutural do ensino, assim o editorial recupera o comentário do dia 08, pois haveria dinheiro mal gasto em cursos e faculdades em demasia. Esta quantidade exagerada de faculdades seria também, para o jornal, culpa de interesses eleitoreiros dos antigos políticos demagogos. O editorial encerra com um aviso:

Não se perca de vista que neste país nem tudo funciona bem. Diga-se até que muito pouca coisa funciona bem não se queira, portanto, que a Universidade, que é de criação recente, possa desde logo apresentar-se perfeita, impecável, modelar. O que é cabível, e racional, sim, é que se lute para que ela passe a

---

<sup>69</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 116, 20.02.1968 pg.4 *Acusações e realidades*.

organizar-se e funcionar melhor do que a generalidade das instituições nacionais, que proverbialmente tão mal funcionam.<sup>70</sup>

Ao retomar, o tema de “mais verbas”, o editorial enfatiza que não se podem querer mudanças rápidas, isto não seria cabível e nem racional, de modo, que toda a luta deve ser por uma organização e funcionamento melhor das universidades públicas, ou seja, qualquer luta fora deste espectro não seria válida por ser irracional.

A temática financeira continua como principal preocupação. Em 23 de fevereiro, no editorial *Excessos e excedentes* o jornal retoma a temática, posicionando-se sobre um dos grandes dilemas educacionais brasileiro da época, os excedentes. A figura do excedente foi um dos motivos que inflamaram os movimentos estudantis de 1967 e 1968, e naquele momento o jornal demonstrava, às vésperas do ano letivo, sua preocupação com o tema. O editorial inicia com ironia ao relacionar o problema dos excedentes com o jargão “a História se repete”. Para o jornal o problema dos excedentes foi gerado, paradoxalmente, pela excessiva proliferação de escolas e universidades. Para apoiar essa tese o editorial cita pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômico-sociais Aplicadas (IPEA) e pelo ministério da Educação e Planejamento, que tem por conclusão a seguinte afirmação: “o ineficiente aproveitamento das disponibilidades escolares e a desordenada proliferação de universidades e faculdades de ensino superior são os dois principais entraves à expansão do ensino universitário, no país”<sup>71</sup>. A partir desta percepção o editorial explica como o governo pretende resolver esse problema organizacional, e de acordo com suas palavras, seria “corrigindo distorções e racionalizando a ministração do ensino do grau mais elevado, no país”. Deste modo o jornal vai evidenciar a chamada “operação-productividade”, programa governamental que resolveria os problemas por meio de um “esforço de ampliar as matrículas nas modalidades profissionais consideradas prioritárias para o desenvolvimento, procurando aproveitar ao máximo da produtividade das unidades de ensino já instaladas”. Ao finalizar, o editorial responde aos excedentes e seus familiares:

De uma momentaneamente irreversível verdade devem capacitar-se governantes, pais e filhos, neste país: o ensino superior deve ter condicionada a sua ministração às disponibilidades financeiras existentes, às necessidades nacionais e ao mercado de trabalho com que se conta – para o que se devem selecionar os mais aptos. Os que não o forem deverão conformar-se com a

---

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 119, 23.02.1968 - pg. 4. *Excessos e excedentes*.

obtenção do ensino de grau médio, em suas várias modalidades, e com essa base se lançarem na luta pela vida.<sup>72</sup>

Deste modo, após evidenciar programa do governo, ao qual é atribuída a característica da racionalização, o jornal retoma a questão financeira afirmando que esta é um condicionante para a questão das vagas, e por esta razão os pais e seus filhos excedentes devem conformar-se e aceitar sua condição. No final do mês de março, a temática financeira vai se somar às comemorações de aniversário da “revolução de 31 de março de 64” e também do término de um ano do mandato de Costa e Silva.

No editorial *Um ano de governo*, afirma-se que o “movimento” de 64 tinha por finalidade a negação e eliminação do modelo político anterior marcado por forte “demagogia agitacionista, corruptora e subversiva que ameaçava, em seus alicerces, a estabilidade da ordem sócio-econômico-política do Estado brasileiro”<sup>73</sup>. Neste sentido, o jornal afirma que o governo anterior, de Castello Branco, e o de Costa e Silva corresponderam com as finalidades do movimento de 64, pois “A ordem sucedeu à desordem; a disciplina, à indisciplina; e a decência e a compostura, à corrupção e ao desalinho. O país deixou de viver sob o signo da demagogia, da irresponsabilidade e da agitação. Este mérito não se pode negar aos governantes de pós-64”<sup>74</sup>. Esta afirmação do jornal demonstra uma lógica inerente a um discurso político, na fala são construídos dois sujeitos distintos, o primeiro é o governo militar que é representado por características como a ordem, a disciplina, a decência e compostura. Em contrapartida o jornal retoma sua crítica às “amargas experiências do passado”, ou seja, o governo anterior que é vinculado a ideia de desordem, indisciplina, corrupção e desalinho. Não existem qualidades para o governo anterior, enquanto que somente o governo militar, com suas qualidades, teria capacidade para a reorganização financeira necessária para o país e para a educação nacional. Ao final, o editorial afirma que se o governo estiver cometendo indecisões, erros ou omissões é dever criticar, mas esta deve ser “lúcida, patriótica e construtiva”. Cabe ressaltar também sobre este último editorial, que o jornal dedica parte para transcrever trecho do discurso de Costa e Silva sobre o movimento de 31 de março de 1964. Ao término do trecho transcrito, Costa e Silva afirma que:

Assim, a mais importante, a mais significativa conquista, dentre todos os objetivos estabelecidos, foi esta de o governo conseguir, no seu primeiro ano

---

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 141, 21.03.1968 p.4. *Um ano de governo*.

<sup>74</sup> Ibidem.

assegurar essa mudança de regime sem nenhuma agitação política, militar ou social – demonstração evidente do sentimento geral de confiança nos propósitos da atual administração e na sua capacidade de manter a ordem sem recursos à violência.<sup>75</sup>

Esta fala específica de Costa Silva expressa naquele momento histórico, dia 21 de março de 1968, acaba por ter certo tom irônico, já que se iniciam diversos protestos estudantis dias após essa publicação, e que devido ao recurso da violência empregado pelos agentes policiais levam a morte do estudante secundarista Édson Luís de Lima Souto uma semana após a publicação.

Ao analisarmos estes primeiros editoriais do ano de 1968 é possível verificar alguns elementos que se intensificarão ou se modificarão durante o ano, principalmente por causa do incremento das manifestações estudantis posteriores a morte de Édson Luís. O *Correio do Povo* não produz críticas diretas ao governo; os agentes do governo recebem uma visibilidade destacada, havendo falas reproduzidas na íntegra do presidente e de seus ministros; e, pela construção de uma lógica de discursos políticos radicais de esquerda e direita, onde o sujeito governo é significado como portador de virtudes - guardião da ordem, reformador, honesto, racional, não-demagógico, disciplinado, inovador, um governo com vontade de realizar e acertar - em oposição aos governos anteriores classificados como demagógicos, corruptos, subversivos, irracionais e representantes das mazelas nacionais – o adversário é construído como negação. Nos primeiros editoriais do ano, o jornal também se coloca no papel de fiscalizador do governo, pois este terá a função de apontar erros e omissões quando o governo vacilar ou errar. Porém, é somente após o incremento das manifestações que fica mais aparente esta postura, e isto ocorre após o assassinato do estudante Édson Luís.

A partir dos acontecimentos relatados acima, a violência será uma característica e um dos principais motivadores das manifestações estudantis de 1968 e, como afirma Maria Ribeiro do Valle<sup>76</sup>, uma das formas de “diálogo” entre manifestantes e governo. É neste tom, e sobre este tema, que o editorial de 31 de março é produzido. Nele é possível verificar parte do posicionamento assumido pelo jornal com relação ao que considera ser seu papel social e alguns dos elementos que irão caracterizar as

---

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> VALLE, Maria Ribeiro do. *op. cit.*, 2008.

perspectivas de análise posteriores, ou seja, o posicionamento do jornal acerca das manifestações e sobre a participação do jovem na política.

O editorial *ORDEM SEM VIOLÊNCIAS* é a primeira manifestação oficial do jornal *Correio do Povo* acerca da morte do estudante. Sobre o texto, chama atenção o seu título. Normalmente os títulos editoriais do jornal seguem a norma culta, na qual cada palavra de um título recebe a primeira letra maiúscula. Porém, diferente dos outros, o título desta edição é apresentado com todas as letras maiúsculas, como se representasse um comando, uma determinação, um grito, ou algo a ser fortemente evidenciado. O início do texto revela a utilização de trechos de editoriais anteriores, como o do dia 21.03.1968, no qual se enfatiza o 4º aniversário da “revolução de 1964”, que apresenta o evento como “*uma tomada de posição diante de uma diátese demagógica, agitação e desordeira. Ao mesmo tempo em que está sendo, e o deve ser, custe o que custar, um ensaio de reordenamento e democratização*”<sup>77</sup>. Este excerto aponta e evidencia o posicionamento do jornal, já percebido em outros editoriais. Porém, o termo “*custe o que custar*” revela o nível de apoio ao governo, o que é importante de evidenciar em um editorial que trata da morte de um estudante produzido por agentes do estado.

Na sequência, o editorial explica a repetição de informações ao afirmar que “*o quadro já foi aqui muitas vezes pintado, mas não será demais que, ainda uma vez, seja repintado para refrescar e reavivar a memória dos contemporâneos e para informação das gerações futuras*”<sup>78</sup>. Portanto, o editorial constrói uma breve explicação dos motivos para o movimento de 1964, com base na mesma lógica política já utilizados anteriormente, como “a UNE corrompia e desatinava a mocidade estudantil...” e o governo que busca “reformular, reformular, renovar e inovar” – que até pode errar ou ter errado, mas teria inegavelmente “a vontade de realizar e acertar”. Esta explicação é construída principalmente como uma lembrança direcionada às gerações futuras, que naquele momento constituíam as manifestações. Desta forma, o jornal se afirma como portador de um papel pedagógico buscando criar um jovem consciente das razões do movimento de 1964. Além disso, é perceptível a mesma lógica do discurso político: o texto constrói dois significados distintos, a UNE corruptora e o governo reformador,

---

<sup>77</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 150, 31.03.1968 p. 4 *ORDEM SEM VIOLÊNCIAS*.

<sup>78</sup> Ibidem.

inovador e que, embora não seja perfeito, está tentando acertar. Ao término do editorial, o jornal entra finalmente no assunto importante a ser tratado, a morte do estudante Édson Luís. O texto inicia deixando subentendida uma pergunta:

Por dolorosa e lamentável coincidência (a não ser, é uma simples conjectura, que tenha havido uma trama diabólica para forçar a coincidência, ou para explorar o acontecimento), às vésperas da data de hoje registrou-se, na Guanabara, o que toda Nação está profundamente deplorando: as tropelias e cenas de sangue, de que resultaram a morte de um estudante e lesões corporais em muitas pessoas.<sup>79</sup>

A construção da dúvida é significativa no editorial, pois quem são os culpados da morte do estudante? A princípio seriam os policiais em ação e, conseqüentemente, o governo. Mas, ao “conjecturar” que tenha sido uma trama diabólica, tanto governo como policiais se tornam também vítimas, assim como o estudante. Os culpados são os outros, àqueles de quem sempre se fala: os demagógicos e agitadores, a UNE corruptora, as minorias estudantis. Após levantar esta dúvida, o jornal continua suas explicações sobre o fato afirmando que há um “clima de agitação e desordem que minorias estudantis, envenenadas por ideias extremistas e dissolventes”, que ocorre também em todo mundo. Porém, mesmo percebendo todas estas questões, para o jornal nada justificaria violências policiais homicidas. Mesmo assim, este “nada” também teria suas exceções, pois a “força só deve ser empregada em casos extremos para revidar ao seu próprio emprego”. Desta forma, o jornal acaba por produzir um libelo autoritário no qual a ambigüidade é sua grande marca, porque se coloca como um defensor dos direitos individuais e contra a sanha homicida de policiais que produziu a fatalidade dolorosa (a qual pode ter sido uma trama diabólica de alguns, e não um acidente). Entretanto, ele lembra didaticamente a todos o porquê deste governo estar no poder e que, “*custe o que custar*”, irá reordenar e redemocratizar o país. Outro ponto importante de ressaltar neste editorial é o posicionamento com relação à violência policial. Para o jornal nada a justifica, e deve ser usada apenas como revide. Esse vai ser o principal argumento dos policiais envolvidos nos ocorridos, de tal forma que o comandante da operação, General Niemeyer, justifica a ação violenta afirmando que “a Polícia Militar atirou por se encontrar numericamente inferior aos estudantes, inclusive em quantidade de armas”<sup>80</sup>. Esse argumento de revide vai permanecer continuamente nas notícias publicadas pelo jornal. Estes diversos elementos novos serão melhores analisados

---

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> VALLE, Maria Ribeiro do, *op. cit.*, p.43.



posteriormente, importando agora finalizar a análise sobre como o jornal se constrói enquanto sujeito discursivo e, qual seria seu papel social.

### 3.2 AS QUESTÕES ESTUDANTIS E O JOVEM NA POLÍTICA

Após a morte do estudante secundarista no Rio de Janeiro, há um aumento de manifestações estudantis em todo o Brasil, que provoca uma soma de 16 editoriais abordando o assunto direta ou indiretamente. No dia 2 de abril, ao tratar da “interiorização”<sup>81</sup> do governo federal, o jornal repete parte dos argumentos do editorial do dia 31 de março, porém seu enfoque principal é reforçar que minorias estudantis querem se aproveitar do “acidente” com o estudante:

Mas a presente conversão de Porto Alegre em Capital simbólica da federação se faz num momento grave, delicado e de molde a infundir justificadas apreensões, em face dos acontecimentos desenrolados na Guanabara e de que resultou a morte de um estudante. E da agitação que se pretende instaurar no país, tomando como pretexto a lamentabilíssima ocorrência, para torpemente explorar o cadáver do acadêmico.

No nosso editorial de anteontem, sob a epígrafe “ordem sem violências” colocamos o infausto acontecimento nos termos em que precisamente deve ser colocado. Ninguém ignora o clima de agitação e desordem que minorias estudantis, envenenadas por idéias extremistas ou dissolventes (aliás não só no Brasil como em todo o mundo), ainda teimam em forjar. Mas nada justificará que se use de violências policiais homicida contra estudantes. A força só deve ser empregada em casos extremos para revidar ao seu próprio emprego. [...] A agitação e desordem devem ser contidas. Mas sem excessos tropelias e violências.

[...]Se há perversos ou desatinados que querem a guerra dentro das nações, e entre elas, os que amam a paz tudo devem fazer a prol da plenitude<sup>82</sup> de seu reinado.<sup>83</sup>

Deste modo, o jornal reforça a construção desse sujeito, a minoria estudantil, que além de serem poucos, são perversos e desatinados e aproveitam-se da morte do estudante Édson Luís para causar desordem. Em nenhum momento são citados os motivos e razões das manifestações anteriores à morte do estudante, essas são apenas consideradas agitações e desordem. Além disso, essa minoria não existe só no Brasil, mas em todo mundo, fazendo nova referência aos movimentos estudantis em outros

---

<sup>81</sup> Programa governamental que transferia a sede do poder executivo para outra capital do Brasil. Tinha por objetivo integrar e atender as demandas próprias de diferentes regiões do país.

<sup>82</sup> Grifo meu.

<sup>83</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 151, 02.04.1968 p. 4. *Governo, Rio Grande e Ordem.*

países. Ao fim, o jornal repete a lógica de ambiguidade que marcou o editorial de 31 de março, pois nada justificaria as violências policiais contra estudantes. Entretanto, “a agitação e desordem devem ser contidos” e se existem perversos ou desatinados que querem guerra, aqueles que amam a paz “tudo devem fazer” para mantê-la. Por coincidência, no mesmo dia dessa publicação o exército ocupava a Guanabara com a determinação de evitar a "desordem" e as violências do dia anterior<sup>84</sup>. Os estudantes haviam ignorado a proibição governamental de se fazerem manifestações estudantis no dia 1º de abril. O resultado disso foi uma passeata de cerca de 40 minutos seguida pela forte repressão policial. Neste período entre as passeatas do dia 1º e a missa de sétimo dia de Édson Luís houve as primeiras ameaças de decretação de estado de sítio no ano<sup>85</sup>.

A morte de Édson Luís acabou por gerar revolta em diversos lugares do Brasil, Porto Alegre foi um destes locais. Na tarde do dia 02 de abril, estudantes secundaristas e universitários desenvolveram um conjunto de ações de protesto. O editorial *Severidade para com os desordeiros* afirma que “Porto Alegre também teve o seu quinhão nas desordens e depredações programadas pra todo o país a pretexto de protesto contra a morte de um estudante, no incidente ocorrido, dias atrás, na Guanabara”. Na primeira frase do editorial, é perceptível a retomada da ideia de desordem programada sob a desculpa da morte do estudante, porém outros pequenos elementos chamam atenção nesta afirmação. O primeiro ponto importante é a transformação do assassinato do estudante em um “incidente ocorrido”, como se a violência perpetrada pelos policiais contra a manifestação estudantil no restaurante Calabouço fosse apenas um acidente. Na sequência, o jornal afirma que o editorial se ateve aos ocorridos até a hora da publicação do jornal, mas se ocorressem outros acontecimentos, após a publicação do editorial, estes seriam relacionados à “mesma linha pré-ordenada de perturbação da ordem pública”. O editorial descreve os acontecimentos da seguinte forma:

O que houve ao fim da tarde de anteontem este jornal noticiou, dentro de seu padrão de jornalismo, com objetividade e exatidão. Grupos de estudantes universitários e secundaristas, engrossados por indivíduos não ligados aos meios estudantis, formando pequenos contingentes e partindo da Praça Parobé, promoveram uma série de desordens. Enquanto uma turma agia num local, outra já desencadeava sua ação predatória em ponto diverso, realizando movimentos dispersivos para, dessa maneira, desorientar e perturbar a reação policial. Quer dizer: uma sucessão de ações, como dissemos, tecnicamente

---

<sup>84</sup> VALLE, Maria Ribeiro do, *op. cit.*, p.54.

<sup>85</sup> Idem, *op. cit.*, pp. 59.

pré-ordenada, e não espontaneamente brotada da indignação da mocidade estudantil.<sup>86</sup>

No começo do excerto, o jornal se reafirma enquanto portador de um discurso de exatidão e de objetividade defendendo, assim, de antemão, seu pronunciamento acerca do assunto. O jornal afirma que estudantes somados a “indivíduos não ligados aos meios estudantis” promoveram desordens. . Chama a atenção, neste trecho, um novo elemento, os “indivíduos”, e em torno disto é possível fazer um questionamento: quem são eles? Aqui se verifica uma construção discursiva particularmente importante para os propósitos de nossa análise. O jornal faz uma clara divisão entre estudantes e infiltrados, tratando, desta forma, de recuperar a imagem do estudante. Os presentes seriam uma minoria (a maioria estaria estudando). Quem fazia o movimento eram infiltrados. Obviamente, a utilização dos “indivíduos” faz referência aos “outros”, aos agitadores, etc. que aparecem nos editoriais anteriores. Outro elemento é a utilização da palavra desordem em substituição a palavra manifestação ou protesto, o que acaba por produzir sempre o mesmo sentido aos estudantes envolvidos nestes atos, o de criminosos desordeiros que agem de maneira predatória. Para quem lê o significado produzido e a impressão que fica é de que os bárbaros passaram pelo centro de Porto Alegre. Ao fim do excerto, o jornal tenta deslegitimar a ação ao colocar em suspeição o protesto estudantil por ser organizado, como se para ser um protesto legítimo fosse necessário ser totalmente espontâneo.

No mesmo editorial, aparece uma crítica aos estudantes por protestarem contra ações dos EUA, mas não pronunciavam nenhuma palavra acerca das violências promovidas contra os estudantes na Polônia soviética<sup>87</sup>. Portanto, conclui o editorial, esses estudantes querem “convulsionar o país e tocar o sentimentalismo popular com a exploração de cadáveres de vítimas das tropelias por eles mesmos engendradas e promovidas”<sup>88</sup>. É interessante como o acontecimento da morte do estudante Édson Luís se transforma no discurso do jornal. No primeiro momento, em 31 de março, era uma “lamentável coincidência” – que podia ser uma trama diabólica – e passa a ser

---

<sup>86</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº.153, 04.04.1968 p.4. *Severidade para com os desordeiros*.

<sup>87</sup> Em janeiro de 1968 notícias sobre mobilizações estudantis na Polônia e sua posterior repressão ganharam destaque no jornal. Havia a interpretação por parte do jornal de que estes movimentos eram uma mostra da insatisfação com o governo soviético da Polônia.

<sup>88</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº.153, 04.04.1968 p.4. *Severidade para com os desordeiros*

considerada um “incidente ocorrido”, uma “tropelia” engendrada e promovida pelos estudantes, em 04 de abril. O jornal já não tem mais dúvidas, a culpa é dos estudantes. Ao mesmo tempo, em nenhum momento a ação da polícia ou a violência estatal é criticada de forma direta, pelo contrário o editorial transfere a culpa da violência apenas para os estudantes, e legitima mais ações violentas por parte do governo ao firmar que:

Se, por um lado, cabe ao governo não atropelar direitos ou suprimir liberdades, e dirigir a Nação pelo caminho da democratização, por outro lado não poderá ele agir com frouxidão e complacência com relação aos que querem, a todo transe, perturbar a ordem e desencadear a mazorca, usando como instrumentos minorias estudantis desatinadas[...].<sup>89</sup>

Deste modo, o estudante, o jovem que protesta vai ser descrito como uma minoria irracional e desatinada que serve - em transe, como se fosse hipnotizado - como instrumento de desordem. Em contrapartida, logo abaixo deste editorial e ao lado esquerdo da página, de modo a ser lido logo após o editorial, o jornal tece um comentário intitulado *Diálogo com estudantes*. Nele o jornal cita a visita de vários universitários, integrantes do Projeto Rondon, ao gabinete do Ministro do Interior Albuquerque Lima, que ressaltara os significados do projeto. Para o jornal o projeto tinha grande importância:

Esta atitude do ministério do Interior de possibilitar a grupos universitários oportunidades de percorrerem regiões críticas do país, aplicando seus conhecimentos, realizando estudos e observações [...] escolhendo novos campos para as suas atividades tem validade para alçar-se a uma zona de grande diálogo, capaz de trazer a serenidade aos moços e dar conteúdo a uma política de aproximação entre estudantes e governo.<sup>90</sup>

Enquanto o editorial apresenta as tropelias provocadas por estudantes desatinados, na mesma página o jornal volta a evidenciar um dos projetos do governo militar efetivados até aquele ano, o projeto Rondon. E, como consequência, o projeto aparece como a solução para os problemas apresentados no editorial, já que ele pode alçar uma “zona de diálogo capaz de trazer serenidade aos moços”, possibilitando a aproximação entre governo e estudantes. Cabe ressaltar que, dentro da zona de “diálogo” produzida pelo projeto, o único sujeito a se modificar é o estudante, pois estes encontram serenidade em contraposição às irracionalidades e desatinos do editorial. O sujeito governo não precisa se modificar. Também, nesta lógica de “diálogo” no qual apenas os jovens agem, chama atenção o editorial de 10 de abril, intitulado *Mensagem*

---

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 153, 04.04.1968 p.4. *Diálogo com estudantes*.

*aos moços*. Nele é apresentado o pronunciamento de Costa Silva na aula inaugural de 1968, da Universidade Católica de Pelotas. Para o jornal, o pronunciamento “deve ser meditado pelos jovens” por ser um “hino de esperança e um chamamento patriótico”<sup>91</sup>. Após, o jornal publicou parte da fala do presidente Costa e Silva, destacando as partes que ele se dirigia a juventude, e ao fim o editorial termina da seguinte forma:

Na sucessão de acontecimentos sensacionais na escala nacional como na ordem mundial, talvez não se haja a juventude das escolas brasileiras voltado suficientemente para as palavras presidenciais de Pelotas. Elas constituíram, entretanto, um hino aos moços. E, como este é um País de jovens, de adolescentes e de crianças, um País em que 52% da população tem menos de 20 anos, bem se pode concluir que de fundamental é, realmente, o papel das gerações futuras, que se hão de preparar, pelo estudo, pela formação moral e pelo culto dos deveres cívicos e do amor à humanidade, para bem cumprirem os seus deveres perante uma mundo em transformação, um mundo inquieto, um mundo interrogativo ainda, mas que deve procurar ver sinais alentadores de dias melhores, empregando, ao invés do desatino e da violência, a inteligência, o estudo e o trabalho.<sup>92</sup>

Portanto, segundo o *Correio do Povo*, os jovens universitários devem meditar sobre as palavras do presidente, já que elas são consideradas pelo jornal como um “hino aos moços”. Deste modo, as palavras do presidente, se meditadas, têm a capacidade de transformar jovens desatinados e violentos, em seres inteligentes e trabalhadores. O sujeito presidente carrega a marca da sabedoria, ao mesmo tempo, toda vez que o jornal se refere às ideias de violência e irracionalidade elas estão vinculadas ao sujeito jovem. No início da fala de Costa e Silva publicada pelo jornal, o presidente aborda a ideia de diálogo. Entretanto, ao observar o papel do jovem colocado pelo editorial, nota-se que a lógica de um “diálogo”, para o jornal *Correio do Povo*, é algo no qual somente um único sujeito deve agir, se modificar, e este é o jovem. Enquanto cabe ao presidente apenas enunciar suas palavras, caracterizando-as próxima ao que se poderia chamar de sábias palavras. Enquanto os estudantes devem meditar e deste modo, se transformar.

Na sequência do mês de abril, ocorre um atentado a bomba ao jornal *Estado de São Paulo*, no qual teria se ferido o porteiro da empresa. O jornal *Correio do Povo* publica um editorial sob o título de *Atentado e Teste*. A princípio, o assunto não tem conexão nenhuma com as manifestações estudantis, contudo a leitura do jornal demonstra que não. O início do editorial relata parcialmente o atentado, e o jornal afirma ser um crime “tão condenável como excessos ou violências de que sejam vítimas

---

<sup>91</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 158, 10.04.1968 pg.4. *Mensagem aos moços*.

<sup>92</sup> Ibidem.

estudantes ou quaisquer outros cidadãos”<sup>93</sup>. Deste modo, o editorial inicia uma conexão simbólica entre o atentado e as violências sofridas pelos estudantes nas manifestações. Na sequência, ao abordar a outra perspectiva do editorial, o “Teste”, o jornal finaliza essa conexão da seguinte forma:

Estamos, por conseguinte, diante de um teste. De um teste. De um teste de sinceridade com referência a manifestações que se dizem favoráveis à liberdade de exteriorização do pensamento. Todos aqueles que, justa ou injustamente, na medida ou fora desta, protestam contra atos que a ferem estão agora no dever de expressar a sua frontal condenação aos extremistas e agitadores, e aos seus cúmplices ou instrumentos, conscientes ou não, que estão usando a arma do terrorismo em detrimento da ordem pública e social, e da liberdade de opinar. E estão, igualmente, no dever de apoiar, e dar-lhes cooperação, às medidas governamentais contra os agentes da subversão. Os que assim não procederem estarão, com a sua abstenção e o seu silêncio, fazendo uma tácita confissão de hipocrisia quando falam em defender a liberdade. Porque aquilo que realmente querem é liberdade para destruir a liberdade. Para o fim da implantação de um regime totalitário de esquerda, nos moldes do fidelcastrismo ou de algo similar.<sup>94</sup>

O jornal relaciona o atentado às manifestações e protestos estudantis. Deste modo, o “teste” referenciado pelo jornal tem relação com uma disputa discursiva, pois aqueles envolvidos em protestos por liberdade de expressão devem se pronunciar acerca deste atentado, denunciando seus realizadores e apoiando as medidas governamentais de combate à subversão. Negar tal tarefa é considerado pelo jornal uma demonstração de hipocrisia. O jornal tece, deste modo, uma defesa veemente às ações governamentais. O governo faz o que faz, pois é um guardião que apenas defende a liberdade.

No mês de maio, internacionalmente o destaque será as manifestações em Paris, no Brasil o fato de destaque é o relatório final da Comissão Meira Matos. De acordo com o comentário editorial, *Vinculação ?*, o ministro afirmara que a partir daquele momento o governo teria um “roteiro seguro para a solução dos problemas estudantis, dentro das normas democráticas”<sup>95</sup>. No entanto, o jornal pergunta se realmente o relatório seria o suficiente para lidar e resolver o problema estudantil. De acordo com o comentário, há muitas razões para as reclamações, agitações e tropelias “a que se entregam estudantes, no nosso como em vários outros países”<sup>96</sup>. Obviamente, para o jornal, existiam problemas de estrutura a serem resolvidos, porém as exteriorizações estudantis “portando retratos de ‘Che’ Guevara e Ho Chi-Mihn e bandeiras

---

<sup>93</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 168, 23.04.1968 p.4. *Atentado e teste.*

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 187, 16.05.1968 p.4. *Vinculação?*

<sup>96</sup> Ibidem.

vietcongues”, demonstravam o caráter político destes movimentos. Deste modo, o jornal conclui que apenas uma reforma radical do ensino não adiantaria, pois parte dos movimentos visam a “derrubada do regime dito ‘burguês’ ou capitalista”. O jornal propõe:

Para se resolver o problema estudantil – digamos mais amplamente – o problema educacional brasileiro, necessário se torna não só dar nova estrutura e nova ética, ao ensino como chamar à razão ou, dentro da lei e não usando de violência senão para reprimir a violência, neutralizar a vanguarda extremista que agita e tumultua a vida das universidades, no país.<sup>97</sup>

Portanto, para acabar com o problema estudantil brasileiro seria preciso convencer, trazer à razão a vanguarda extremista implicitamente irracional e desatinada. Novamente o jornal constrói esta relação entre razão e irracionalidade. Enquanto o governo carrega o signo da razão, os estudantes que demonstram seu posicionamento político carregam o signo da irracionalidade, por isto que a solução se resume em duas alternativas: convencê-los de sua irracionalidade, ou - para os mais resistentes na sua “loucura” – “neutralizá-los”. Como o próprio jornal afirma, o neutralizar seria dentro da lei, usando a violência “para reprimir a violência”, ou seja, ele retoma o discurso de que as violências utilizadas são para revidar violência. No entanto, é importante lembrar a ambiguidade dos textos anteriores do jornal ao usar jargões como “custe o que custar” ou “tudo tem que fazer”, quando se referia ao governo militar e a promoção da paz e da ordem. Neste sentido, o comentário de 30 de abril se mostra como exemplo. Depois de terminada a série de acontecimentos na Paris do Maio de 68, o jornal publica um comentário editorial intitulado *O Custo da Crise*, no qual cita o cálculo de economistas sobre um custo de bilhões de dólares por causa da semana de produção perdida devido às manifestações. Isso sem adicionar os “vultuosos danos causados pelas depredações dos ‘raivosos’”<sup>98</sup>. Deste modo, o jornal toma o acontecimento como exemplo e utiliza este argumento para conclamar políticos e autoridades que “se voltem, mais atenta e decisivamente, para a complexa problemática em cujo bojo se encontram os fatores dessas crises potenciais. Para todos eles! A fim de contê-los e neutralizá-los, a tempo, antes que se dê, ou se provoque, a explosão”<sup>99</sup>. Diferente do comentário anterior, o jornal não se preocupa mais em fazer ressalvas com relação à violência, ou com a lei.

---

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n°. 199, 30.05.1968 p.4. *O Custo da crise*.

<sup>99</sup> Ibidem.

Fica explícito o não dito: façam algo, antes que algo aconteça. Assim, o Maio francês passa a ter um significado especial para o jornal, ele é o exemplo a não ser seguido, o oposto do que o Brasil quer. É nesta lógica que o comentário editorial do dia 1º de junho vai se construir. Ao anunciar a abertura de uma fábrica de equipamentos elétricos em Minas Gerais, fruto da associação de capitais brasileiros e franceses, o jornal afirmou que “vai o país, assim, construindo a sua grandeza. Que haja paz e tranqüilidade e nunca a deprimente bagunça do maio francês! – e o subdesenvolvimento será mesmo superado, para que tenhamos o Brasil vigoroso, feliz e realizado que todos sonhamos”<sup>100</sup>.

No desenvolver dos acontecimentos, o jornal continua suas publicações sobre as aparições e pronunciamentos de Costa e Silva. No comentário do dia 02 de junho, é transcrito parte do pronunciamento do marechal feito na comemoração de 150 anos do Museu Nacional. Nele “o presidente [...] disse que caminha ao encontro da juventude, ‘justamente inquieta em face da insuficiência dos meios que recebemos dos nossos antepassados e predecessores’[...] Nem tudo frutifica tão cedo quanto desejamos”<sup>101</sup>. Depois disso, Costa e Silva afirma que no “domínio da cultura, da ciência e da tecnologia” aspira deixar uma obra à altura da ambição de todos os brasileiros, por isso, “empreendemos a reforma universitária e, com ele, [...] teremos caminhado ao encontro das aspirações da juventude”<sup>102</sup>. Novamente é destacada uma fala do presidente direcionada aos jovens, nela aparecem elementos anteriormente destacados no discurso do jornal, como a referência aos problemas herdados dos “antepassados e predecessores”, assim como uma perspectiva apaziguante, que tenta acalmar os ânimos explicando que não se pode resolver estes problemas rapidamente. Dessa forma, Costa e Silva anuncia a reforma universitária como algo que, dentro de determinado tempo, irá resolver as aspirações estudantis. Em contraposição, o jornal continua comentando e reafirmando seu posicionamento acerca dos estudantes:

Lúcidas e conciosas palavras, sem dúvida. Mas passíveis de dois reparos. Primeiro, quanto à motivação da inquietude dos estudantes, não raro descambo para o desatino e a turbulência. Se é certo que eles têm motivos para não estarem satisfeitos com o ensino que recebem, perceptível é, no

---

<sup>100</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 201, 01.06.1968 p.4. *Alta Tensão*.

<sup>101</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 202, 02.06.1968 p.4.

*Empreendamos*

<sup>102</sup> Ibidem.



entanto, o caráter ideológico e político que minorias ativistas imprimem às manifestações estudantis.<sup>103</sup>

Novamente o jornal ressalta os estudantes como um sujeito irracional, que descamba para o desatino e turbulência. Também reafirma a sua preocupação com que chama de problema da minoria estudantil de caráter político, e se as ações governamentais seriam contundentes o suficiente para resolver este problema. Dentro desta lógica de deslegitimação das manifestações estudantis, é publicado no dia 7 do mesmo mês o editorial *O Nervo do Ensino*, tratando de um despacho sobre a ocorrência, no dia 5, de uma reunião de reitores das universidades federais ocorrida no ministério da Fazenda que tinha por pauta a questão das verbas. Na reunião teriam ficado acertadas as soluções dos “mais prementes problemas financeiros das referidas universidades”<sup>104</sup>. Sobre isto o jornal comenta:

Mas, pela nota divulgada, parece que, afinal, medidas ficaram concertadas, conducentemente à solução dos mais prementes problemas financeiros das referidas universidades. Se assim foi, não terão justificativa as greves estudantis programadas. Será, antes, mais um pretexto para agitação. Para essa nebulosa agitação que, neste momento, invade os meios universitários de nada menos de onze países.<sup>105</sup>

Dentro da lógica do jornal, os estudantes não precisam mais continuar as manifestações programadas por causa de uma promessa feita dois dias antes do publicado e, se eles o fizerem, estarão mal intencionadas buscando apenas a agitação. Não é possível divergir da opinião do editorial. O estudante deve acatar a interpretação do jornal, ou fazer parte do grupo de agitadores, desatinados e irracionais, os outros. Também, dentro desta lógica, todos os movimentos nos onze países são parecidos, constituídos, portanto, de jovens estudantes levados ao desatino. Desta forma, o jornal resume todos os problemas motivadores das manifestações em uma única solução, a distribuição de verbas que considerada o “Nervo do Ensino”, solucionaria todos os problemas estudantis. Porém uma das motivações de protesto estudantil no Brasil era o fim da cátedra, ou seja, motivos que não estavam necessariamente ligados às verbas, mas sim à organização do ensino superior brasileiro.

No dia 28, era publicado outro comentário editorial, no qual se demonstrava que as Universidades norte-americanas também estavam enfrentando falta de verbas. Por esta

---

<sup>103</sup> Ibidem.

<sup>104</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 206, 07.06.1968 p.4. *O Nervo do Ensino*.

<sup>105</sup> Ibidem.

razão, o jornal questiona se este problema ocorre num país “superdesenvolvido”<sup>106</sup> como o EUA, imagina no Brasil. Desta forma, o título do comentário *Sensatez*, aponta para o sentido buscado pelo jornal com esta publicação, e nesta lógica afirma:

O que é necessário é a que predomine, entre os estudantes, além da vontade de realmente estudar, e sempre nas melhores condições possíveis, a lucidez, a sensatez, o respeito à lei e à ordem – o que não impede o batalhar, calorosamente, por suas fundadas e legítimas reivindicações.

Não devem dar ouvidos a energúmenos, a fanáticos ou a agentes da subversão, dentro de planos pré-estabelecidos de escalada do Poder, fazendo da ingenuidade estudantil um simples instrumento para isso.

É preciso, sim, mais verbas, melhor ensino, mais vagas nas faculdades. Mas, depois de séculos de imperfeições e deficiências, tudo isso não pode cair do céu, da noite para o dia, magicamente. E, muito menos, por obra da desordem e da truculência.<sup>107</sup>

Enquanto que no editorial do dia 07, exigia-se uma rápida reação do movimento estudantil devido à promessa de verbas, no comentário do dia 28, o jornal afirma que é necessário aos estudantes manterem a sensatez e a lucidez, pois os problemas, imperfeições e deficiências de séculos não podem ser resolvidos “da noite para o dia”. Portanto, eles devem ter calma e não dar ouvidos aos argumentos subversivos. Antes caracterizado como irracional, agora o estudante aparece como um ser ingênuo que deve compreender, que magia não existe e, por isso, é necessário ter paciência e respeitar as leis e a ordem.

No final do mês de junho, o jornal publica um comentário editorial dedicado ao Projeto Rondon. Nele o jornal tece novo elogio ao projeto do governo, pois este terá a capacidade de motivar a juventude a servir à pátria ao desenvolver assistência às populações mais pobres do Brasil. No comentário produz nova caracterização do sujeito estudante.

Faz-se, não raro, uma injusta generalização do problema estudantil brasileiro, lançando-se sobre o nosso estudante de grau superior o anátema de que seja um ausente dos problemas racionais verdadeiros, deixando-se empolgar e conduzir apenas pela ação de minorias mais que suspeitas, porque berrantemente identificáveis, e que procuram explorar o ímpeto e a imaturidade dos que ainda não deixaram a escola, para levá-los ao protesto, á rebeldia e até às barricadas. Na verdade, o próprio fato de que os pronunciamentos dos jovens inconformados se observa em todos os continentes e em todas as ideologias – em Nova York, ou em Varsóvia, em Calcutá ou Praga, em Pari ou no Rio de Janeiro – é bem sinal de que há uma crise de âmbito universal, crise que exige a meditação das altas lideranças.<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> Termo usado pelo jornal para caracterizar países como o EUA.

<sup>107</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 223, 28.06.1968 p.4. *Sensatez*.

<sup>108</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 225, 30.06.1968 p.4. *Projeto Rondon*.

Depois de permanentemente construir o sujeito estudante como um ser irracional, ingênuo e desatinado, agora, o jornal se esforça para desfazer essa imagem afirmando que existem estudantes indignados em todos os continentes e em todas as ideologias, e que isso seria uma amostra de uma crise mundial. Por isso é importante um projeto como o Rondon, pois “é imperioso, realmente, motivar a juventude. Dar-lhe razões para que confie.”[...] “O projeto Rondon é, assim, uma ideia feliz. E que se desenvolve no justo momento, porque a juventude de hoje não mais se conforma em ser mera espectadora dos sofrimentos nacionais”<sup>109</sup>. Neste sentido, o projeto teria a capacidade de trazer à razão estes jovens que não aceitavam mais a sociedade, e faria com que eles comesçassem a se preocupar com os verdadeiros problemas do Brasil e, por este motivo, o jornal finaliza afirmando que “a operação Rondon merece o aplauso e a ajuda de todos os bons patriotas”<sup>110</sup>.

O mês de julho começa com um editorial sobre o resultado das eleições francesas após o Maio de 68. A “enxurrada de votos nos gaullistas”<sup>111</sup> nas eleições legislativas torna-se um exemplo para o jornal *Correio do Povo* que passa a utilizar este resultado como argumento para afirmar que as pessoas têm repulsa a quaisquer forma de desordem. Nesta lógica o editorial afirma:

O povo francês um dos mais inteligentes do mundo e sempre propenso, em muitas de suas camadas, a exageros de liberalismo ou a destemperos de radicalismo; pois esse mesmo povo francês, por esmagadora maioria, disse ‘não’ ao agitaçãoismo, à violência, ao motim, a guerrilha urbana. Foi a derrota das barricadas pelo voto livre, depositado na urna eleitoral, em todo os rincões da França. [...]

A imensa maioria dos franceses, com os parisienses à frente, manifestou-se, inequivocadamente, a favor da autoridade constituída, do Governo, do presidente Charles de Gaulle. [...] o homem francês, na genuinidade de sua expressão mais representativa, se viu, lucidamente, diante de uma alternativa: ou apoiar o governo, vale dizer, a lei, a ordem jurídica, a estabilidade, sem prejuízo de um reformismo afeiçoado ao espírito da época e às necessidades do país; ou apoiar a desordem, a anarquia, o caos, que levaria, inevitavelmente, a um torvo totalitarismo. À supressão de todas as liberdades e ao confisco da própria dignidade da pessoa humana, imolada no altar do Estado deificado e conduzido com mão de ferro pela cúpula de um partido liberticida.<sup>112</sup>

Este texto é uma demonstração da lógica pedagógica do jornal, onde há uma simples contraposição entre bem e mal. Os movimentos do Maio francês são reduzidos

---

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> PONGE, Robert. ZEMOR, Fernando. **Da Primavera de Praga às barricadas de Paris**. In: HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968 Contestação e Utopia*. 2003 p.49.

<sup>112</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 227, 03.07.1968 p.4. *Repulsa à desordem*.

à anarquia, ao caos e à desordem, enquanto que o governo constituído representa a estabilidade e a ordem. Assim, a experiência francesa é transformada em um argumento de legitimação e apoio ao governo brasileiro por meio deste elogio à ordem e à lei. No dia 4, ocorre no Rio de Janeiro nova manifestação, a passeata dos 50 mil que termina novamente sem violências devido à ausência da polícia. Contudo, no dia 5, o ministro da Justiça Gama e Silva emite um comunicado oficial, em nome do governo federal, proibindo todas as autoridades – principalmente os governadores – de autorizarem a realização de manifestações tendo a responsabilidade de tomar as medidas necessárias para impedi-las<sup>113</sup>. Neste contexto de reforço da repressão, o jornal retoma a argumentação baseada nos acontecimentos franceses no dia 09 de julho, ao publicar um comentário editorial com a mesma lógica. *O ônus da desordem*<sup>114</sup> trata novamente das estimativas de perdas financeiras francesas decorrentes do movimento de Maio. Também é citado o caso do Uruguai que já teria estimativa de enormes perdas, e o caso brasileiro que felizmente seria uma perda de menor escala, devido às “passeatas” (aspas do jornal). Desta forma o jornal caracteriza as passeatas da seguinte forma:

Tudo isso comprova a necessidade de se impedir essa forma grosseira e ridícula de postular reivindicações indefinidas.

Não se questiona o direito de desaprovar, reclamar, reivindicar. O que não é admissível é perturbar ou paralisar a vida das cidades, tolhendo, aos que querem trabalhar e produzir, o exercício de suas ocupações.

Esse “brinquedo” merece a repulsa da “intelligentsia” nacional.<sup>115</sup>

Ao definir as passeatas estudantis como formas grosseiras e ridículas de reivindicação, além de considerá-las brinquedos - logo os estudantes são crianças -, o jornal legitima a determinação do ministro da justiça demonstrando a necessidade de acabar com elas. Neste momento, após as Passeatas dos Cem Mil e dos 50 mil, é perceptível a grande preocupação do governo com as manifestações. Algumas medidas são tomadas, por exemplo, a criação do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). O combate à “agitação” ganha importância no Conselho de Segurança Nacional (CSN), que no dia 11 de julho, promove uma importante reunião onde se discute novamente a possibilidade de decretação de estado de sítio e o atentado à bomba ao II Quartel General<sup>116</sup> (São Paulo), ocorrida no mesmo dia da Passeata dos Cem Mil.

---

<sup>113</sup> Valle, Maria Ribeiro, op. cit., p.133.

<sup>114</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 232, 09.07.1968 p.4. *O ônus da desordem*.

<sup>115</sup> Ibidem.

<sup>116</sup> Valle, Maria Ribeiro do, op.cit., p.162.

Para o Conselho de Segurança Nacional (CSN) o fato da passeata e do atentado serem no mesmo dia foi uma demonstração do que chamavam de “plano geral de subversão”. Neste contexto, no dia 16, o *Correio do Povo* volta a tratar das passeatas em seu editorial e reafirmar seu posicionamento. O editorial é sobre a cifra de 30 milhões de dólares – equivalente a 96 milhões de cruzeiros da época – que a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento) pedia para o governo dos EUA e que serviria para a expansão do sistema educacional brasileiro. Orçamento que ainda teria de ser aprovado pelo Congresso norte-americano. Após elogiar a USAID, o jornal utiliza como argumento o fato de que várias manifestações tinham por demanda a negação dos acordos MEC-USAID para afirmar que os manifestantes apenas fazem antepor obstáculos para a renovação e aperfeiçoamento do ensino brasileiro:

Mesmo a despeito dos que , com agitações ou motins – os quais devem ser rigidamente prevenidos ou reprimidos – o que fazem é antepor estúpidos obstáculos à obra de renovação, expansão e aperfeiçoamento do ensino no Brasil. Obra que o seu governo se afirma disposto a realizar e que a ‘intelligentsia’ nacional deve levá-lo a empreender, pressionando-o nesse sentido e para tanto dando-lhe todo apoio e estímulo.<sup>117</sup>

O editorial também evidencia este novo posicionamento do governo ao afirmar que estas “agitações ou motins” “devem ser rigidamente prevenidos ou reprimidos”. Ao fim, reafirmam-se elogios ao governo que está inteirado dos problemas educacionais brasileiros e disposto a solucioná-los, cabendo apenas à “intelligentsia” nacional levá-lo a concluir tal demanda. O jornal se inclui dentro deste grupo, a “Intelligentsia”. No mesmo dia 16, ocorria outra reunião do CSN, na qual se decidiu pela ratificação da proibição das manifestações, a reafirmação da disposição em atingir os fins e propósitos “revolucionários” por meio da atuação das forças armadas. Além disso, como afirma Valle, ressaltam-se as seguintes afirmações:

A qualquer tentativa de retorno à atmosfera de agitação, o governo não hesitará em adotar, se necessário, as medidas excepcionais previstas na Constituição;  
Fazer um apelo aos responsáveis pelos órgãos de comunicação social para que, patrioticamente, cumpram o seu papel de informar corretamente, a fim de que não se convertam em instrumento de desordem;<sup>118</sup>

No término do mês de junho a imprensa torna-se uma das preocupações do governo no “combate a subversão”. Em outros momentos, o rádio e a TV haviam sido

---

<sup>117</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 238, 16.07.1968 p.4. *US\$ 30 milhões para o ensino.*

<sup>118</sup> apud. Valle, Maria Ribeiro do, op.cit., p.137.

proibidos de transmitir notícias acerca de manifestações e a mídia escrita havia permanecido imune. Porém, a partir deste momento, a imprensa escrita também se torna um alvo. Para o CSN, os jornais devem “informar corretamente” ou serão considerados desordeiros, inserindo a imprensa dentro da lógica antagônica expressa diversas vezes no jornal *Correio do Povo*. A partir do final do mês junho, o governo passa a cobrar uma postura diferenciada da imprensa, ressalta-se o editorial publicado no dia 18, intitulado *Entre a Palavra e a Realidade*. Nele o jornal demonstra o que considera ser sua função como meio de comunicação social naquele momento. O editorial trata da conferência do presidente norte-americano Lyndon B. Johnson com outros 5 presidentes da América central, em El Salvador. Após a reunião os presidentes teriam de voltar aos seus países e enfrentar suas realidades político-econômicas. Sobre isto, destacam-se afirmações feitas por observadores internacionais acerca destas realidades:

Em todos os países da América Central, os estudantes, que um dia assumirão a liderança, têm idéias ditas ‘progressistas’, mas as quais, na realidade, são nebulosas, indefinidas, confusas, quando – como em regra – não são puramente agitacionistas, tendendo para a violência e a subversão. Dizem-se impacientes com o ritmo lento das mudanças e se ressentem com o que chamam de ‘predominância imperialista dos Estados Unidos’. Sentem-se atraídos pelas várias alas do movimento comunista e, como Johnson descobriu, desejariam sair às ruas jogando ovos e escrevendo nas paredes, para que seus sentimentos fossem conhecidos. Os incidentes que se seguiram à chegada de Johnson não foram considerados sérios. Mas o foi o fato de que nenhum dos governos da América Central conta com o apoio da juventude, nem consegue empolgar sua imaginação – nem muito menos convencer os jovens de que estão sendo adotadas medidas significativas para promover o progresso.<sup>119</sup>

Embora os observadores internacionais da Conferência de São Salvador estejam se referindo aos países da América Central, para o jornal a mesma afirmativa serve para toda a América Latina. Entretanto, o editorial continua suas afirmações sobre os movimentos estudantis e sobre qual deve ser seu posicionamento, e de “outros” acerca desta realidade:

A falta de “apoio da juventude”, contudo, não deve ser tomada como expressão de uma realidade total. Nem sequer majoritária. Esses grupos que saem as ruas, portando cartazes e faixas com ‘slogans’ subversivos, cometem desatinos e violências e ocupam escolas, constituem minorias. Minorias ativistas e desenvolvistas, que, por isso, dão impressão de representarem maiorias, estas, em verdade, apáticas e inativas.

O que se faz mister é motivar a parte não intoxicada e não engajada da massa estudantil. Como do operariado, do proletariado rural e da classe média. Como? Fazendo com que à palavra, levada a todos – insistentemente, persuasivamente – corresponda à realidade. A realidade de reformas,

---

<sup>119</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 240, 18.07.1968, p.4. *Entre a palavra e a Realidade*.

mudanças, inovações. E de ação. De ação, verdadeiramente. Dessarte não faltará, ao fim e ao cabo, o apoio popular global, aos governantes latino-americanos.<sup>120</sup>

Após deslegitimar as manifestações e as reivindicações estudantis nos editoriais anteriores o jornal ressalta que esta juventude “desatinada” dos protestos é uma minoria. A maioria não teria sido “intoxicada” pela subversão política, porém seria apática. Nesta lógica, o jornal afirma qual seria seu papel frente a tal realidade: o de levar a palavra a todos, de modo insistente e persuasivo, a tal ponto que corresponda à realidade - a realidade governamental, de reformas, mudanças e inovações. Se assim for feito, não faltará no futuro o apoio popular aos governantes latino-americanos<sup>121</sup>. Portanto, dentro do contexto de aumento da repressão e de preocupação do CSN com relação à imprensa escrita, este editorial é de grande relevância para compreender como o jornal *Correio do Povo* via seu papel social e político. Assim, o apoio do jornal ao governo parece se fortalecer a partir deste momento.

O editorial *Clamor Universal* é uma amostra deste fortalecimento. Ao tratar de um apelo feito na XX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência dirigido ao presidente, pedindo por mais verbas para a educação, as quais deveriam aumentar gradativamente e rapidamente, de modo que tal gasto passasse de 7,4% para 30% do orçamento nacional. Após citar os “princípios fundamentais” redigidos e assinados na reunião pelos cientistas (que contém argumentos como a exportação de cientistas), o jornal tenta desqualificar os cientistas por escreverem no documento a palavra “prazerosamente” e acaba afirmando que “não havia mestres de ciência lingüística...” na reunião<sup>122</sup>. Em seguida, declara não importar o erro, embora já tivesse dado importância sarcástica marcada pelo uso de reticências. No entanto, o jornal retoma assunto de editorial anterior<sup>123</sup> no qual se afirmava que até nos países “superdesenvolvidos”, como os EUA, os reitores estavam pedindo mais verbas, portanto o Brasil estaria inserido no mesmo problema que o resto do mundo. Na continuação, o *Correio do Povo* reitera que esta grande demanda, em todo mundo, deriva do impressionante fenômeno da explosão demográfica. É interessante perceber que nos

---

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> Não há como não pensar no mito da caverna, o jornal se mostra como a fogueira que projeta e da visibilidade a sua realidade “verdadeira” e escolhida para os prisioneiros platônicos.

<sup>122</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 243, 21.07.1968 p.4. *Clamor Universal*.

<sup>123</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 223, 28.06.1968 p.4. *Sensatez*.

primeiros editoriais do ano o assunto também era as “verbas” para a educação, porém, em janeiro, se cobrava do governo os investimentos devidos pedindo ações e não apenas promessas. Ao fazer esta cobrança, o jornal dava a entender que o governo militar correria o risco de ser comparado aos governos demagógicos anteriores se apenas ficasse na promessa e na fala <sup>124</sup>. Contudo, em julho do mesmo ano, a realidade editorial é outra. O pedido de verbas pelos cientistas é deslegitimada de duas formas: primeiramente, pelo ataque à escrita dos cientistas, desconstruindo-os como sujeitos de saber e de confiança; a segunda é feita ao retomar o exemplo do problema de verbas universitárias nos Estados Unidos, pois se até eles, “superdesenvolvidos”, estão com tal problema, portanto, o que restaria ao Brasil? o jornal conclui:

O problema está, pois, em se obterem, em caráter permanente, os recursos que se fazem mister para ampliar e reformar o ensino. Em Editorial e em tópico subsequente, já tivemos ensejo de afirmar que o dinheiro não é apenas o “o nervo da guerra”, mas também “o nervo de Ensino”. E, portanto, “o nervo da reforma universidade e do ensino”. Em se tirarem tais recursos donde for possível tirá-los sem o ser de forma inflacionária. E, não se esqueça, em bem os empregar. Inclusive, distribuindo as universidades e as escolas rigorosamente de acordo com as disponibilidades existentes de trabalho. Para Não formar Profissionais sem ocupação, a viverem, depois, o drama de sua frustração. <sup>125</sup>

O editorial *A carta dos Bispos*, do dia 28 de julho, reforça o apoio às medidas definidas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) no final de julho. No editorial é citada uma carta dirigida ao presidente da república e produzida por 12 bispos e arcebispos, os quais participaram da 9ª Assembléia Nacional dos Bispos, em julho, onde demonstraram seu posicionamento contra atitudes de outros clérigos considerados esquerdistas, ou subversivos. Para o jornal, a carta é importante, pois possibilita entender a situação nacional:

Nem sempre é pelo número dos que praticam que devem ser consideradas ações ou manifestações. Por vezes está nos desígnios da Providência Divina, como episódio bíblico dos trezentos de Gedeão, confiar a um pequeno número de homens uma transcendente missão. No caso em tela, a epístola é de ser olhada por seu conteúdo. Pela maneira como sucinta e claramente enfoca a conjuntura nacional. <sup>126</sup>

---

<sup>124</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 77, 04.01.1968 p. 4 – *Mal e Origem*.

<sup>125</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 243, 21.07.1968 p.4. *Clamor Universal*.

<sup>126</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 249, 28.07.1968 p.4. *A carta dos Bispos*.



Desta forma, essa ação é utilizada como um exemplo profético construindo, assim, um argumento religioso para entender a situação nacional. A carta é ratificada, pois expressaria a preocupação com atitudes demagógicas por parte de clérigos leigos, a cobertura sensacionalista que a imprensa lhes dá e com o perigo de levarem, com estas ações, o país ao caos subversivo semelhante ao que “Fidel Casto impôs a Cuba”. Os religiosos concordam que existem muitos problemas a serem resolvidos no Brasil, porém eles podem ser resolvidos “numa atmosfera de concórdia entre a classes sociais, e jamais num ambiente de luta de classes”<sup>127</sup>. Assim, ao avaliar a carta, o jornal reforça seu discurso contra as manifestações, o que considera como agitação e violência desordeira.

O assunto, como se vê, foi colocado em seus devidos termos. O Brasil, como toda a América Latina e as demais áreas subdesenvolvidas (e mais ou menos atrasadas) do mundo, carece de reformas e mudanças. Infra e superestruturais. E tais reformas e mudanças devem ser expostas, discutidas e pleiteadas por quantos se interessem por uma ordem social e econômica mais racional e mais justa. Por todos os meios ao alcance de cada um. Menos, porém, sob a forma de agitação e motim. Ou descambando para a perturbação da ordem e para o uso da violência. Como será condenável e pernicioso usar de expressões exaltadas e passionais que envenenem os espíritos e os predisponham ou incitem à busca de soluções violentas, que nada construirão, pois trarão danos materiais e morais à vida social (como aconteceu em Paris), criarão animosidades e ressentimentos e ao que, por fim, levarão será à entrega do Poder a minorias radicais e despreparadas, as quais, com mão de ferro, irão tentar construir, sobre o caos que criaram, algo de indefinido e para um futuro remoto e incerto.<sup>128</sup>

O editorial retoma o discurso técnico-científico quando afirma que as reformas e mudanças devem ser “pleiteadas e discutidas” de modo a construir uma “ordem social e econômica mais racional”. Por esta razão, as manifestações não teriam valor, já que são consideradas “agitação e motim”, muito menos “palavras exaltadas e passionais” que incitam a violência. Cabe evidenciar, que ao abordar o tema da violência o jornal a vincula como algo vindo apenas dos manifestantes. Também, o perigo dos acontecimentos do maio francês é reenfocado. Ao fim, utilizando os mesmos elementos, o jornal conclui da seguinte forma:

Um grave pecado que certos clérigos leigos católicos estão cometendo é o de iludirem as massas com soluções pretensamente mágicas. Ou que levem a essa crença. Como se bastasse derrubar a ordem instituída para, da noite para o dia, se resolverem todos os problemas, quando, na realidade, tudo está em função do desenvolvimento nacional. Da viabilização do desenvolvimento, em progressivas bases de justiça social, sem exploração do homem pelo

---

<sup>127</sup> Ibidem.

<sup>128</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 249, 28.07.1968 p.4. *A carta dos Bispos*.

homem – o que, no entanto, demanda trabalho, tempo e paciência. E lucidez. E visão realística das coisas. Sem charlatanismos e demagogias.<sup>129</sup>

Outro elemento importante é a preocupação com o poder de influência sobre as massas estudantis por parte dos clérigos leigos católicos, principalmente dentro de um contexto em que as manifestações ainda persistiam, mesmo com as diretrizes do CSN de se reprimirem quaisquer passeatas. Além disso, outras ações eram efetivadas como a ocupação da faculdade de Filosofia da USP, e a participação na greve dos metalúrgicos de Osasco-SP. Como algumas manifestações estudantis deste período ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro, em apoio à greve dos metalúrgicos começava a se tornar realidade um temor governamental, pois como afirma Sá Motta:

A gravidade da situação estudantil e universitária em 1967 e 1968 causou consternação nos círculos de poder e entre seus aliados, cujo maior temor era que à rebeldia estudantil viessem se juntar os operários, que fizeram greves de peso em 1968, em Contagem (MG) e Osasco (SP). Na avaliação de certos líderes, se os trabalhadores resolvessem afetivamente aderir aos protestos, o risco de perda de controle da situação seria muito grande.<sup>130</sup>

Contudo, o foco do editorial de 6 de agosto é sobre a informação de que o GTRU (Grupo de Trabalho da Reforma Universitária) estaria na fase final dos seus trabalhos. O jornal publica um elogio ao governo, pois “*o essencial era fazer o que o governo resolveu levar avante: dar impulso definitivo, e irreversível, à Reforma. Em suma, como já dissemos, depois de tantas tentativas de reforma sem maior sucesso, fazer, afinal, a Reforma. Com R maiúsculo e no singular*”<sup>131</sup>. Portanto, o governo estaria demonstrando as ações necessárias e a vontade para produzir verdadeiras mudanças. Depois destas considerações o jornal cita o que seriam, para ele, os cinco principais itens do “complexo reformista”. Estes itens são sobre: o tempo de trabalho e remuneração dos professores; racionalização da gratuidade do ensino; adaptação do ensino aos mercados regionais; criação de institutos centrais e; por último, sobre o custeio da reforma. Para finalizar, o editorial deixa um aviso aos estudantes e manifestantes:

Se a reforma for lançada e começar a ser efetivamente executada, pressas irracionais e impossíveis no sentido de a serem instantânea e magicamente realizada ‘in totum’ e barulho, agitação, passeatas, greves, ocupações de escolas a pretexto de a isso levarem, tudo isso será desserviço à causa da educação nacional. E crime contra a nação.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá, op. cit., p.100.

<sup>131</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 256, 06.08.1968 p.4. *Alguns pontos da Reforma.*

<sup>132</sup> Ibidem. Grifo do autor.

Novamente é reforçado o signo da irracionalidade e produzido uma lógica dicotômica, na qual afirma que os estudantes não podem mais fazer manifestações e passeatas, já que o governo está produzindo a reforma desejada e, se mesmo assim o fizerem, estarão na verdade cometendo um crime contra a nação. Portanto, o contexto de repressão se fortalece e o jornal reproduz tal diretiva ao tornar o jovem manifestante em um criminoso. Dentro desta lógica dicotômica, não há espaço para variáveis, nem mesmo a do simples direito de manifestação. Há apenas o certo, representado pelo governo, e o errado, representado pelos manifestantes, significados agora como criminosos.

Alguns dias depois, em 13 de agosto, o editorial iniciava com um tom mais relativizante ao afirmar que “ninguém, de boa mente, negará, certamente, não só o direito como a procedência e o proveito da externalização de reivindicações por parte dos estudantes, em nosso país como fora dele, dado que, em toda a parte, haverá [...] razões para insatisfações e queixas relativamente à ministração do ensino”<sup>133</sup>. Porém, na continuidade, declara que este direito não deve ser confundido “com agitação, violência, depredação, motim, perturbação da ordem e do sossego públicos”, retomando sua caracterização dos movimentos estudantis como violentos e prejudiciais à economia do país. Para isso, o editorial usa como argumento um suposto prejuízo de 10 bilhões de cruzeiros em prejuízo, citados por Costa e Silva, que teriam por consequência das as manifestações estudantis na Guanabara e em outros estados. O jornal também dá voz a conjecturas acerca do aumento do custo de vida:

Acha-se até que esse agitação dá lugar a manobras especulativas a altistas, que se refletem em ‘injustificada elevação do custo de vida’. É o que pensa os círculos oficiais. Tanto que, pelo que se noticia, o governo estuda a possibilidade de enquadrar alguns comerciantes atacadistas e varejistas na Lei de Segurança Nacional, pela ‘injustificada elevação no custo de vida’, que as autoridades atribuem à especulação com o preço das mercadorias. [...]muitos comerciantes tiram proveito das seguidas crises políticas no país para aumentarem os preços sem qualquer critério, ‘agindo criminosamente, na ânsia de enriquecerem depressa’.<sup>134</sup>

Deste modo, sobre as manifestações se constrói novo significado, agora são culpadas também pelo custo de vida, pela inflação dos preços. Após relatar diversas ações do governo para fiscalizar os comerciantes, o jornal finaliza desculpando os

---

<sup>133</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n°. 262, 13.08.1968 p.4. *Agitação e especulação*.

<sup>134</sup> Ibidem.

comerciantes e transferindo toda a culpa da elevação do custo de vida às manifestações estudantis:

Haverá talvez quem ache de escusar os comerciantes, argumentando com a motivação psicológica desse aumentismo, pelo temor das conseqüências do prolongamento dos efeitos das crises, o qual os levaria a procurar imediatas compensações a futuras retratações ou até paralisações das atividades comerciais. O fato é que tudo deflui da deflagração dessas agitações e turbulências, que nada resolvem e só perturbações e malefícios trazem a um país que, na verdade, o de que precisa é de se concentrar no trabalho, na produção e na luta pelo desenvolvimento econômico. Para poder encontrar soluções factíveis a todos os seus problemas.<sup>135</sup>

Assim se desfaz a primeira afirmação do jornal sobre o direito de reivindicação dos estudantes por meio de sua deslegitimação, já que as manifestações se “perdiam” em agitação e violência que levavam a perdas financeiras gigantescas e até ao aumento dos preços e do custo de vida. Nesta lógica, cabe evidenciar o editorial do dia 15, o qual, embora não apresente afirmações acerca do movimento estudantil ou de manifestações, se dedica a apresentar estatísticas e números sobre o desenvolvimento nacional produzindo uma ode contra o “pessimismo e negativismo” e um elogio ao governo por causa dessa amostra de progresso<sup>136</sup>.

Enquanto no Brasil o mês de julho foi de diminuição das manifestações, no Uruguai de Jorge Pacheco Areco podia-se perceber os resultados da escalada autoritária que o país sofria. Julho havia sido palco de grandes manifestações estudantis, e no início de agosto, em frente a faculdade de veterinária de Montevideu, o estudante Líber Arce era baleado em repressão policial, o que o levou a morte no dia 14. Ao mesmo tempo, o jornal noticiava os conflitos e a busca da polícia pelos raptos do assessor do presidente, Ulysses Pereyra Reverbel, que teria sido raptado pelos Tupamaros. Ao observar estes acontecimentos, o *Correio do Povo* lança editorial no dia 17 tratando das manifestações e conflitos decorrentes da morte de Líber Arce. Em *Advertência de Montevideu*, o jornal usa dos acontecimentos ocorridos no Uruguai como exemplo e advertência para o resto da América latina e para o Brasil. O editorial do dia 17 de agosto afirma:

Seja como for, a verdade é que o drama que está vivendo o valoroso povo uruguaio vale por uma advertência. Especialmente para as nações latino – americanas. Certo é que não se verifica uma identidade de condições entre todas elas. Notadamente num confronto que se faça entre a generalidade das repúblicas hispano-americanas e o Brasil. Mas Existem causas e

---

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 264, 15.08.1968 p.4. *O desmentido dos números.*

circunstâncias comuns, alimentadoras da crise em ebulição. Causas reais, enraizadas no subdesenvolvimento, e causas artificiais, fruto da ação tenaz e insidiosa dos pré-fabricadores da agitação. Tudo isso é de ser levado na devida conta, estudado, analisado, pesado, para fundamentar esquemas – inclusive continentais – de prevenção e repressão, os quais, por seguro, não haverão de ser puramente policiais.<sup>137</sup>

Portanto, o exemplo uruguaio serve para que os países latino-americanos não se descuidassem de seus problemas e de grupos agitadores. Cabe ressaltar, novamente, que o jornal não se refere à violência estatal que resultou na morte do estudante Líber Arce, o enfoque é na violência dos manifestantes produzida após o óbito. Além disso, parece que o editorial do *Correio do Povo* acaba por prenunciar a Operação Condor<sup>138</sup> ao afirmar a necessidade de fundamentação de esquemas continentais que auxiliassem na prevenção e repressão destes movimentos na América Latina. Após este pedido de medidas continentais de prevenção e repressão, o editorial termina abordando rapidamente a ideia de diálogo:

O problema, em globo, é complexo, mas alguns de seus aspectos – notadamente os imediatamente relacionados com a segurança nacional – deverão ser prioritariamente encaradas, está claro. Sem prejuízo, no entanto, do diálogo factível, do esclarecimento indispensável da opinião pública e da tomada de reais medidas de envergadura, as quais demonstrem, sem sombra de dúvida e ostensivamente, que se está agindo, com lucidez e determinação, para resolver a problemática nacional.<sup>139</sup>

Após enfatizar o cuidado com os problemas de segurança nacional, o jornal afirma que as medidas devem ser tomadas sem prejuízo do diálogo factível, porém fica pouco claro o que seria isso para o jornal. No editorial do dia 25, ao abordar a visita de Flexa Ribeiro, diretor-geral do setor de Educação da UNESCO, ao Brasil, o *Correio do Povo* explicita melhor sua concepção de diálogo factível. O editorial começa tratando da fala à imprensa brasileira, na qual Flexa Ribeiro declarara haver no mundo uma crise da educação ligada à crise da juventude. Esta teria como possível solução o diálogo entre as gerações e conclui que o “estudante de hoje não quer mais ser como um paciente no

---

<sup>137</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 266, 17.08.1968 p.4. *Advertência de Montevidéu.*

<sup>138</sup> Entre as décadas de 1970 e 1980 foi levada a cabo uma aliança político-militar, entre regimes militares, com o objetivo de coordenar a repressão de opositores políticos e de eliminar líderes de esquerda. Os países envolvidos foram o Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia com o apoio dos Estados Unidos e da CIA. Esta aliança foi chamada de Operação Condor.

<sup>139</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 266, 17.08.1968 p.4. *Advertência de Montevidéu.*

hospital – quer participar e decidir seu futuro”<sup>140</sup>. O diretor também afirmara que os países não podem mais adiar ações que modifiquem e resolvam seus problemas educacionais, e dentro desta citação o jornal afirma que em muitos países se estão efetivando políticas, reformas e planejamentos que demonstram a intenção e desejo mudar, pois “Não se pode dizer que haja indiferença, desinteresse, inércia, que justifiquem e forcem desesperadas demonstrações de violência, como as que desgraçadamente têm havido”<sup>141</sup>. Deste modo, o jornal retoma seus anteriores elogios ao governo por demonstrar a vontade e as ações para que as mudanças sejam feitas, e, além disso, reafirma a violência como uma característica dos jovens. Na sequência o jornal demonstra seu posicionamento acerca deste diálogo com a juventude e sobre a participação dos jovens nas decisões políticas.

Acha o entrevistado que ‘a solução está no diálogo entre as gerações’. Certo. Deve haver o diálogo. Temo-lo dito, também desta coluna. Mas um diálogo real, e não um monólogo para ser apenas ouvido com manifestação incondicional de concordância pelo outro suposto interlocutor, como parece ser intenção de certas minorias estudantis. O diálogo, sim, mas o diálogo no qual o estudante não subestime a maior soma de conhecimentos, experiências e maturidade de quem já deixou de ser estudante, e é mestre ou estadista. Isso de o estudante de hoje não querer mais ser como paciente de hospital, e sim querer participar e decidir seu futuro, deve ser admitido em termos. Racionalmente. O desejo é irrecusável. Mais do isso. E necessário. E Conveniente. E útil. E valioso. Mas não pode ser senão uma participação que se contenha nas naturais limitações do participante. Fora daí será, como ainda se diz na nossa campanha, colocar a carreta diante dos bois.<sup>142</sup>

Para o jornal, o diálogo factível é algo necessário e acusa as minorias estudantis de quererem apenas um monólogo. No entanto, os estudantes, ao participarem deste diálogo, precisam se conter às suas naturais limitações, ou seja, devem escutar os mestres e estadistas, pois estes detêm maior “conhecimento, experiência e maturidade”. Na verdade, o diálogo do jornal é um monólogo feito pelo governo, no qual os estudantes pacientes devem escutar, entender e esperar a cura de seus problemas. Nesta lógica, o jovem deve ser subserviente ao se tratar de política.

Ainda na mesma página, o jornal publica um comentário intitulado *Autenticidade*, no qual trata de uma resolução da ONU sobre a “revolução das esperanças crescentes” pela qual os jovens de todo o mundo estavam passando. A resolução da ONU fazia um convite às organizações estudantis internacionais para que

---

<sup>140</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 273, 25.08.1968 p.4. *A Crise mundial da Educação*.

<sup>141</sup> Ibidem.

<sup>142</sup> Ibidem.

participassem de “maneira ativa nos esforços daquele organismo relacionados com o desenvolvimento econômico e social dos povos e com a proteção dos direitos humanos”<sup>143</sup>. Com entusiasmo o jornal afirma que no Brasil já existe uma “resposta direta e positiva a este apelo: o Projeto Rondon, através do qual centenas de jovens estudantes estão generosamente oferecendo os benefícios da ciência e da técnica a um número incontável de humildes patrícios seus”<sup>144</sup>. Após este novo elogio ao Projeto Rondon, o jornal afirma:

E – mais ainda – mostra essa atitude da nossa mocidade que podemos continuar confiando e acreditando nela, pois que nem tudo é baderna e revolta, mas que insistem e sobrevivem ao idealismo e o amor à pátria comum na grande, na imensa maioria dos nossos jovens, estudantes autênticos e, sobretudo, autênticos brasileiros.<sup>145</sup>

Novamente, procura-se diminuir a amplitude das manifestações ao afirmar que estas representam uma minoria estudantil, que não podem ser considerados como autênticos estudantes, somente aqueles patriotas e envolvidos nos projetos governamentais. Ao fim do mês de agosto outro editorial retoma essa noção dos autênticos estudantes. Em *Escola e Desenvolvimento*, afirma-se que no Brasil as mudanças educacionais ocorrem de maneira rápida, contrariando editoriais anteriores onde afirmavam da necessidade de paciência por parte dos estudantes, já que as mudanças não poderiam acontecer rapidamente. A notícia refere-se a um programa do Ministério de Minas e Energia que ofereceria 400 vagas de estágio no Brasil inteiro para trabalhar dentro de empresas estatais como Petrobrás, Companhia Vale do rio doce e Eletrobrás<sup>146</sup>. O editorial se configura como propaganda do programa e um novo elogio ao governo. Ao fim, aborda a possibilidade do programa ocorrer no RS, faz um pedido que isto se concretize logo e retoma sua noção de estudante autêntico:

Será uma forma, das mais produtoras e fecundas de se ir encaminhando a Reforma Universitária, malgrado os que dizem querê-la sem que, na realidade, a queiram, eis que buscam é, de fato, fazer agitação. Exclusivamente. Mas esses não contam. Os que contam são os que pretendem, verdadeiramente, estudar e obter uma boa formação universitária e profissional. E, para esses, uma oportunidade, como a de que se cogita, será algo de proveitoso e excelente.<sup>147</sup>

---

<sup>143</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 273, 25.08.1968 p.4. *Autenticidade*.

<sup>144</sup> Ibidem.

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 275, 28.08.1968 p.4. *Escola e desenvolvimento*.

<sup>147</sup> Ibidem.

Portanto, o jovem manifestante é caracterizado como se não quisesse as reformas ou mesmo estudar, ou seja, não seriam os verdadeiros estudantes. O verdadeiro estudante não se importa com política, apenas estudar e obter formação profissional. No dia seguinte, ocorria em Brasília, uma das maiores ações repressivas do governo, a invasão policial com auxílio de tropas do exército da UNB. Na operação um estudante foi morto, vários outros foram baleados e feridos, assim como parlamentares e até um major estudante foi espancado<sup>148</sup>. Nos editoriais posteriores, nenhum desses acontecimentos é trabalhado.

Nesse contexto, setembro de 1968 inicia com prisões de estudantes, denúncias de tortura contra a polícia e com a formação de uma CPI com o objetivo de investigar a invasão da Universidade de Brasília. Entretanto, o primeiro editorial do mês que trata da questão estudantil aborda o tema da Reforma Universitária e dos recursos necessários para efetivá-la. O editorial começa com elogio ao governo, pois “não se pode negar o esforço do atual governo da União, no setor educacional, no sentido de projetar a reforma universitária, reunindo, ampliando, modificando e sistematizando o que, no assunto anteriormente já se fizera”<sup>149</sup>. Após conjecturar sobre a origem dos recursos para a reforma, o jornal enfatiza que a Reforma não se fará de um dia para o outro, “ao contrário, levará anos. Muitos anos. E não se justificarão, açodamentos, impaciências e agitações se processo reformista entrar, de fato, em andamento em mais dilações ou displicências”<sup>150</sup>. É interessante perceber que ao tratar da reforma o jornal sempre coloca o estudante numa posição extremista, ou se aceita a proposta como colocada pelo governo, ou se estará atentando contra a educação, a pátria etc. O que mostra ser uma perspectiva simplista da questão estudantil, pois parte do ativismo era motivado pela pretensão de fazer parte deste processo de reforma. Como afirma Sá Motta:

Nesse contexto, as lideranças estudantis recuperaram bandeiras da UNE anteriores a 1964, como a proposta de universidade crítica e popular exigindo maior participação nos órgãos decisórios internos. Os jovens poderiam concordar com algumas medidas em preparação pelo governo, como a modernização da carreira docente, a extinção das cátedras e o fomento à pesquisa. No entanto discordavam radicalmente do que entendiam ser uma filosofia tecnicista e privatista, presa aos ditames do governo americano. E rejeitavam igualmente os métodos autoritários e a tutela militar.<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> Valle, Maria Ribeiro do, op.cit., p.170.

<sup>149</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 285, 08.09.1968 p.4. *Excedentes, reformas e recursos*.

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá, op. cit.,p.97.



Iniciada em janeiro de 1968 e encerrada em 21 de agosto de 1968, com a invasão de tropas soviéticas à capital da Tchecoslováquia, a Primavera de Praga foi noticiada ao longo do ano no jornal. Porém não houvera nenhum editorial a respeito até o dia 20 de setembro, quando, em comentário editorial, o jornal aborda um manifesto do Partido Comunista do Brasil sobre o assunto. No manifesto, o partido afirma que a invasão foi uma “agressão criminosa” e que “os governantes russos, tentando embair a opinião pública, proclamam que seus soldados entraram na Tcheco-Eslováquia para defender o socialismo. É uma consumada hipocrisia”<sup>152</sup>. Após esta citação, o *Correio do Povo* critica o atraso deste manifesto e o caracteriza como incoerente, pois não há manifestação contrária às ações de Mao na China, evidenciando, portanto, a linha maoísta do partido.

Outubro começou com editoriais comemorativos ao aniversário do *Correio do Povo*, já analisados na introdução, ao mesmo tempo, foi um mês de diminuição das manifestações e momento de grandes violências. Enquanto em setembro houve alguns protestos no Rio de Janeiro, principalmente em oposição à VIII Conferência dos Exércitos Americanos, outubro iniciou com a denúncia na câmara federal do plano Para-Sar. O plano previa a utilização de um grupo de oficiais e sargentos da aeronáutica, especializados em operações rápidas de salvamento nas selvas, “para o assassinato das principais lideranças estudantis e de políticos de oposição”<sup>153</sup>. Assim como aconteceu aos militares que se opuseram às violências da invasão à UnB, os militares que denunciaram o plano acabam por ser punidos<sup>154</sup>. Também ocorre neste mês a chamada Guerra da Maria Antônia, conflito entre os estudantes que ocupavam a faculdade de filosofia da USP e estudantes de direita da Universidade Mackenzie. Em concomitância, ocorria em vários estados “invasões policiais e atos terroristas contra universidades”<sup>155</sup>. Em 12 de outubro, ocorria o XXX Congresso da UNE, que foi frustrado por ação policial e prisão dos estudantes envolvidos. É perceptível, portanto o incremento da repressão que se colocara em prática desde o fim do mês de julho. Nos editoriais do *Correio do Povo* estes acontecimentos passam despercebidos como se pouca importância tivessem. Nos editoriais posteriores ganham relevância assuntos que tratam

---

<sup>152</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 295, 20.09.1968 p.4. *Um Manifesto*.

<sup>153</sup> Valle, Maria Ribeiro do, op.cit., p.178.

<sup>154</sup> Idem, op. cit., pp.179.

<sup>155</sup> Idem, op. cit., pp.201.

do modelo de jovem estudante, anteriormente defendido. Isto ocorre no editorial de 06 de novembro, o qual começa da seguinte forma:

Há quem muitíssimo se impressione, chegando a conclusões e previsões ao extremo pessimistas e desalentadoras em face das agitações e violências estudantis dos tempos atuais. Chega-se até a falar em “Poder Jovem” como expressão de um certo tipo de luta de classes. Seria a guerra da juventude – uma juventude que, assim, não teria tempo (nem querer) para estudar a fim de só cuidar de política e revolução – contra os adultos e os velhos, para desalojá-los da direção da Sociedade e do Estado. Ou, pelo menos, a participação, em lugar de vanguarda, dos moços em arruaças e motins sem objetivos claramente determinados.

A verdade, no entanto, é que se trata de minorias. De minorias arrastadas por ativistas e que, com o ímpeto da mocidade e à adição de elementos estranhos, assumem aparências ilusórias, de massas desencadeadas. Na realidade, há um grande número de estudantes que não compactuam com esses desatinos e que não só o que querem é estudar e se preparar para a vida e o trabalho como até dão exemplos magníficos de integração no esforço comunitário a prol da melhoria do ensino, inclusive suprimindo deficiências e falhas do ensino oficial.<sup>156</sup>

No excerto é citado o exemplo dos estudantes do Colégio Estadual 25 de Julho, de Novo Hamburgo. Para o jornal, o ato dos estudantes entregarem ao presidente da associação de pais e mestres uma soma em dinheiro coletada durante o ano para as obras de ampliação do colégio, é um exemplo dos verdadeiros estudantes. Em 19 de novembro, o jornal faz seu último comentário sobre a crise estudantil. No texto, intitulado *Reforma e Verdade*, o jornal fala sobre um empréstimo conseguido junto ao Banco Mundial, pelo ministro da Educação Tarso Dutra, de 20 milhões de dólares que possibilitariam o desenvolvimento da reforma universitária. No texto é ressaltado o fato de que essa era a primeira vez que o BIRD concedia verbas para a educação. Contudo, ao final do texto, e como de praxe, o jornal encerra com o mesmo aviso de sempre:

É preciso que se esclareça bem isso perante estudantes e professores, e perante a opinião nacional: que a reforma está sendo feita; que, porém, não poderá ser ultimada senão dentro de um prazo mais ou menos longo. Querer o inverso, isto é, uma reforma instantânea, será obra de demagogos, extremistas ou charlatães. Ou de ignorantes indo nas águas daqueles.<sup>157</sup>

Ao fim do ano, os editoriais do jornal se resumem em pedir paciência e bom senso, já que a reforma não aconteceria de um dia para o outro, ao mesmo tempo em que evidencia toda e qualquer ação governamental que demonstre a execução da reforma universitária ou do ensino. Um dos últimos comentários do ano sobre o assunto

---

<sup>156</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 32, 06.11.1968 p.4. *Lição do “25 de julho”*.

<sup>157</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 42, 19.11.1968 p.4. *Reforma e Verdade*.

foi feito no dia 12 de dezembro, no qual se faz um elogio ao marechal Costa e Silva por sancionar uma lei que permitia ao ministério da educação contrair um empréstimo de 10 milhões de dólares com o National City Bank para a conclusão da cidade universitária no Rio de Janeiro<sup>158</sup>. No dia seguinte, o governo anunciava o Ato Institucional nº. 5. Acerca deste tema, o jornal se manifesta apenas no dia 15 quando, no editorial *Serenidade diante da Crise*, faz um pequeno histórico dos acontecimentos e tomadas de decisões, de 1964 até o pronunciamento de 13 de dezembro. Frente a tal acontecimento, o jornal afirma o que se precisava naquele momento: “lucidez, ponderação, equilíbrio e serenidade – eis o que está a exigir da ‘intelligengtzia’ brasileira”<sup>159</sup>.

Os últimos editoriais analisados permitem caracterizar o discurso do Correio do Povo em relação ao tema central que nos ocupa. Como já analisado anteriormente, o discurso jornalístico se constrói a partir de uma lógica técnico-científica, mas que esconde um complexo discurso político, no qual é possível perceber o apoio do jornal ao governo militar, servindo-lhe, às vezes, como propaganda e porta-voz. Esta relação fica evidente quando se analisa a contraposição governo e manifestantes. Os editoriais demonstram um discurso ambíguo, pois afirmam diversas vezes que estudantes têm o direito de reivindicar e reclamar, mas adotam uma postura contrária às manifestações que são tratadas continuamente como agitação, desordem, motim etc. Quando aborda o tema da violência dos acontecimentos, esta é tratada como algo que advém dos estudantes e jovens, e nunca é problematizada ou referenciada ao governo, no máximo é considerada excesso de policiais - caracterização esta que aparece apenas duas vezes, enquanto a atribuição da violência como algo dos estudantes aparece no mínimo oito. E mesmo quando a violência é atribuída à polícia, ela é defendida, pois o jornal utiliza o argumento: “a força só deve ser empregada em casos extremos para revidar ao seu próprio emprego”. Portanto, ao caracterizar, na maioria dos discursos, os estudantes como os culpados da violência, o Correio do Povo defende indiretamente a violência policial exercida sobre os manifestantes. Isto fica evidente no uso de jargões, verbetes ou jogo de palavras que demonstram ambiguidade e autoritarismo, por exemplo: “custe o que custar”, “tudo devem fazer a prol da plenitude”. Além disso, o jornal parte de uma lógica reducionista, a qual resume todos os problemas educacionais à falta de verbas,

---

<sup>158</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 62, 12.12.1968 p.4. *Corpo ao “Esqueleto”*.

<sup>159</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 65, 15.12.1968 p.4. *Serenidade Diante da Crise*.

por esta razão afirma que ao se ter dinheiro não poderiam os estudantes continuar as manifestações e se o fizessem estariam demonstrando suas más intenções. No entanto, as reivindicações não cabiam apenas no escopo financeiro. Parte delas era pelo direito de participação política dentro das universidades, ou contra o autoritarismo das instituições e do governo, ou contra a violência policial e pelo direito de protestar etc. Nesta lógica, os estudantes acabam sendo acusados, direta e indiretamente, da morte de Edson Luís, por planejarem, ou por serem manipulados e envenenados por grupos minoritários e extremistas. É possível, portanto, perceber a lógica de sujeitos antagônicos comum aos discursos políticos. Sobre os estudantes, o jornal constrói o mesmo modelo. De um lado existiriam os estudantes desatinados e desordeiros, que por maldade ou ingenuidade servem a objetivos subversivos e antipatrióticos. Em oposição existiriam, também, os verdadeiros estudantes, aqueles que realmente querem estudar e se preparar para o mundo do trabalho. Estes demonstram seu patriotismo participando de ações como o projeto Rondon e, imbuídos da razão, escutam a sabedoria dos mais velhos e estadistas. Dentro desta perspectiva, o diálogo entre as gerações é colocado como ponto central para a resolução desta “crise da juventude”. No entanto, o conceito de diálogo defendido pelo jornal acaba por se mostrar como um local onde os mais velhos e estadistas têm mais poder, pois devem ser escutados (devido ao seu saber). Já, os estudantes estão entre duas possibilidades: escutar ou se oporem. Para aqueles que se opuserem corre-se o risco de serem eliminados do diálogo, pois são considerados irracionais, impacientes, desatinados, ingênuos, mal intencionados, subversivos, criminosos.

Existem outras formas de significação que permeiam a dicotomia entre estudantes e governo. Ao analisarmos o trato sobre os movimentos percebe-se que estes são minimizados, pois o jornal tenta afirmar que as manifestações são produto de algumas minorias estudantis, de modo que, acontecimentos de grande envergadura e participação popular - como a Passeata dos Cem mil e outras - acabam passando invisíveis dentro dos editoriais. Isto ocorre também sobre a morte do estudante secundarista Edson Luís. Após incriminar os estudantes, de forma indireta e direta, os editoriais silenciam-se em relação à conclusão da comissão de investigação sobre a morte do estudante, publicada em agosto. A conclusão incriminava os policiais envolvidos e o comandante de operações. Os movimentos internacionais também são alvo da lógica política do jornal. Enquanto que os movimentos nos EUA ficam

praticamente invisíveis, o maio de 68 francês e os movimentos estudantis no Uruguai são evidenciados. Porém, são utilizados como exemplos de custos e perdas que o Brasil não poderia seguir. Principalmente o caso francês é tido como um medo ou aviso às lideranças e para a opinião pública brasileira. Deste modo, após os exemplos dos movimentos internacionais e do aumento do apoio popular aos movimentos estudantis brasileiros, visto no final de junho e julho, o jornal passa a pronunciar avisos, alertas e pedidos aos governantes para que previnam, reprimam e neutralizem estes movimentos, pois é preciso manter a ordem vigente, “custe o que custar”. Depois do meio do ano, os editoriais se silenciam frente aos grandes acontecimentos, mas evidenciam notícias sobre: a reforma universitária, o posicionamento de bispos e arcebispos em favor do governo, de um suposto aumento do custo de vida que teria por culpado as manifestações, sobre o modelo de estudantes que defendia, e utiliza, como exemplos, acontecimentos fora do Brasil, como No Uruguai e na França, para justificar as ações governamentais.

## 4 ARTIGOS DE OPINIÃO

“O estudante que protesta contra as punições, no mesmo ato se declara um débil mental e um irresponsável. O bom estudante, o moço normal deve dizer: eu quero ser castigado quando não andar direito, porque eu não quero ser tratado como débil mental ou como um irresponsável”.

-Gustavo Corção-

Este capítulo se ocupa dos artigos de opinião publicados no *Correio do Povo*, que são considerados como todas as publicações assinadas por terceiros e publicadas no jornal. Portanto, os textos representariam a opinião de cronistas do jornal e não necessariamente a opinião do jornal explicitada nos editoriais. Porém, é importante lembrar que os cronistas podem ser empregados do jornal e, por consequência, receberiam para emitir sua opinião. Há também cronista que não trabalhavam diretamente para o *Correio do Povo*, mas tinham suas crônicas regularmente publicadas demonstrando o interesse do jornal em suas opiniões. Portanto, no desenvolver deste capítulo se fará um pequeno histórico dos cronistas e de seu vínculo com o jornal para, depois, analisar os artigos em si e como estes se posicionam frente aos movimentos estudantis do ano. Especificamente, no capítulo serão examinadas as crônicas de Gustavo Corção, publicadas normalmente nas terças e quintas; e, a coluna *A Semana Política*, publicada todo domingo, de Fay de Azevedo, jornalista empregado do *Correio do Povo* e dedicado aos assuntos de política.

### 4.1 FAY DE AZEVEDO

Armando Fay de Azevedo era, em 1968, professor universitário e jornalista do *Correio do Povo*. Ele assinava uma coluna semanal que tratava dos principais acontecimentos políticos ocorridos, a chamada *Semana Política*. Seu histórico profissional precede o trabalho desenvolvido na Companhia Caldas Júnior. No final da década de 20, enquanto fazia o curso de direito, Fay de Azevedo foi presidente do diretório estudantil e nos primeiros anos de era Vargas fez parte do jornal *Estado do Rio*

*Grande*, órgão do partido Libertador, onde atuava como redator. Sua vida política foi marcada pelo engajamento no Partido Libertador (PL), onde ocupou a posição de secretário geral sendo conhecido por seu posicionamento de crítica a Flores da Cunha. Em 1934, foi candidato a deputado estadual pela Frente Única, tomando posse em 1935 até ser expulso do Partido Libertador em 1937, por divergências políticas.

Em 1968, Fay de Azevedo não estava filiado a partido algum, mas tornara-se o principal colunista de política do jornal *Correio do Povo*, pois sua coluna tinha lugar de grande destaque. Todo domingo era publicado *A Semana Política*, onde Azevedo fazia um resumo dos principais acontecimentos políticos da semana. A coluna tinha local próprio, sendo publicada sempre na página sete onde ocupava metade da folha do periódico. Além disso, a apresentação chamava atenção por apresentar um layout diferenciado das outras publicações, pois mostrava o título em letras ampliadas encabeçando uma caixa de diálogo, onde se fazia um resumo em negrito dos temas abordados, tendo na parte inferior, fechando a caixa de diálogo, a assinatura do autor<sup>160</sup>. Importa afirmar também que o jornal de domingo tinha uma relevância a parte, pois era maior em quantidade de páginas, e de maior vendagem da semana. A estrutura escrita da coluna é feita de forma a dividir os diferentes assuntos abordados pelo autor, sendo um grande texto com separações gráficas marcando a mudança de assunto. Embora haja estas separações gráficas, o texto constitui-se em um todo lógico, já que o autor utiliza dos diferentes assuntos para propor reflexões e respostas sobre a política brasileira.

#### **4.1.1 A Semana Política e os Movimentos Estudantis**

A questão estudantil tem lugar de destaque na coluna de Fay de Azevedo somada a uma sempre presente preocupação com o papel da imprensa e do jornalista na sociedade. Partindo desta característica, este trabalho irá analisar dois aspectos dos discursos produzidos por Azevedo: primeiro acerca dos movimentos estudantis mundiais e nacionais e, também, sobre como ele se caracteriza enquanto jornalista.

---

<sup>160</sup> Anexo A.

No artigo de 17 de março de 1968, Fay de Azevedo trata os diferentes movimentos estudantis e o fazer jornalístico. O assunto da coluna *A Semana Política* era os movimentos estudantis que ocorriam na Polônia e na Tcheco-Eslováquia, porém ao abordar tal assunto Azevedo faz uma ressalva com relação à procedência das informações:

Eis o que revelam despachos coligidos condensados, não apenas de agências americanas de notícias (que seriam dadas como suspeitas), mas também de outras (que não raro veiculam informações desfavoráveis aos Estados Unidos: AFP, ANSA, AP, Reuters e UPI);

Pelo terceiro dia consecutivo, os distúrbios prosseguem em Varsóvia. Ontem À noite, a situação agravou-se quando manifestantes, quase todos estudantes, invadiram e depredaram um edifício do Ministério da Cultura, aos gritos de “Democracia” e “Viva a liberdade”. Armando-se com destroços dos móveis, os manifestantes enfrentaram a polícia, gritando “Fora Gestapo”. O conflito durou duas horas e a polícia teve de recorrer a granadas de gás lacrimogêneo e jatos de água para forçar os manifestantes a deixar o edifício. Dezenas de prisões foram efetuadas pela polícia política.

[...]

O diário e a rádio oficiais sustentam que os manifestantes são “desordeiros” e afirmam que entre eles “há filhos de altos funcionários do partido do governo”. Reina grande tensão na capital polonesa.<sup>161</sup>

Observa-se no excerto, a busca do autor de evidenciar a veracidade das informações ao destacar, antes de quaisquer outros comentários, que elas vêm de diferentes procedências. Há uma necessidade de convencimento de algum leitor desconfiado das fontes norte-americanas. A intenção do artigo é evidenciar a insatisfação de estudantes poloneses com o sistema soviético, e também dos jovens tcheco-eslovacos que são citados na continuidade do texto. Ainda dentro do assunto da imprensa, é importante o contraponto feito pelo autor, ao fim do excerto, quando se destaca que diários e rádios oficiais estão tratando os manifestantes por “desordeiros”, evidenciando-se o uso de aspas para afirmar como fala do outro e não do autor, visto que o autor tratou o sujeito de tais acontecimentos como “manifestantes”. Em contrapartida a este primeiro comentário, a coluna continua abordando outro assunto, mas que simbolicamente costura o texto:

---

<sup>161</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 138 - 17.03.1968 p.7.



[...] Brasil, o fato da semana foi a passagem do primeiro aniversário de governo do marechal Costa e Silva. Um governo com senso de ordem, sério e realizador. E que, a seu modo, procura dar continuidade aos postulados do movimento político-militar de 1964.<sup>162</sup>

Ao se referenciar ao final do primeiro ano de governo de Costa e Silva, Azevedo deixa claro seu posicionamento frente ao governo, o qual caracteriza como sério, realizador e, o mais importante no contexto do que se vinha tratando anteriormente no texto, “um governo com senso de ordem”. É importante lembrar que no dia 17 de março, data da publicação, ainda não havia ocorrido no Brasil nenhuma manifestação estudantil com relevância suficiente a ponto de incomodar governo e chamar atenção da imprensa nacional, embora se saiba que alguns protestos estudantis de menor envergadura já haviam ocorrido, um deles em frente ao restaurante Calabouço. Para Azevedo o mundo soviético está convulsionado pela insatisfação, no Brasil há ordem por causa do referido governo. Na sequência, Azevedo irá tecer algumas críticas e sugestões ao governo, mas o cerne de sua caracterização do governo está explícito nesta passagem. Porém, o mês de março estava apenas na metade e os principais acontecimentos do ano se iniciariam nos seus últimos dias.

Após a avalanche de acontecimentos que cercam a morte do estudante Édson Luís, o posicionamento de Azevedo modifica-se e na coluna de sete de abril, as manifestações estudantis internacionais são significadas de outra maneira:

Mas arruaças e desordens parece que são mesmo uma das notas caracterizadoras destes inquietos e desconcertantes tempos. Em Varsóvia, Roma, Rio, Brasília ou Porto Alegre...

[...] lamentávamos profundamente a morte de um estudante na Guanabara. E encarecíamos o cuidado, a cautela e a habilidade com que se devia prevenir ou reprimir a agitação e desordem, como, dois dias depois, se fazia sentir no editorial de terça-feira, 2, do “Correio do Povo”, no sentido de se adotar “uma política de segurança nacional a um tempo capaz e hábil, e enérgica e sem demasias, temperando-se as medidas de prevenção e repressão indispensáveis com uma nota de moderação equilíbrio e serenidade”. Para só assim poder preservar a ordem e os direitos, [...]

Não há dúvida de que se trata de uma agitação pré-ordenada, de inspiração e condução, dentro e fora dos meios estudantis, facilmente identificáveis. E devem ser punidos e freados todos quantos se entreguem a essas atividades perturbadoras, nefastas e, por vezes, até criminosas.<sup>163</sup>

---

<sup>162</sup> Ibidem.

<sup>163</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política. Correio do Povo*, Porto Alegre, nº. 156 - 07.04.1968 p.7.

Assim, os acontecimentos estudantis de Varsóvia, que no texto anterior era caracterizada como “distúrbios” torna-se - em conjunto com os acontecimentos em Roma, Rio, Brasília e Porto Alegre – “arruaças e desordens” ou uma “agitação pré-ordenada”. Azevedo segue a linha editorial do jornal ao escrever sobre os acontecimentos, atribuindo a culpa aos estudantes. E conclui que as manifestações são “agitações pré-ordenadas”, e que os estudantes inspiradores e conduzidos devam ser “punidos e freados”, pois tais atitudes são consideradas crimes. Na continuação do artigo ele utiliza trecho do editorial *Severidade para com os desordeiros*<sup>164</sup>, o qual afirmara ser as manifestações uma tentativa de “tocar o sentimentalismo popular com a exploração dos cadáveres das vítimas das tropelias por eles mesmos engendradas e promovidas”. Os estudantes envolvidos nas passeatas são caracterizados como criminosos, já que estão se utilizando da morte de Édson Luís, que por sua vez teria sido promovida pelos próprios estudantes. Assim como nos editoriais do Correio do Povo, no texto de Fay de Azevedo há um silêncio sobre as violências policiais, a culpa da violência das manifestações é caracterizada como própria dos estudantes, já que estes querem isto para proveito e exploração. No domingo seguinte, dia 14 de abril, Azevedo se dedica a analisar como manifestações estudantis na capital federal estavam sendo tratadas pelos políticos. O autor cita o registro do cronista Abdias Silva para o qual, “foi indisfarçável durante toda a semana de crise um sentimento de simpatia e tolerância para com os estudantes por parte da congregação política”<sup>165</sup>. De acordo com Abdias Silva, o próprio líder do governo no Senado, Filinto Müller, demonstrara compreensão para com os jovens ao afirmar que é preciso colaborar com os jovens, pois se não o fizerem “teremos o choque das gerações retardando a evolução e propiciando talvez a revolução desejada pelos radicais”<sup>166</sup>. Para o senador há possíveis “agitadores profissionais” e “políticos demagogos” em meio aos estudantes, mas ele faz uma previsão de que após as homenagens ao jovem Édson Luís os estudantes se acalmariam. O conflito entre gerações seria resultado de dois quesitos, o primeiro produzido pela angústia e vontade de solucionar diversos problemas da humanidade, e o segundo deriva das diferentes formas de pensar a resolução destes problemas. Para o senador, os mais

---

<sup>164</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº.153, 04.04.1968 p.4. *Severidade para com os desordeiros*.

<sup>165</sup> apud., AZEVEDO, Fay de. *A semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, nº. 161 - 14.04.1968 p.7.

<sup>166</sup> Ibidem.

velhos tem suas soluções “clássicas” e os jovens teriam idéias próprias e não aceitariam tutelas. A partir destes comentários, Fay de Azevedo problematiza a questão:

Mas quais são as “idéias próprias” dos jovens, segundo a apreciação do senador mato-grossense? O socialismo? Contra que, então, se rebelam os estudantes de Varsóvia e de Praga? E como se explica a fúria dos moços indonésios contra os comunistas, nos áureos (mais ainda recentes) tempos do (politicamente) finado Sr. Sukarno?

Ora, aí está uma tarefa interessantíssima e valiosíssima para pesquisadores da mais alta qualificação psico-sociológica: descobrirem quais são as “idéias próprias” dessa bizarra juventude de cabeludos, barbudos e mini-saias; verificarem contra que eles se revoltam: qual o diálogo possível e satisfatório que aceitariam; e quais as soluções de seu agrado para que o mundo lhes fique à feição com os “coroas” inapelavelmente condenados ao ostracismo...<sup>167</sup>

Azevedo se coloca de forma contrária ao diálogo, ou melhor, de aproximação e apoio aos estudantes demonstrado pelo senador, já que, o colunista coloca em dúvida a noção de que os jovens têm “idéias próprias”, ou mesmo, da própria possibilidade de diálogo. Para o autor, a maneira de vestir e se comportar da juventude caracteriza-a como bizarra. Após estas considerações contra a juventude e em oposição ao posicionamento do senador, Azevedo faz novas colocações nas quais ataca figuras públicas que de alguma forma demonstraram apoio aos estudantes:

Ressalve-se: se a meta for mesmo o socialismo talvez pensem que se salvem, no Brasil, alguns “coroas”... Como Dom Helder Câmara. (duplamente coroa: por contingência capilar (devido à idade) e clerical), para quem “o mundo marcha para o socialismo”, razão por que faz barulho no Recife e adjacências. E Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde) que, como escritos e homem de pensamento (embora conservando a máscara de catolicidade) é uma espécie de Guerra Junqueiro invertido.<sup>168</sup>

Embora o foco da crônica seja política, fica evidente a postura religiosa do cronista e sua preocupação com as ações dos membros da Igreja e de seus fiéis. Percebe-se no autor a importância da “catolicidade”, ou seja, do papel que determinados indivíduos cumprem socialmente como representantes da Igreja ou da fé católica. Há um discurso político pautado pela religião, no qual se percebe um tratamento diferenciado aos indivíduos criticados. Diferente dos “agitadores profissionais”, “demagogos” e “subversivos” que não são pessoalizados, individualizados, identificados – não recebem um rosto, sendo excluídos do discurso -, os religiosos que demonstram um posicionamento político próximo aos estudantes são identificados,

---

<sup>167</sup> Ibidem.

<sup>168</sup> Ibidem.

nomeados, de modo a separar tais figuras da instituição que representam (no caso a Igreja) ou produzindo dúvida a respeito da veracidade de sua fé. É como separar um “joio do trigo”. Embora político, esta lógica discursiva é dirigida a um público religioso, é este que será interpelado.

No mês seguinte, na crônica do dia 19 de maio, Azevedo cita reportagem sobre Dom Vicente Scherer, com a seguinte manchete o seguinte: “D. Vicente apóia socialismo sob um quadro cristão”. Ao explicar a matéria, Azevedo afirma que o assunto tratado pelo arcebispo não era sobre socialismo, mas sim sobre Dom Hélder Câmara e seus pronunciamentos. Dom Vicente explicara que o bispo nordestino cometia alguns equívocos e mal entendidos de linguagem. Mas para Azevedo as explicações de Dom Vicente não são suficientes, visto que continuamente Dom Hélder usaria “chavões comunistas” e acabaria “contribuindo, à sombra da Igreja, para o envenenamento dos espíritos. Como, presentemente, muitos outros padres (inclusive bispos), que estão se convertendo numa “linha auxiliar” da subversão da ordem pública e social”<sup>169</sup>. Deste modo, Azevedo evidencia seu medo e preocupação com relação ao poder que o discurso de Dom Hélder Câmara possa ter. Ao mesmo tempo, enquanto uns indivíduos são evidenciados, outros são apenas generalizados. Esta relação vai ser percebida na crônica de 28 de abril, quando Azevedo vai tratar do atentado à bomba feito contra o jornal *Estado de São Paulo*. Ao analisar o acontecimento, os prováveis motivos e descrever o ferido (o porteiro Mário José Rodrigues), o cronista retoma a argumentação de exploração do cadáver de Édson Luís ao afirmar, “mesmo que Mário e os redatores houvessem morrido ou sofrido deformações físicas, certamente seus cadáveres ou seus físicos disformes não constituiriam pasto para explorações demagógicas como o rapaz do restaurante Calabouço, na Guanabara...”<sup>170</sup>. Para ampliar sua crítica, o autor afirma ter percorrido as colunas<sup>171</sup> da Câmara, Senado e da Assembleia legislativa e não teria encontrado nenhum pronunciamento sobre o atentado, mas em contraposição escutou:

---

<sup>169</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 190 - 19.05.1968 p.7.

<sup>170</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 173 - 28.04.1968 p.7.

<sup>171</sup> Fay de Azevedo se refere às colunas do *Correio do Povo*, dedicadas especificamente aos acontecimentos da câmara dos deputados, do Senado e da Assembléia Legislativa.

De certos parlamentares que, no entanto, não se cansam de verberar violências policiais. Mas só serão condenáveis as violências atribuídas à polícia?... Não tivemos conhecimento tampouco de nenhuma manifestação estudantil de repulsa a tão brutal agressão a um jornal, isto é, a uma negação do princípio da liberdade de imprensa, essencial ao regime democrático.<sup>172</sup>

O termo “certos parlamentares” simboliza a anulação do sujeito, estes não têm “rosto”, não são identificados ou evidenciados, estão ali, mas são apenas os “outros” contrários aos posicionamentos políticos do autor, mas de importância menor que os religiosos favoráveis aos estudantes. Azevedo, também busca evidenciar a parcialidade de “certos parlamentares”. Para terminar sua argumentação, Azevedo ataca também o movimento estudantil, ao significá-lo como algo suspeito, contrário aos ideais de liberdade de imprensa e de regime democrático, já que não demonstrou nenhuma repulsa ao atentado ao *Estado de São Paulo*.

Em *A Semana Política*, de 5 de maio, ao tratar das manifestações ocorridas no dia 1º, o tema da violência torna-se um dos pontos principais da coluna.

a data em que, universalmente, se comemoram as conquistas dos trabalhadores e se lhe formulam as ainda restantes ou renovadas reivindicações, como porque, se , este ano, em nosso país, foi, em geral, ordeira a sua celebração, os acontecimentos de São Paulo, pelo brutalidade de que se revestiram, vieram dar-lhe um sentido de negação democrática. A pedradas e bastonadas.

Quem o Fez? Uma minoria de agitadores infiltrada entre os manifestantes, gente que quer a agitação, a desordem, o motim, o terrorismo, para, à sua sombra, possibilitar a escalada do Poder a um totalitarismo dito “popular” ou “socialista”, o qual, no entanto, na realidade, significará a escravização dos trabalhadores ao Estado, isto é, ao Partido, quer dizer à cúpula do Partido.<sup>173</sup>

De quem, portanto, é a culpa da violência das “pedradas e bastonadas”, de “agitadores” que procuram a desordem, a agitação e o motim. No discurso de Azevedo, as manifestações de 1º de maio, que seriam comumente ordeiras e pacíficas, acabam por ser corrompidas pelos “agitadores profissionais”. De acordo com João Roberto Martins Filho, é neste dia que ocorre a segunda grande participação dos operários brasileiros no “drama” de 1968. Martins Filho afirma que esta participação ocorre em conjunto com o movimento estudantil, no entanto, esta “ação da esquerda organizada não apareceu na imprensa; os jornais conservadores atribuíram a culpa da confusão aos estudantes”<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 179 - 05.05.1968 p.7.

<sup>174</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil: 1968 – México, França e Brasil*, 1996 p.42.

Devido a estas manifestações vários estudantes são presos em São Paulo. Na coluna, quando Azevedo vai tratar especificamente dos estudantes, ele cita uma entrevista do vice-presidente da república, Pedro Aleixo, e elogia seu posicionamento:

Bem apanhado o que comentou Pedro Aleixo em torno desse exploradíssimo chavão do “diálogo”. Do diálogo entre governantes e autoridades universitárias, e estudantes. Claro que ele deve haver. Mas preciso é que, de parte a parte haja realmente vontade de dialogar, de trocar idéias. Porque, se de um lado só o que haja seja o propósito de monologar para que o suposto interlocutor apenas ouça e concorde, não estará se dando um diálogo, mas um monólogo assistido. Além de que o diálogo (somos nós que estamos dizendo) deve versar sobre, preferentemente, educação e ensino...<sup>175</sup>

Azevedo fortalece dois significados importantes, o governo está disposto a dialogar, mas os estudantes não sabem fazer isto, pois querem impor seu pensamento. Novamente ele reforça a ideia de que não é possível dialogar com os estudantes. Porém, ao final do excerto, após criticar os que fazem monólogos, o autor tenta definir quais assuntos são possíveis de se abordar. Para Azevedo os estudantes podem tratar apenas de alguns assuntos, aqueles referentes à sua alçada<sup>176</sup>.

O tema da violência dos estudantes pode ser percebido novamente na “*Semana Política*” de 2 de junho, na qual Azevedo se dedica a analisar as ações de De Gaulle frente às questões do maio de 68 francês. O autor tece vários elogios ao general francês, mas levanta a seguinte questão:

Conseguirá, porém, De Gaulle dominar a situação? Não será nada fácil consegui-lo. Sua tática de inação, se o que objetivava era cansar e desmoralizar o adversário, e fazer com que a opinião nacional, sob a pressão de privações, desconfortos e temores, se voltassem contra os amotinados, por demais, tornando-se assaz difícil, já a esta altura dos acontecimentos, controlá-la. Em verdade, parece que, ante qualquer surto de agitação e desordem, a melhor tática é a sua debelação imediata, custe o que custar, embora, naturalmente, com o máximo de cautela, para que a repressão não tenha efeitos contraproducentes.<sup>177</sup>

Assim, após desenvolver várias críticas às violências das “agitações”, Azevedo conclui, com o exemplo do caso francês, que “ante qualquer surto de agitação e desordem, a melhor tática é sua debelação imediata, **custe o que custar**”. Portanto, se a violência servir para eliminar os surtos de “agitação” ela é válida. O autor até faz suas

---

<sup>175</sup> Ibidem.

<sup>176</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, nº. 219 - 23.06.1968 p.4. *Precisamos ajudar os estudantes*.

<sup>177</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, nº. 202 - 02.06.1968 p.7.

ressalvas, mas o importante é suprimir a “desordem”. Na continuação ele faz sua leitura dos acontecimentos e arrisca uma resposta a sua pergunta: “Parece que a chave da situação está nas mãos do Exército, que até o momento em que alinhamos estas considerações permanecia em silêncio, seguindo sua rígida tradição de ‘o grande mudo’; a que se apegou desde que a França adotou o regime republicano”<sup>178</sup>. Ao finalizar a crônica, Fay de Azevedo dá a entender que toda sua reflexão produzida sobre o caso francês é útil ao contexto brasileiro:

Não sobrou tempo nem espaço para versarmos temas de política nacional como municípios-áreas de interesse da Segurança Nacional e sublegendas. Mas o assunto “França”, só do qual nos ocupamos era mais importante. Mesmo para o Brasil. Não Acham?

Portanto, as “agitações” no Brasil devem ser reprimidas e debeladas “custe o que custar”, e se necessário for, o exército poderá ser uma saída para o problema. O tema da violência pode ser percebido como um conceito chave que permite compreender a lógica do discurso político de Azevedo. Na crônica de 23 de junho, se observarmos como o conceito da “violência” se transforma dentro do texto, fica evidente o discurso político de Azevedo. O autor inicia a coluna tratando das comemorações do levante na Alemanha Oriental de 1953, fala dos diversos movimentos de rebeldia que ocorriam no momento na Europa sovietaizada, faz um pequeno histórico e explica que “a comunização da Europa Oriental [...] não foi, consabidamente, o fruto de uma arraigada e predominante convicção popular, o resultado irresistível (e conscientizada) aspiração das massas. Foi, antes, conseqüência de **putschs** bem sucedidos, de imposição da força...”<sup>179</sup>. Deste modo, ele conclui que os movimentos de rebeldia na Europa Oriental são mostras da insatisfação popular, e a partir disso reflete sobre o caso brasileiro:

A verdade é que, apesar do decurso do tempo, nota-se uma onda de inconformismo e resistência na área dita “socialista” da Europa. O citado levante, na Alemanha Oriental, o ainda mais avultante e sangrento, ocorrido na Hungria e os movimentos de rebeldia e liberalização que se estão verificando em outros países da mesma área – haja vista, mais recentemente, o que vem sucedendo na Tcheco-Eslováquia - constituem inequívocas demonstrações de que o totalitarismo rotulado de “popular”, “socialista” e até “democrático” não está satisfazendo aos povos aos quais foi imposto e que dele querem libertar-se.

Em Contraposição, estamos assistindo, no ocidente, a uma generalizada explosão de violência, da qual tivemos mais um trailer, dias atrás, na

---

<sup>178</sup> Ibidem.

<sup>179</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política. Correio do Povo*, Porto Alegre, n.º. 219 - 23.06.1968 p.9.

Guanabara – cópia mal feita e frustrada do **chienlit** de Paris e das estrepolias de Berlim, Roma, Nova York, Montevidéu, Buenos Aires e outras grandes cidades. Que quer essa gente, que alicia para a baderna até ginásios de quinze anos de idade, de ambos os sexos? A implantação do regime que, visivelmente, não está satisfazendo no outro lado? Um terceiro Regime?

Os movimentos sociais do leste europeu são definidos como resultantes de uma insatisfação com o regime soviético, enquanto que os movimentos desenvolvidos em diversos países capitalistas são significados como “explosões de violência” que tentam instaurar um regime comunista. O discurso de Azevedo evidencia a produção de significados distintos e antagônicos, enquanto que os estudantes da Europa Oriental se rebelam contra governos golpistas, os estudantes ocidentais explodem violentamente contra seus governos democráticos. O que Azevedo procura é relacionar as manifestações estudantis no Brasil com os “*putschs* bem sucedidos” que teriam ocorrido na Europa Oriental, ele constrói um discurso político de oposição às manifestações estudantis utilizando-se de toda uma discursividade religiosa comum à sociedade brasileira. Para isso ele utiliza o conceito da violência, que seria característica dos animais, o que se opõe aos valores religiosos da sociedade. Eis o excerto:

“Fala-se muito em “choque das gerações”. Claro que este existe. Como sempre existiu, em todos os tempos. Só que agora está se exacerbando, se irracionalizando, se animalizando. O que está havendo mesmo é a apontada (e real, aterrorizante real) contradição entre o progresso científico, técnico, material, e o regresso ético, a decadência moral, a frouxidão dos costumes, a bestificação do homem. E o mais curioso e estranho é que isso é aplaudido, apoiado, insuflado por intelectuais, padres e gente da classe média.

A que chegaremos, se a onda de violência se avolumar por demais? Ou se implanta, na crista da anarquia, um torvo totalitarismo de esquerda ou de direita,...”<sup>180</sup>

Outro elemento que está inserido dentro desta lógica é a significação produzida acerca do estudante. É possível perceber duas formas de caracterização destes sujeitos, sendo a primeira relativa ao papel que cumpre nos acontecimentos e a segunda com relação às qualidades e defeitos do sujeito. Por um lado os jovens da Europa Oriental são agentes de sua realidade, pois inconformados, resistem e se rebelam, enquanto que a juventude brasileira não é agente, pois sofre a ação de outrem ao ser aliciada, e por esta razão é ingênua, irracional, violenta e bestializada. Ao encerrar a crônica, Azevedo vai citar rapidamente os acontecimentos, posteriormente conhecidos como *Sexta-Feira Sangrenta*, na Guanabara :

---

180

Ibidem.



entre os mortos figura o soldado da PM, Nelson Barros, atingido por um paralelepípedo e que, no entanto, decerto não será canonizado pelos teólogos da baderna, como o rapaz do Calabouço.

O que nesta mesma crônica já fora dito sobre a irracionalidade dessa onda de violência, que varre o mundo e também envolve o nosso país, é válido e suficiente para os acontecimentos da última sexta-feira no Rio. Reedite-se, contudo, a ressalva já tantas vezes aqui enunciada: Não basta prevenir ou reprimir a truculência criminoso da desordem. Nem aparelhar-se para tanto.

181

Criminosos, baderneiros, truculentos, irracionais, aproveitadores de mortos: eis um resumo das significações atribuídas ao sujeito jovem manifestante. Ao terminar a crônica, o autor fortalece essa construção ao afirmar que para resolver os problemas nacionais é preciso fazer as reformas necessárias e sem demagogia “para não se dar motivação, ainda que inconsequente, a esses desatinos de rapazotes e mocinhas, acionados pelos profissionais da subversão.” Nos textos de Azevedo os estudantes brasileiros dificilmente aparecem como agentes, são normalmente significados como robôs que “acionados” agem para seus manipuladores e mestres.

Após julho as manifestações estudantis no Brasil diminuem em quantidade e força, mas as discussões políticas sobre suas diversas conseqüências permanecem. Uma das questões discutidas é a tentativa de anistia dos estudantes presos. Na “*Semana Política*” de 18 de agosto, Fay de Azevedo pergunta, após explicar o conceito de anistia, se haveria possibilidade de alcançar uma pacificação e retorno da ordem com tal atitude. Eis a resposta:

Deve, pois, haver um senso e oportunidade e adequação. Produziria resultados satisfatórios, no momento, tal medida? É evidente que não. Há grupos de exaltados, notadamente explorando a ingenuidade e a impulsividade de estudantes, os quais o que querem não é a Reforma Universitária ou qualquer outra reforma, mas a derrubada do atual governo e do regime de que ele é expressão. Com anistia ou sem anistia, continuarão tentando fazer arruaças e tropelias. A anistia, tomada como sinal de fraqueza, senão como prêmio ou aplauso, dar-lhes-ia até mais desenvoltura.

[...]

O que, por enquanto, se faz mister é ir ao encontro – na verdade – das reivindicações justas do estudantado brasileiro. E bem encaminhar, acelerando-o, o processo de democratização do Brasil.<sup>182</sup>

---

181 Ibidem.

182 AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 267 - 18.08.1968 p.7.

O estudante, novamente representado como ingênuo e impulsivo, é comandado e explorado por grupos exaltados. Dentro de todo o movimento que ocorre nas ruas o estudante não age, é apenas massa de manobra de grupos extremistas, por tanto, o movimento das ruas não teria legitimidade já que não deseja as reformas, e sim a derrubada do governo. O discurso político de Azevedo se mostra nesta dualidade, que opõe movimento estudantil, “os exaltados”, e governo. Azevedo age como defensor do governo e de seu regime, posicionamento que será retomado, evidenciado e exaltado pelo próprio autor, que em 6 de outubro, explica seu posicionamento e a tacha de conservador. Após comentar o aniversário do *Correio do Povo*, Azevedo afirma:

Uma coisa é ser – sob a égide da ordem e dentro de uma rígida delimitação de liberdades – pela evolução e aperfeiçoamento dos regimes políticos, pelo desenvolvimento econômico das nações, pela justiça social e pela dignidade e bem-estar do povo. E outra, muito diferente, ser pelo populismo ou trabalhismo demagógico; pelo agitacionismo, pela desordem, pela anarquia, que para terrível decepção dos ingênuos, acaba levando ao jugo dos extremismos.<sup>183</sup>

Azevedo explica sua concepção de conservadorismo, o qual se auto classifica, e se coloca em oposição a outros posicionamentos, que obviamente são caracterizados de forma antagônica, Azevedo e conservadores representando a ordem, a evolução, o desenvolvimento econômico e a justiça social de dignidade e bem-estar. Enquanto, que os opositores são a marca do mal, aquilo que aflige o Brasil há muito tempo, ou seja, os populistas, demagógicos, agitadores, anarquistas e extremistas totalitários.

A exemplo do Editorial “*Correio do Povo*”, ano 74<sup>184</sup>, Azevedo vai definir seu conceito de conservador. Existem outras semelhanças entre os editoriais do jornal e a coluna *A Semana Política*. Em diferentes momentos, Azevedo cita excertos inteiros dos editoriais, estes podem ser percebidos quando ocorrem as manifestações em virtude do assassinato de Édson Luís<sup>185</sup>, e quando o jornal se pronuncia sobre o atentado a bomba à sede do *Estado de São Paulo*<sup>186</sup>. É possível, também, traçar um paralelo acerca da caracterização do governo promovida nos textos de Azevedo. Neles o governo militar aparece adjetivado como sério, realizador e de ordem. Ao compararmos a caracterização

---

<sup>183</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política. Correio do Povo*, Porto Alegre, n.º. 06 - 06.10.1968 p.7.

<sup>184</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 01, 01.10.1968 p.4. “*Correio do Povo*”, ano 74.

<sup>185</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 150, 31.03.1968 pg. 4 *ORDEM SEM VIOLÊNCIAS*.

<sup>186</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 168, 23.04.1968 p.4. *Atentado e teste*.

do governo e a feita sobre os estudantes pode-se perceber o discurso político de Azevedo, já que de modo dual e antagônico, opõe governantes sérios e estudantes exaltados e violentos.

Azevedo reforça sua posição ao comentar os movimentos estudantis no leste europeu onde os jovens são considerados como agentes de sua realidade, que inconformados com os governos soviéticos, se rebelam e resistem. Suas ações são consideradas manifestações e distúrbios. Em contraposição, os jovens ocidentais são massa de manobra, ingênua, irracional, violenta e bestializada. Suas ações são caracterizadas como arruaças, desordens e agitações, e no caso dos movimentos brasileiros, chegam a ser comparados a tentativas de “putschs”, parecidos com os que ocorreram na Rússia, Cuba e China. Ao estabelecer um contraste entre jovens da Europa Oriental e ocidentais, ressalta-se a utilização do conceito de violência relacionado à religiosidade brasileira. Ao opor a fé católica à violência, Azevedo constrói um sujeito manifestante, que ao agir com violência é comparado aos animais e bestas, que sem fé perdeu seu caráter de humano, civilizado etc.

Ao observar a religiosidade, a “catolicidade” de Azevedo, pode-se perceber a preocupação do autor com os religiosos que demonstravam apoio aos estudantes ou alguma forma de crítica ao governo. Portanto, Azevedo se caracteriza como um guardião da religião e dos valores de ordem, evolução, dignidade e justiça social, ou seja, o bem. Ao mesmo tempo esta construção é feita em oposição ao mal, os diversos problemas que afligem o Brasil, materializados nos movimentos estudantis brasileiros, pois são populistas, demagógicos, agitadores, anarquistas e extremistas totalitários.

## 4.2 GUSTAVO CORÇÃO

Gustavo Corção foi um importante intelectual da direita católica brasileira, que deu forte lastro para o regime militar. Anticomunista ferrenho ocupou-se largamente das questões- estudantis onde identificava um foco da ideologia. Antes de 1963 foi membro da UDN e sempre esteve bastante ligado aos militares, sendo professor da Escola Técnica do Exército, atual IME (Instituto Militar do Exército). Também esteve ligado a

escola superior de Guerra. Em 1968, Corção trabalhou para dois jornais em diferentes momentos: primeiro para o *Diário de Notícias* e após o mês de abril daquele ano para o jornal *O Globo*. Os artigos do cronista também eram republicados periodicamente, com alguns dias de atraso, no jornal *Correio do Povo*. Deve-se ter presente ao examinar os textos de Corção que como pensador da direita católica tinha uma especial aversão aos setores progressistas da Igreja, que haviam se radicalizado no início da década de 1960. A UNE naquela oportunidade era dirigida pela AP, organização católica de esquerda. Paula, ao referir-se a esta complicada relação de Corção com a igreja afirma: “Corção foi um dos artífices na esfera pública brasileira da legitimação das bases antidemocráticas do regime militar”<sup>187</sup>.

A autora também afirma que o cronista se definiu pela linha-dura no decorrer do tempo, enquanto se relacionava com determinados adversários políticos, que em sua maioria eram personalidades católicas. Deste modo, nos artigos de Corção, são perceptíveis estes elementos: apoio às ações do governo militar e uma ojeriza a determinadas personalidades políticas e religiosas. Estas características acabam por se misturar com os movimentos estudantis, principalmente quando o cronista escreve sobre a UNE. Esta relação é exemplificada por Jalles de Paula, ao analisar um artigo de Corção, do dia 4 de agosto de 1967, que tratava dos acontecimentos acerca da ocorrência do XXIX Congresso da UNE o qual teve por sede um mosteiro beneditino perto de Campinas-SP. No dia 2 de agosto 11 padres norte-americanos foram presos juntos com estudantes, e por este motivo, no mesmo dia, beneditinos e dominicanos e outras ordens fizeram um protesto frente ao prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo. Para Corção esta era uma demonstração do alinhamento de segmentos católicos aos “falsos estudantes”, e por esta razão ele conclamava à imprensa que deixassem de tratá-los por estudantes, ao mesmo tempo que apelava às autoridades as devidas punições aos “desordeiros”. Na continuidade do ano, devido à proximidade do mês de outubro quando aconteceria o II Congresso do Apostolado Leigo, “Corção, em seu artigo de 17 de setembro, apontou os desafios para os leigos do país: comunismo, Teilhard de Chardin, os filocomunistas declarados, as casas religiosas marxistas, a responsabilidade dos padres no conflito entre pais e filhos”<sup>188</sup>. Nesta

---

<sup>187</sup> JALLES de PAULA, Christiane. **Gustavo Corção: apóstolo da linha-dura**. Revista Brasileira de História. vol.32 nº. 63 São Paulo. 2012 p.2.

<sup>188</sup> JALLES de PAULA, op. cit., p.7.

mesma lógica, em 12 de novembro, o cronista denunciava a presença e atuação da AP dentro de setores católicos e por isso demonstrava sua indignação com a amortecida combatividade do governo militar a estas organizações<sup>189</sup>. De acordo com a autora, o posicionamento de Corção frente aos acontecimentos de 1967 promovem suas conclusões acerca do contexto, e sugestões ao governo de como lidar com a situação:

O comunismo que, para Corção, já havia dominado ‘corações e mentes’ dos jovens, ameaçava cada vez mais a Igreja Católica - bastião da ordem.

[...]

Em função desse diagnóstico, na crônica do dia 29 de dezembro Corção advertiu o governo: “esses personagens, leigos ou padres, e até bispos, que não são a Igreja Católica” e, “ao contrário do que vêm fazendo os homens do governo, devem abandonar o diálogo”.<sup>190</sup>

Corção alinha-se definitivamente a linha-dura militar. O excerto também demonstra certa proximidade de Corção com os militares, que também é percebida em outros artigos. De acordo com Paula, o arquivo pessoal<sup>191</sup> de Corção “traz significativa correspondência do líder católico com os militares e também pedidos seus aos ‘donos do poder’ nesse período”<sup>192</sup>. Portanto, é dentro deste contexto que Corção encerra o ano de 1967 e no qual vai basear seus posicionamentos ao longo do ano de 1968. Para desenvolver a análise dos artigos de Corção, optou-se por separá-los em três perspectivas distintas, cada qual com uma lógica discursiva específica: a influência das autoridades clericais no eventos, a relação entre as manifestações e sua religiosidade, e sobre o vínculo entre juventude, manifestações e religião. Alguns dos textos analisados não abordam diretamente o assunto do trabalho, porém a análise destes se faz necessária, pois possibilita visualizar a pluralidade de discursos enunciados por Corção, e como estes influenciam no seu posicionamento e na construção discursiva acerca das mobilizações estudantis. Essas lógicas discursivas, por vezes, se mesclam e dialogam dentro das crônicas, porém a separação nestas três perspectivas possibilita uma melhor compreensão do objeto.

---

<sup>189</sup> Ibidem.

<sup>190</sup> Ibidem.

<sup>191</sup> Resguardado na Biblioteca Nacional

<sup>192</sup> Destas correspondências se mostra de grande significado a solicitação que Corção faz ao presidente Costa e Silva pedindo a nomeação de Gladstone Chaves de Melo para o Conselho Federal de Educação. O pedido é datado de 20 de janeiro de 1968, foi entregue ao presidente pelo general Emílio Garrastazu Médici, e foi aprovado em 1970. Além disso, é importante lembrar que Corção desde 1966 era conselheiro Federal de Cultura. JALLES de PAULA, op. cit., p.7.

#### 4.2.1 O Clero em Suspeição: religiosos perigosos

Em um de seus primeiros artigos do ano, Corção critica *A Ressurreição do ISEB*<sup>193</sup> (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que fora extinto após o golpe de 1964 sob a acusação de promover a sovietação do Brasil. Neste artigo Corção tece uma crítica a determinados professores do ISEB e que em 1968 estavam trabalhando no Colégio do Brasil onde lecionavam a disciplina de história, “o cavalo de Tróia da pregação marxista”<sup>194</sup>.

Outro elemento constante é a crítica do cronista aos integrantes do clero que se posicionam contra o governo ou no sentido de mediar as relações entre movimento estudantil e governo. Exemplo disto observa-se em diversos artigos destacando-se os textos *Aniversário da Revolução Cubana*<sup>195</sup> e *Que Igreja é Essa? II*<sup>196</sup>. No primeiro, ao analisar a situação econômica de Cuba e o uso da palavra “Austeridade” por parte de Fidel Castro, Corção consegue desenvolver uma crítica a perda do sentido das palavras e deste modo transfere a mesma crítica a Don Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, que havia afirmado em uma entrevista que o governo não oferecia condições para o “diálogo”, tendo esta palavra perdido também o seu sentido. Deste modo, Corção conclui que Don Helder ao fazer tal declaração parece desejar alcançar a simpatia de fotógrafos e entrevistadores. O arcebispo, que criticara o governo, acaba por ser caracterizado como um aproveitador, ou exibicionista midiático.

O artigo *Que Igreja é Essa ?(II)*, tem como alvo Don Avelar Brandão, arcebispo de Terezina, com o qual Corção mantém uma polêmica. Depois de ter criticado o envolvimento do clero com a publicidade e a imprensa - em artigo homônimo feito em dezembro de 1967- Corção retoma esta crítica em 11 de janeiro. Para o autor, o grande problema era a necessidade do clero aparecer na imprensa, para isso ele usa de exemplo Don Avelar. O arcebispo tinha uma coluna no Jornal do Brasil, onde pedira o restabelecimento da UNE. Deste modo, Corção encerra afirmando:

---

<sup>193</sup> CORÇÃO, Gustavo. *A Ressurreição do ISEB*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 77 - 04/01/1968 p. 4.

<sup>194</sup> Ibidem.

<sup>195</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Aniversário da Revolução Cubana*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 81 - 09/01/1968 p.4.

<sup>196</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Que Igreja é Essa ?(II)*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 83 - 11/01/1968 p.4.

Todos nós teríamos a lucrar se os homens de Igreja já se tornassem mais comedidos. Não se aplica a Dom Avelar o que passo a dizer, mas é intolerável a ideia de que estejam a reclamar “reformas” deste Governo, afinal de conta bem intencionado aqueles que não disseram uma só palavra de reprovação quando o Brasil era roubado e pervertido pelos maus governos que levaram o exército a revolução de 64.<sup>197</sup>

Corção construía um ataque ácido aos religiosos que criticavam ou cobravam “reformas” do governo, esses seriam identificados como apoiadores dos governos anteriores, portanto, como mal-intencionados, corruptos, demagógicos e diversos outros significados atribuídos aos governos anteriores. O mesmo ocorre com os religiosos que demonstram envolvimento com as manifestações estudantis. No dia 25 de abril o Correio do Povo publicava *Casa sem educação todos gritam e ninguém tem razão*, artigo no qual Corção se pronunciava a respeito das manifestações decorrentes da missa de sétimo dia da morte do estudante Edson Luís. Publicada inicialmente no jornal O Globo, em 13 de abril, a crônica era uma resposta de Corção à atuação da Igreja nos acontecimentos. Para o escritor os ocorridos podiam ser resumidos a um “poliedro de erros”, em que todos os envolvidos atingiram “certa perfeição no gênero”. No entanto, a face mais espaçosa seria a do clero, a exceção seria apenas dos bons padres “que tiveram uma intervenção muito boa na porta da Candelária”<sup>198</sup>. No restante do texto Corção critica o documento publicado em diversos jornais de autoria de D. José Castro Pinto e pelo padre Vicente Adamo, pois estes estariam pretensamente falando em nome da Igreja, e que as pessoas envolvidas no documento não seriam credenciadas a discutir sobre educação, pois seus argumentos iriam contra as noções de autoridade e disciplina. Na continuidade, afirma que os redatores do pronunciamento eclesiástico teriam cometido uma injustiça com relação aos estudantes, pois:

[...] quando admitem que a minoria de manifestantes e agitadores, ou teleguiados, é representativa de nossa mocidade. Não, nossos bons meninos, que repelem a farsa da máscara estudantil dada à infiltração comunista, não são representados por aqueles agitadores, nem por estes eclesiásticos. Chega-se à conclusão melancólica que estão todos contra os reais e legítimos interesses dos moços que querem estudar e não encontram condições<sup>199</sup>.

Neste último trecho em destaque, é possível perceber duas formas distintas de significar os jovens envolvidos nas manifestações, a primeira é relativa aos “bons meninos”, ou seja, os verdadeiros estudantes que não poderiam ser representados pela

---

<sup>197</sup> Ibidem.

<sup>198</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Casa sem educação todos gritam e ninguém tem razão*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 170 - 25/04/1968 p.4.

<sup>199</sup> Ibidem.

segunda significação, os agitadores comunistas. Portanto, os jovens envolvidos nas passeatas não são considerados estudantes. No mesmo contexto, o autor se refere à UNE de modo parecido ao afirmar que “na história das lutas estudantis, resumida no pronunciamento eclesiástico, não vejo a menor referência aos comunistas e ao vergonhoso fato de existirem na UNE muitos gatunos precoces nos áureos tempos jucelínicos e goulartianos”<sup>200</sup>. Ao fim do texto, Corção afirma que a questão piora por causa da defesa que o bispo e o padre fazem às reivindicações estudantis – como as críticas aos acordos MEC-USAID. Deste modo, ele encerra afirmando: “- Padres, pelo amor de Deus, não atrapalhem! Já temos suficientes fatores de perturbação, a começar pelo próprio Governo que se atrapalha às vezes de um modo exagerado”<sup>201</sup>. Quanto às atitudes do governo fica uma crítica fugaz e uma reafirmação da sua visão sobre o clero brasileiro.

Este último artigo de Corção, *Casa sem educação todos gritam e ninguém tem razão*, tem diversos elementos semelhantes aos editoriais do *Correio do Povo* do mesmo período. No editorial *ORDEM SEM VIOLÊNCIAS*<sup>202</sup>, de 31 de março, percebe-se um ataque à UNE e os jovens manifestantes são relacionados aos governos anteriores ao golpe de 1964, considerados demagógicos e corruptos. Nos editoriais posteriores: *Governo, Rio Grande e Ordem*<sup>203</sup>, de 2 de abril, e *Severidade para com os desordeiros*<sup>204</sup>, de 4 de abril, os estudantes são significados de maneira parecida ao artigo de Corção. Há uma diferenciação entre estudantes e manifestantes, os primeiros são a maioria que está estudando, e os manifestantes são uma minoria que não quer estudar, e estão infiltrados entre os jovens. A figura do jovem que protesta é descrito como uma minoria irracional, raivosa, desatinada, ingênua, controlada e instrumento de desordem de mal intencionados. Portanto, há um paralelismo entre editoriais e os artigos de Corção ao descreverem os acontecimentos do período.

---

<sup>200</sup> Ibidem.

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 150, 31.03.1968 p. 4 *ORDEM SEM VIOLÊNCIAS*.

<sup>203</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº. 151, 02.04.1968 p. 4. *Governo, Rio Grande e Ordem*.

<sup>204</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, nº.153, 04.04.1968 p.4. *Severidade para com os desordeiros*.



No início do mês de julho, após todos os acontecimentos do maio francês e do junho brasileiro, Gustavo Corção retoma suas críticas contra membros da Igreja. No artigo *Sem Respeito e Sem Pudor*, o colunista desenvolve uma crítica ao arcebispo de Olinda e Recife, Don Helder Câmara. A crítica se baseia na seguinte frase pronunciada pelo arcebispo: “Abra-se, enquanto é tempo, um corajoso e ilimitado crédito de confiança à juventude. Os jovens não admitem meia confiança”<sup>205</sup>. Para Corção, a frase não faz sentido, pois seria “mais razoável, mais prudente, mais católico, e infinitamente mais pastoral, aconselhar os jovens a terem confiança em seus pais e em seus mestres”. Corção relativiza seu argumento ao afirmar que existem pais indignos assim como mestres, mas aproveita esta construção para afirmar que há “até arcebispos indignos. Deste modo, o colunista produz um ataque direto a Don Helder utilizando analogias nas quais transporta a frase para exemplos na realidade, como o trecho abaixo:

Eu gostaria que o arcebispo desdobrasse seu pensamento com alguns exemplos concretos. Querirá por exemplo Sua Excelência que os exames vestibulares nas universidades sejam substituídos pelas palavras de honra? Ou quem sabe, (tremo de pensar) se o senhor Arcebispo não deseja que os moços de vinte anos, mal formados e deformados, influam diretamente na difícil problemática do ensino e da educação? Todos nós sabemos que os moços mal orientados pelas respectivas famílias, e pelos professores, andaram pelas ruas a combater o acordo MEC-USAID, e a reivindicar o privilégio de terem os universitários uma refeição custeada pela parte mais pobre da população.<sup>206</sup>

No excerto, Corção explicita seu posicionamento acerca da participação política dos jovens, estes são para o colunista “mal formados ou deformados” e não teriam capacidade de influenciar na administração do ensino e da educação nacional. Também, novamente é retomada a caracterização do jovem como um sujeito sem autonomia e que se deixa levar pela orientação errônea das famílias e professores, mostra disso seria a participação dos estudantes em passeatas contra os acordos MEC-USAID, ou nas manifestações em frente ao restaurante Calabouço. Embora a fala de Corção caracterize os acordos MEC-USAID como algo benéfico para a educação nacional, isto não era uma visão unânime sobre o assunto. Como afirma Rodrigo Patto Sá Motta, desde 1966 os acordos geravam grande repercussão pública, e ao avaliar o posicionamento de diferentes jornais sobre o assunto Motta percebe uma divisão de pensamentos. Enquanto que o *Estadão* (de São Paulo) e *O Globo* apoiavam os acordos, a *Folha de São Paulo* e

---

<sup>205</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Sem Respeito e Sem Pudor*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 228 - 04.07.1968 p.4.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

o *Correio da Manhã* se posicionavam criticamente e acolhiam vozes críticas ao assunto, como Carlos Lacerda e Don Helder Câmara<sup>207</sup>. Em virtude das manifestações, os acordos ganharam maior relevância, e em 1967 e 1968 a situação havia ficado mais constrangedora, pois alguns setores base do governo também desenvolviam suas críticas aos acordos. De acordo com Motta:

A repercussão pública das críticas ao MEC-USAID, que traziam à tona a embaraçosa acusação de subserviência ao estrangeiro, colocou os governantes brasileiros em situação delicada. O recém-empossado presidente Costa e Silva tinha entre seus apoiadores grupos nacionalistas de direita das Forças Armadas. Tais setores haviam atacado o governo Castello Branco por excessiva afinidade com os interesses americanos, e Costa e Silva não desejava o mesmo tipo de carga. De forma paradoxal, o arco de descontentamento social contra a influência dos Estados Unidos incluía também alguns militares. Para aplacar os descontentes, o segundo governo militar deixou os acordos com a Usaid em banho-maria, sobretudo o que envolvia a reformulação geral das universidades, o mais polêmico visível.<sup>208</sup>

Portanto, não havia unanimidade a respeito do assunto, mas a fala de Corção entende os acordos MEC-Usaid como algo dado, um benefício certo e concreto, que só traria vantagens para a educação nacional. Na continuidade do texto *Sem Respeito e Sem Pudor*, o colunista dá outros exemplos a partir da frase do arcebispo. Ele afirma que se depositássemos a confiança os jovens teríamos de resolver um pequeno problema: “todos nós estamos cansados de saber que os pobres jovens que não obedecem em casa aos pais vêm obedecer nas ruas a vários indivíduos que já ultrapassaram de muito a faixa da infalibilidade etária”<sup>209</sup>. Estes indivíduos vão ser exemplificados pelo autor, que cita Hélio Pellegrino, Otto Maria Carpeaux, Frei Chico<sup>210</sup>, os “marmanjos” da Ação Popular, da ACI e POLOC. Continuando com a lógica do jovem como um ser sem autonomia o colunista cita aqueles intelectuais e líderes que para ele seriam as principais influências dos manifestantes. No artigo, *Sem Respeito e Sem Pudor*, ao tentar dar sentido às suas exemplificações, Corção afirma:

Os progressistas católicos e marxistas estão pretendendo formar uma sociedade privada de dois elementos que até hoje, em todas as civilizações,

---

<sup>207</sup> Motta, op. cit., p. 127.

<sup>208</sup> Motta, op. cit., p.129.

<sup>209</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n.º. 228, 04.07.1968 p.4. *Sem Respeito e Sem Pudor*.

<sup>210</sup> Hélio Pellegrino foi um psicanalista, escritor e poeta brasileiro que se tornou célebre entre os manifestantes de 1968 por sua trajetória de militância de esquerda. Entre 1966 e 1968, trabalhou no *Correio da Manhã*, sendo preso em 1969; Otto Maria Carpeaux foi forte opositor do Regime militar. Crítico literário e católico, Carpeaux era filho de judeus e fugira da Europa em 1939 diante da escalada nazista; Frei Chico era um conhecido militante do Partido Comunista Brasileiro.

desde a mais remota antiguidade, nunca faltaram na atmosfera da humana convivência. Refiro-me ao respeito e ao pudor. Eles querem transistorizar o mundo, querem construir uma cidade povoada por animais mansos em amena convivência destituída de qualquer dimensão vertical. E para a realização desse ideal zootécnico é preciso abolir o respeito e o pudor. Com a abolição do respeito consegue-se a ruptura completa que permita a edificação da nova cidade sem transcendências e alienações: com a abolição do pudor quebra-se o último fio de mistério que faz de nosso corpo, de nosso pobre corpo, um punhado de moléculas espiritualizadas e empenhadas na mesma vertiginosa aspiração de uma vida mais alta. Quebradas as duas coisas teremos o mais abjeto dos mundos de onde conseguimos expulsar a sombra de um Deus que nos quer transfigurados.<sup>211</sup>

Para Corção, as duas características que nos diferenciam dos animais seriam o respeito e o pudor. A sua argumentação tem uma base religiosa, e sua lógica se constrói ao pensar o respeito como alicerce de uma relação vertical, tanto no sentido da divindade, quanto de autoridade e hierarquia. Como o pudor está estritamente relacionado ao sexo e seu vínculo com o divino na concepção católica, na continuidade, Corção acusa Dom Helder de atentar contra a autoridade e de tentar animalizar o povo ao tratar do tabu do sexo:

A especialidade de Dom Helder se cinge à destruição da autoridade, e cá está sua contribuição inegável, indiscutível, nesta frase em que entregamos o mundo à imaturidade depois de tê-la inflado de orgulho. Dom Helder não trabalha na destruição do tabu do sexo, ao menos de modo ostensivo e direto, mas não ignora que seus companheiros de progressismo, no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte, em todo o Brasil, estão ativamente trabalhando para conseguir o prodígio que o mundo até hoje não viu: uma humanidade sem pudor. Há colégios religiosos em que as mães, que ainda anteontem se confessavam tremendo quando viam um mosquito nu no banheiro, mostram bondosamente, a meninas de seis anos, com figuras e bonecos plásticos, como é que fazem o papai e a mamãe.

Há neste fenômeno um aspecto que me intriga profundamente. Os Comunistas conseguiram animalizar o pobre povo russo a ponto de usarem alegremente latrinas coletivas e em anfiteatro. Mas nunca tiveram a ideia de ensinar a função sexual a meninas de cinco e seis anos: esta tarefa estava reservada aos progressistas que ainda se dizem católicos para nossa infinita vergonha.<sup>212</sup>

De maneira enfática, Corção ataca diretamente a figura do Arcebispo de Recife e Olinda. É importante destacar que neste momento Dom Helder Câmara já era um crítico importante ao governo militar, e acaba por se tornar, após o Ato institucional nº 5, uma das personalidades religiosas mais censuradas e perseguidas pelo governo militar. Com a conclusão do texto, o colunista significa o grupo intitulado progressistas, no qual estaria inserido o arcebispo, como se fossem piores e mais baixos que os comunistas

---

<sup>211</sup> Ibidem.

<sup>212</sup> Ibidem.

russos pelo fato de desenvolver aulas de orientação sexual a meninas. Portanto, o perigo do desaparecimento do pudor estaria vinculado ao ensino sexual às meninas.

O ataque de Corção a figuras da igreja, como já foi dito, tornou-se neste contexto algo cotidiano e direcionado àqueles que desenvolviam críticas ao governo, demonstravam apoio aos estudantes ou que de alguma forma pronunciavam concepções religiosas diferenciadas das de Corção. No final do mês de junho de 1968, o colunista havia criticado o padre José Comblin, que na época, trabalhava como professor no Instituto de Teologia do Recife a convite de Dom Helder. Na coluna *Estranhas Declarações*<sup>213</sup>, Corção criticava o conteúdo revolucionário de um texto produzido pelo padre e também por suas explicações, que para o colunista, apenas pioraram a situação. Esta contínua e crescente preocupação de Corção com o envolvimento de setores da Igreja com as massas estudantis é explicada por Jalles de Paula. De acordo com a autora, a maior parte dos setores da Igreja católica brasileira apoiaram o golpe de 1964, porém este apoio vai diminuindo ao longo do tempo e em 1968 já é perceptível a oposição de membros da Igreja, alguns de maior hierarquia, ao regime militar. Por esta razão, “não é impróprio afirmar que Corção foi uma das peças do Regime militar para tentar frear a perda de apoio católico que ocorreu em ritmo lento até 1969, acelerando-se depois disso”<sup>214</sup>. Ao visualizarmos as notícias publicadas pelo jornal *Correio do Povo* é possível perceber esta relação de perda do apoio da igreja<sup>215</sup>. Portanto, Jalles de Paula conclui:

A Tese da ameaça comunista, inicialmente localizada no mundo político, e, depois, radicalizada no catolicismo, constitui fator determinante na radicalização da produção discursiva, e também dos posicionamentos políticos, de Gustavo Corção. É importante ressaltar que Corção ao apresentar seus argumentos a favor do regime militar percebia o catolicismo não apenas como base de apoio, mas a própria razão de ser do movimento de 1964; e que a defesa da civilização cristã contra o ‘diabo vermelho’ justificava quaisquer ações do governo<sup>216</sup>.

---

<sup>213</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Estranhas Declarações*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 222 - 27.06.1968 p.4.

<sup>214</sup> JALLES de PAULA, op. cit., p.10.

<sup>215</sup> Pronunciamentos de figuras religiosas ou notícias relacionadas a tais eventos são um demonstrativo deste contexto. No dia 06 de abril, em seu programa de rádio semanal Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, afirmou que não via formas de legitimar as violências contra os estudantes e que era preciso fortalecer o diálogo entre governo e estudantes, entre pais e filhos. No dia seguinte, o jornal *Correio do Povo* publicava o pronunciamento de Dom Vicente Scherer na íntegra e dentro do seu 2º caderno, demonstrando a relevância da fala do arcebispo.

<sup>216</sup> JALLES de PAULA, op. cit., p.9.

Nesta temática as crônicas de Corção se assemelham aos textos de Fay de Azevedo<sup>217</sup>, pois ambos vão desenvolver ataques a figuras religiosas que se pronunciaram em apoio aos estudantes. Estes ataques continuam ao longo do ano, porém, a partir do incremento das manifestações estudantis no Brasil e no mundo o tema da religião fica fortemente relacionado com as manifestações. A partir de sua religiosidade, Corção desenvolve sua interpretação sobre os fatos e dentro desta lógica demonstra a sua visão acerca da participação estudantil nos eventos.

#### 4.2.2 Manifestações Estudantis e Religiosidade

Após o movimentado mês de abril, devido aos acontecimentos relacionados à morte de Édson Luís, em maio diminuem as manifestações brasileiras, porém emergem com grande força na imprensa os acontecimentos franceses. Dentre os artigos de Corção publicados no mês, sobre o Maio de 1968 destaca-se o artigo denominado “Anarquismo”. Neste texto o autor demonstra estar estupefato com os acontecimentos em Paris, para ele o movimento não tem nenhum objetivo, e mesmo que apareçam retratos de Guevara nas paredes da Universidade de Sorbonne o movimento não teria configuração doutrinária, pois até o próprio partido comunista francês estaria desnortado com os acontecimentos. Portanto, tudo aquilo não passava de uma explosão anárquica. Corção reafirma sua opinião de que o mundo estaria passando por uma crise de autoridade, da qual o maio de 68 seria um sintoma, e enfatiza os perigos de suas imprevisíveis consequências. Porém, esta crise de autoridade não é atual, ela advém de diferentes acontecimentos que remontam há quatro séculos. Um dos primeiros fatores que contribuíram para a atual crise seria o humanismo renascentista que pretendia “ser autônomo, centrado no próprio homem, desligado de qualquer instância mais alta”<sup>218</sup>. Logo após, viria o protestantismo, que ao “esbofetear” a Igreja, teria trazido as sementes do individualismo e do liberalismo. Com o ideal legítimo de um governo de maior participação acaba por surgir o que o autor chama de Democratismo, espécie de democracia que desvaloriza as estruturas hierárquicas e nivela todo o processo pelo nível mais baixo. Em seguida teria vindo a utopia do progresso baseada nos avanços

---

<sup>217</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 190 - 19.05.1968 p.7.

<sup>218</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Anarquismo*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 202 - 02/06/1968 - p.4.

científicos e técnicos “em detrimento das seculares conquistas da experiência política e moral”<sup>219</sup>.

Por fim, toda a situação teria piorado com o surgimento do marxismo, que para Corção é um “aleijão ideológico”. Desta forma, estes acontecimentos fluíram para a crise de autoridade sentida em 1968. O contexto vivenciado era resultado de um ressentimento produzido pelo marxismo. Corção explica como o ressentimento acabou por produzir este momento:

O ressentido julga que a autoridade e a obediência diminuem o homem, e conclui que só a si mesmo, aos seus humores, aos seus nervos, aos seus impulsos instintivos deva obedecer. O psicologismo derivado da ciência dos grandes psicólogos do século trás uma contribuição final: é dentro do próprio psiquismo que lutam em instâncias antagônicas, o Pai e o Filho. E aí está a desordem em Paris como exemplo didático de todas essas considerações filosóficas. O que se desencadeou é o espírito do anarquismo, da desobediência em estado puro.<sup>220</sup>

O jovem da atualidade, e principalmente aquele envolvido em manifestações, como os estudantes de Paris, são caracterizados como ressentidos da autoridade de seus pais. São consideradas crianças brigando com os adultos. Desta forma, Corção explica os acontecimentos do maio de 1968 francês e levanta o mesmo tom de preocupação para o contexto brasileiro, sobre o qual conclui: os problemas educacionais brasileiros não estão apenas ligados a questões de desenvolvimento e de ascensão humana, mas também a salvação nacional. Neste sentido o escritor retoma seu principal assunto, a crítica ao clero brasileiro, ao afirmar que para o Brasil se precaver destes acontecimentos é preciso perceber que na França os estudantes estão vinculados com os movimentos operários, mas no país as “desordens estudantis se somaram a desordens no clero dito progressista”<sup>221</sup>. Corção suplica aos bispos brasileiros que parem de se preocupar com a economia, sociologia, agricultura e outras questões do gênero e passem a cuidar apenas dos padres, já que:

Todos nós já observamos que a regra geral dos pronunciamentos clericais reformistas de nosso tempo colocam toda a ênfase no reformismo e silenciam misteriosamente o objeto, a direção, o claro objetivo de tais reformas. Pergunte o governo aos senhores Bispos o que eles querem mais exatamente quando assinam tais manifestos e terão sempre a resposta do mesmo silêncio. E por que? Porque não sabem exatamente o que querem. Os padres progressistas também não sabem exatamente o que querem. Os instigadores

---

219 Ibidem.

220 Ibidem.

221 Ibidem.

da juventude disponível também não sabem o que desejam. O movimento estudantil francês também não sabe o que quer. Ou melhor, esses progressistas não sabem o que querem para o futuro, mas sabem perfeitissimamente o que querem em relação ao passado, ao pai, à Igreja: querem romper.<sup>222</sup>

Deste modo, Corção reúne os “instigadores”, os jovens brasileiros, o clero e os estudantes franceses no mesmo arco simbólico. Estes não “sabem o que querem” com relação ao futuro, e cultivam um desdém em relação ao passado e com as figuras de autoridade, como o pai (tendo um duplo sentido implícito, pois pode se referenciar a Deus ou aos progenitores) e a Igreja.

Em julho, mês que encerra os acontecimentos franceses, destacam-se os resultados das eleições francesas após as manifestações de maio. No artigo *Sinais dos Tempos*, o colunista descreve a vitória do general De Gaulle e de seu partido como esmagadora, arrasadora e de grande importância, mas lhe impressiona a derrota que logo seguiu a vitória. Para Corção, o anúncio de De Gaulle que afirmou sua intenção de empreender “reformas”, logo após a confirmação do resultado, foi uma derrota. O colunista afirma ser a favor da ideia de reforma, pois a origem da palavra seria primitivamente um sinônimo de restauração, “de recuperação de um passado”, e não transformação como estava sendo pregado. O autor não gosta da utilização da palavra no plural, pois:

colocado no plural e destituído de qualquer especificação, o termo “reformas” significa desvario de inovações ou então significa concessão ao espírito do tempo. Não acredito que o general De Gaulle queira destruir as catedrais, como ardentemente desejam os progressistas católicos. Suponho que o líder francês está apenas pagando seu pedágio na “pons asinorum”. Sim, há uma espécie nova de imposto que os tratadistas de direito fiscal ainda não descobriram. Parecido com o imposto de renda por incidir sobre todos, como o sol e a chuva, o imposto que me refiro é aquele que é regulamentado e cobrado pela burrice universal. Cada época tem sua atmosfera, seu oxigênio e seu azoto. O azoto de nossa época é esse reformismo bocó que dará à pobre humanidade descontente consigo mesma uma esperança qualquer, vagamente parecida com a de um milhar no jacaré. Jogando nas “reformas”, quem sabe se não ganharemos um prêmio de mutação biológica ou histórica que nos liberte da chatice secular que já nos pesa. Você já pensou no que seja o peso de vinte séculos de cristianismo? Já pensou no número maior de séculos de permanência no estágio do homo-sapiens? Por isso fez tanto sucesso a obra fantasiosa de Teilhard de Chardin: ela nos promete asas ou caudas que nos aliviem dessa obsessiva e chatíssima humanidade. Queremos reformas, reformas, reformas...<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> CORÇÃO, Gustavo, *Sinais dos tempos*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, nº. 231 - 07.07.1968 p.4.

Mesmo ao tratar de assunto diverso, como o maio de 68, Corção acaba por relacionar e retomar seu foco de preocupação, a religiosidade católica. Deste modo, ele consegue vincular a atitude do general De Gaulle – o anúncio de reformas na França – com um de seus alvos costumeiros, o padre jesuíta Teilhard de Chardin. Para o colunista as “reformas” seriam desvários inovadores ou uma concessão ao “espírito do tempo”. Sobre este “espírito do tempo”, Corção afirma que uma de suas características é o desejo de “destruir catedrais” que seria próprio dos progressistas católicos. Portanto, autor as “reformas” seriam a materialização de uma forma de pensamento que resultaria na destruição da Igreja, ou da religiosidade católica. Isto se confirma na continuidade de sua argumentação, quando afirma ironicamente que ao jogarmos nossas esperanças nas “reformas” poderíamos ganhar um prêmio de “mutação biológica ou histórica” que nos libertaria da chatice de vinte séculos de cristianismo, ou mesmo do nosso estágio enquanto homo sapiens. Obviamente, dentro do discurso político e autoritário de Corção, o “espírito do tempo”, e sua característica reformista é como um imposto que todos devem pagar, e sua razão seria a “burrice universal”. Após o texto acima, Corção reforça seu argumento ao citar o Papa, que no dia de encerramento do ano da fé teria feito um discurso melancólico no qual queixara-se da “paixão de mudança e novidade” que possuía o mundo inteiro<sup>224</sup>. Porém, o colunista considerou tal fala sem muita profundidade, pois seria necessária uma orientação mais nítida e com maior posicionamento daquele que é o líder do “rebanho de cristo”. Deste modo, Corção conclui que há um perigo que reside nas palavras e nos seus sentidos. O Papa precisaria explicar os sentidos de renovação religiosa, antes que os “progressistas” transformassem os evangelhos em trocadilhos<sup>225</sup>. Corção encara sua religiosidade como algo estritamente relacionado a um processo civilizatório, como se sua religião fosse base para o estágio de progresso social estabelecido e qualquer forma de ação e concepção que fujam de sua religiosidade são tidas como ataques à Igreja e um retrocesso neste estágio de ordem social. As manifestações, portanto, são compreendidas a partir desta ótica, exemplo disto é o artigo *Valor Próprio*, publicado em 21 de julho, no qual o autor faz um elogio a solidão individual que eleva a Deus, e em contraponto critica o comunitarismo dos estudantes, ou seja, a valorização dos grupos maiores em detrimento

---

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Ibidem.



dos menores<sup>226</sup>. As ações estudantis de massa são significadas como uma oposição aos valores religiosos e de busca do divino.

Há para Corção uma revolução no mundo, essa é a massificação do homem, o comunismo é apenas um caso particular, das diversas formas de expressão do homem-massa. Ao longo do ano ele reforça essa argumentação e, em um artigo de 09 outubro, vai deixar explícito esta relação entre homem-massa, religião e manifestações estudantis. Ao tratar da ocupação da reitoria da PUC-SP, Corção afirma:

Há problemas graves na questão propriamente universitária, mas não são esses problemas que determinam, que causam as agitações pelo mundo inteiro, embora em todas apareçam estandartes com reivindicações de tipo universitário. Aqui entre nós, por exemplo, os moços ostentaram faixas com dizeres relativos às verbas e às vagas oferecidas nos exames vestibulares, mas a dominante da agitação, a razão principal da anarquia está a léguas desses motivos que são meros pretextos. Pode ser que os próprios rapazes, mais vítimas do que algozes, não saibam discernir muito bem o que querem, mas não estendo a hipótese benevolente aos poucos que constituem os focos de agitação. Esses poucos, também mais empurrados do que agentes principais, já não possuem a ingenuidade e a tendência inocentemente anárquica de todos os moços. São simplesmente perversos, ressentidos graves, responsáveis pelo que fazem. E se são empurrados, como disse, é pelo que tem de mau, de ressentido, de venenoso, que o vento os compele.

As armas que temos para combater essa onda de achatamento do homem são os grandes princípios que a Igreja sempre ostentou e defendeu para o bem dos homens, mas infelizmente para nós o próprio mundo católico está infiltrado de agentes da revolução.

Não temos nenhum grande Lutero a vociferar contra o papado, mas temos milhões de luterinhos a roerem os pés da cátedra de Pedro.<sup>227</sup>

Para Corção, o mundo passa por uma crise resultante do combate ao princípio de autoridade. A Igreja seria uma das guardiãs de tal princípio, e somente por ela é possível evitar a massificação do homem. Dentro desta relação está o jovem estudante que serviria de massa de manobra. A construção de Corção se faz de tal modo que, ao considerar a religião como estandarte e base da ordem social, compara os estudantes manifestantes a Lutero, como se as reivindicações políticas dos estudantes fossem um ataque aos preceitos da Igreja Católica. Partindo desta reflexão é compreensível a visão antagônica, e é a partir desta lógica que o cronista vai propor formas de resolver as “agitações”:

---

<sup>226</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Valor Próprio*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 243 - 21.07.1968 p.4.

<sup>227</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Em Torno das Agitações Estudantis*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 09 - 10.10.1968 p.4.

No processo de destruição das hierarquias e de massificação do homem cabe à juventude perversa um papel de destaque, porque é nesta quadra da vida que se torna mais aguda e dolorosa a tensão entre as gerações.

A primeira medida que se impõe, por conseguinte, é a da discriminação. É preciso gritar a própria evidência: há jovens bons, estudantes bons, e jovens maus e maus estudantes. É preciso ajudar e encorajar os primeiros; e é preciso punir rigorosamente os segundos. [...] Tudo deve convergir para o serviço do bem e a repressão do mal. Discriminação pela idade, o mundo se recusa a fazer a única discriminação que deve ser feita: a discriminação moral.<sup>228</sup>

Ao pensar dentro da lógica de bem e mal, Corção demonstra também seu posicionamento político frente aos acontecimentos. Há atitudes certas e outras erradas, deve-se, portanto, separar os indivíduos, apoiar os que servem ao bem e reprimir os agentes do mal.

#### 4.2.3 Manifestações Estudantis e a Juventude

A análise dos artigos de Corção que têm como tema a questão estudantil possibilita perceber como ele significa discursivamente os estudantes, suas ações e motivos. Também é possível perceber como seu posicionamento se modifica ao longo do ano de acordo com os acontecimentos. Após a análise feita a partir da crônica *Em Torno das Agitações Estudantis*, produzida em outubro, é interessante contrapor com um artigo produzido no início do ano, quando os acontecimentos de 1968 ainda estavam iniciando.

Em abril, destaca-se o artigo *Descaso e Demagogia*, no qual Corção afirma que a culpa dos diversos problemas estudantis e da impossibilidade de progresso da educação e da cultura no Brasil estaria em dois entraves, o descaso e a demagogia. Ao analisar os acontecimentos do restaurante Calabouço e do assassinato do estudante Édson Luís, Corção afirma que o estudante é um privilegiado e ao mesmo tempo um abandonado. Privilegiado, pois recebe uma infinidade de pequenas coisas que seriam ineficazes, estúpidas e deseducadoras, e da mesma forma estão abandonados das “coisas essenciais que deveriam constituir a vida, a honra e a glória da condição estudantil”<sup>229</sup>. Portanto, os estudantes e a educação brasileira como um todo sofreriam do descaso dos

---

<sup>228</sup> Ibidem.

<sup>229</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Descaso e Demagogia*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 159 - 11/04/1968 p.4.

governantes que não dariam as “coisas essenciais”, mas que frente aos problemas provocados pelo seu descaso agem com demagogia privilegiando os estudantes com as “coisas estúpidas e ineficazes”. A ação estudantil seria um exemplo disto, pois a manifestação em frente ao restaurante seria legítima, pois é um dos direitos fundamentais do cidadão, mas a razão do protesto para Corção não era justa, por que buscava um privilégio. Assim os estudantes seriam uma aristocracia comendo à custa do resto do país. Corção complementa afirmando que além destes erros anteriores soma-se a ida da polícia ao local e para piorar incide neste contexto o terceiro fator e o mais preocupante, a ação dos “agentes promotores de desordens e agitações” a serviço do comunismo. O descaso e a demagogia deixaram os estudantes entregues aos agentes da subversão o que ocasionou na morte de um pobre menino. É interessante notar a diferença de significação dado ao ato de se manifestar feito em seu artigo de outubro e de abril. No artigo de abril a manifestação estudantil é vista como um direito fundamental, enquanto em outubro ela se transformou em “agitação” malévola que pretende massificar os homens.

Sobre os acontecimentos de junho, momento ápice das manifestações estudantis brasileiras, a crônica *Precisamos ajudar os estudantes* revela grande parte do posicionamento de Corção sobre a participação dos jovens na política. Nela, o autor tenta instrumentalizar as autoridades civis e eclesiásticas com ferramentas de “aferição e discernimento” para ajudar verdadeiramente os jovens, de modo a evitar graves erros. Para isso, o colunista afirma haver duas categorias de problemas estudantis:

Na primeira categoria estão os problemas que chamamos “específicos”, e que também poderiam ser ditos reais, concretos, particulares; na segunda estão os que chamamos “genéricos”, ou também abstratos. Ora, a experiência já longa nos mostra que em regra geral, quase infalivelmente, os moços acertam nas reivindicações concretas, particulares, que têm feito, e nas queixas que formulam de suas escolas, de seus laboratórios e até de seus professores. Quase sempre essas queixas traduzem vontade de estudar, desejo de possuir recursos condignos para maior aproveitamento do ensino. Ouvi centenas de queixas desses tipo em minha vida de professor e notei que quase sempre, diria até, quase infalivelmente, os moços tinham razão em tais casos. E então nesses casos devemos ajudá-los.

Por outro lado, a mesma longa experiência nos mostra que, em regra geral, e quase infalivelmente estão errados os estudantes que se deixam levar pelas correntes que desejam vê-los unidos para reivindicações mais poderosas. As reclamações ou reivindicações genéricas da UNE, ou dos fantasmas da extinta entidade máxima, são invariavelmente ruins, contrárias aos interesses reais do estudante brasileiro. Lembremos algumas bandeiras da UNE e de seus sucessores: o restaurante Calabouço, a lei de Diretrizes e Bases, o Acordo MEC-USAID o Plano ATCON. Em todas essas eventualidades, os

estudantes que se deixaram levar pelos líderes de reivindicações tomaram posição errada, contrária aos próprios interesses, nociva ao bem comum. Em torno de cada um desses pontos poderíamos discorrer longamente para evidenciar o mal enorme que tem feito ao Brasil e ao mundo a corrente de pensamento e ação que teleguia os moços despreparados.<sup>230</sup>

Aqui Corção demonstra grande parte de seu pensamento acerca da participação do jovem na política. O texto categoriza diferentes formas e tipos de reivindicações estudantis para servir de parâmetro àqueles que podem auxiliar. As demandas acabam sendo divididas em dois tipos, sendo o primeiro, já na sua denominação, carregado de caráter simbólico, pois é chamado de reivindicações reais, concretas e particulares. Estas estão restritas ao caráter particular dos estudantes e referem-se às questões de infra-estrutura de ensino e/ou de condições humanas. Todas as reivindicações colocadas neste espectro são simbolizadas como realizáveis e concretas. Por sua vez, a segunda categoria de demanda é chamada de genérica e abstrata e não estariam vinculadas à particularidade de ser estudante. O colunista exemplifica esta categoria a partir de algumas bandeiras defendidas pela UNE e demais movimentos como a questão do restaurante Calabouço, a lei de Diretrizes e Bases, as críticas ao Acordo MEC-USAID e ao Plano ATCON. Se entendermos essas demandas como uma iniciativa de participação no processo administrativo da educação nacional, a afirmação de Corção não faria sentido, pois estariam dentro do espectro estudantil, porém o que diferencia estas demandas das outras é o caráter político, a tentativa estudantil de interferir na construção e organização da educação nacional. Este caráter político é perceptível principalmente quando Corção afirma que os estudantes erraram por se deixar levar “pelas correntes que desejam vê-los unidos para reivindicações mais poderosas”, ou seja, parte do erro dos estudantes não estaria na demanda em si, mas em parte no fato de aderirem a idéias de união e de luta para conquistas maiores. Esta mesma lógica já foi percebida em uma coluna *A Semana Política*<sup>231</sup>, na qual Azevedo afirma que os estudantes podiam tratar apenas de assuntos relativos à sua alçada, ou seja, nada que fugisse do âmbito escolar.

Outra questão a se ressaltar no discurso do colunista é a contínua significação do estudante como alguém que se “deixa levar”, “se deixaram levar pelos líderes” ou

---

<sup>230</sup> CORÇÃO, Gustavo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 219 - 23.06.1968 p.4. *Precisamos ajudar os estudantes*.

<sup>231</sup> AZEVEDO, Fay de. *A Semana Política*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, n.º. 179 - 05.05.1968 p.7.

que é teleguiado por correntes de pensamento e ação que afligem o mundo. Deste modo, os jovens são caracterizados como seres sem autonomia e facilmente influenciáveis, além disso, esta caracterização evidencia a tese de uma conspiração mundial, ou o posicionamento governamental que atribuía a força das manifestações aos líderes estudantis, e não a massa de estudantes. Sobre este ponto é interessante salientar uma fala de Vladimir Palmeira feita em uma entrevista 40 anos dos fatos de 1968. Nela, Vladimir demonstra acreditar que o movimento estudantil ocorreu mais pela vontade da massa do que por suas lideranças, pois:

Nós procurávamos ajudar, é claro, mas quem decidia era a massa. Quantas vezes, quantos dias, entrávamos nas salas de aula para chamar os estudantes para fazer alguma coisa e ninguém se mexia, ninguém saía do lugar? Convocávamos uma assembléia. Vazia. Mas chegou um dia em que convocamos de novo. Encheu. E a gente não sabia muito bem por quê.<sup>232</sup>

A diferenciação na caracterização dos estudantes pode ser compreendida como uma forma de discurso político. Ao perceber que parte da legitimidade das manifestações perante a opinião pública estava atrelada ao fato de seus agentes serem estudantes, pode-se entender a necessidade governamental de deslegitimar estes agentes. Assim, também se percebe na caracterização feita dos estudantes a lógica do discurso político, pois se produzem duas significações antagônicas, uma do verdadeiro e legítimo estudante que devido a sua vontade de estudar irá tecer apenas críticas pontuais e de infraestrutura. Por outro lado, existem os “moços teleguiados” que ao se deixarem levar por propósitos maiores, demonstram de maneira implícita sua não vontade de estudar. Estes últimos são caracterizados como os participantes e agentes das manifestações, retirando discursivamente a sua legitimidade enquanto estudantes. Esta construção discursiva demonstra a visão de Corção acerca da participação política dos jovens e estudantes, e de iniciativas de união e organização estudantil. Visão esta que não é apenas do colunista, já que verificou-se lógica semelhante nos editoriais do *Correio do Povo*. Nos editoriais<sup>233</sup> os jovens que protestam são descritos como uma minoria irracional, raivosa, desatinada, ingênua e controlada por sujeitos mal intencionados. Nos textos de Corção a descrição é parecida, pois os jovens são apresentados como ressentidos, perversos e teleguiados. Já os estudantes que não

---

<sup>232</sup> ZAPPA, Regina. SOTO, Ernesto. **1968: Eles só queriam mudar o mundo**. 2011. P. 132

<sup>233</sup> CORREIO DO POVO. Porto Alegre: CIA Caldas Júnior, n°. 151, 02.04.1968 pg. 4. *Governo, Rio Grande e Orde*; n°. 150 - 31.03.1968 pg. 4 *ORDEM SEM VIOLÊNCIAS*; n°.153 - 04.04.1968 pg.4. *Severidade para com os desordeiros*.

participam das manifestações políticas são considerados os verdadeiros ou autênticos estudantes, pois se importam apenas com o estudo.

Em julho, a reforma universitária torna-se assunto de Corção seu artigo do dia 16, *Reforma Universitária*, onde ele cita a reunião do Grupo de trabalho pela Reforma Universitária (GTRU), e retoma sua discussão sobre o termo “reforma”. O colunista demonstra dúvida acerca do significado da palavra “reforma”, pois para ele, trata-se de um “esforço para aperfeiçoar” algo já existente “a partir das conquistas reais”<sup>234</sup>. Outro questionamento é em função da existência de estudantes no Grupo de trabalho, para ele há pessoas de alta competência no grupo e não haveria razão para a presença de estudantes. Corção explica seu posicionamento da seguinte forma:

Não entendi bem a necessidade dos dois estudantes no grupo de trabalho. Como velho professor, com experiência em todos os níveis de ensino, não ignoro que o professor, no que concerne aos métodos de comunicação tem muito a observar, indagar e a aprender com o aluno; e nisto acompanho a filosofia dos grandes educadores liberais, Pestalozzi, Froebel, e outros, que gravavam nas paredes se seus institutos este lema essencial: - “Discat magistro a puero”. Aprenda o professor com as crianças, mas aprenda a transmitir, aprenda a ensinar, e não propriamente aprenda a matéria ensinada. E ainda mais: nesse mesmo processo em que o mais alto indaga do menor, jamais se imaginou que se devesse dar ao “puero” uma cátedra de onde, magistralmente, ele ensinasse os professores a ensinar. Em outras palavras: há uma experiência estudantil a colher, a auscultar com interesse profundo, mas essa mesma só se torna proveitosa se for colhida e tratada pelo professor experiente, Torna-se desastrosa a relação entre as duas gerações, a que ensina e a que aprende, quando se admite o princípio de igualdade e até quando se insufla a impertinência juvenil que no mundo presente já não é insignificante.

O estudante é por definição alguém que recebe, alguém que mama. Assim como não pode substituir o professor na hora de ensino, assim também não vejo que serviço possa prestar nessa tarefa ainda mais árdua e mais exigente de maturidade que é a organização universitária.<sup>235</sup>

No excerto, o colunista demonstra sua visão pedagógica e o que para ele é o lugar e função do estudante. De acordo com Corção, o professor aprende com o aluno apenas métodos de comunicação e o resto de sua pedagogia se resume à “Discat magistro a puero”, que literalmente traduzido do latim quer dizer *aprenda a dominar uma criança*. O estudante é entendido como um ser dominado que apenas recebe, absorve e mama. Portanto, Corção considera que existem dois papéis bem definidos e que dividem as gerações, uns ensinam e outros aprendem. Qualquer tentativa ou

---

<sup>234</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Reforma Universitária*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, nº. 238 - 16.07.1968 p.4 .

<sup>235</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Reforma Universitária*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, nº. 238 - 16.07.1968 p.4 .

pensamento de igualdade geraria “a impertinência juvenil que no mundo presente já não é insignificante”. O autor demonstra sua concepção hierárquica de poder entre jovens e adultos, por isso, não haveria necessidade de estudantes na GTRU, já que o papel do jovem é apenas observar e absorver o conhecimento dos adultos. Portanto, para Corção, a razão da revolta estudantil está no princípio de igualdade o qual possibilitou a soberba juvenil. Na continuação do texto, o autor critica o posicionamento de um estudante integrante do GTRU, pelo fato dele ter feito uma declaração no primeiro dia de reunião, onde disse não poder “aceitar a honrosa indicação para o Grupo de Trabalho porque nem ele nem seu colega receberam qualquer ‘delegação dos estudantes para tal, e sem esse tipo de procuração nossa presença não faz sentido’”<sup>236</sup>. Para Corção esta fala representa um “emaranhado e equívocos”, pois estudante não constitui classe, sendo apenas um período de vida, ficando suficiente a indicação do presidente ou do ministro e dispensando qualquer “delegação de classe”. A explicação de Corção para a ação do estudante é a seguinte:

A observação do estudante mostra claramente que seu desejo é mais de influir na política estudantil do que trabalhar no aperfeiçoamento da Universidade. Por isso eles não ousam se desgrudar da massa que tem o poder latente de influir. Ora, tudo isto só vem toldar o ambiente e dificultar o trabalho das pessoas bem intencionadas.<sup>237</sup>

Para Corção os estudantes não podem ser considerados uma classe, mas são uma massa influenciada e controlada por alguns líderes que são mal intencionados, já que querem dificultar os trabalhos para o aperfeiçoamento da universidade. Embora seja complicado afirmar que os estudantes compõem uma classe - quando no máximo é um período da vida - cabe lembrar que os jovens do período compartilhavam de uma ideologia que identificava a educação como um caminho e projeto de ascensão social<sup>238</sup>. Portanto, quando as medidas políticas do governo militar começam a boicotar este projeto, os estudantes adquiriram alguns objetivos em comum, um deles era opor-se às medidas governamentais. O excerto acima também demonstra o posicionamento de Corção acerca da organização estudantil por meio de entidades como a UNE e a UME. Ao saber de uma afirmação feita por membros do GTRU de que o crescimento do movimento estudantil estava diretamente vinculado com a atitude de colocar na ilegalidade entidades representativas como a UNE e a UME, Corção contra-ataca:

---

<sup>236</sup> Ibidem.

<sup>237</sup> Ibidem.

<sup>238</sup> RIDENTI, op. Cit., p.142.

Ora, essa ideia é falsa, e perigosamente falsa. Ninguém poderá provar a necessidade de uma representação centralizada, ou de uma entidade máxima que será uma espécie de quarto poder da República. Ninguém poderá provar, a não ser com argumentos comunistas da linha chinesa ou russa, que o problema universitário terá um progresso com a criação de uma entidade que só virá trazer um elemento de perturbação e de obscurecimento dos problemas. O passado recente diz o que foi e o que fez a UNE, e ensina que os senhores deputados e senadores, cedo ou tarde, entregarão verbas vultuosas nas mãos inexperientes dos meninos mais ou menos teleguiados. A obra prima da UNE foi o Calabouço que, como ninguém ignora, era uma praça de guerra ou de guerrilha disfarçada em restaurante para os estudante pobres.

Além disso, a UNE será infalivelmente um órgão de corrupção dos próprios estudantes.[...] Apelo para o bom senso das pessoas que integram o Grupo de Trabalho, e apelo para o bom senso e para o patriotismo dos jornalistas, e de todos os dirigentes do Brasil. Não se permita a criação de um câncer que já foi operado em hora oportuna. Os estudantes devem ter suas associações locais, e seria admissível que o governo lhes proporcionasse meios para encontros anuais para troca de experiências. O estabelecimento da UNE seria o reconhecimento do princípio invocado pelos adeptos do Poder Jovem que desejam, sob esse pseudônimo, montar uma usina d aproveitamento das paixões imaturas.<sup>239</sup>

Na lógica discursiva de Corção, não é possível argumentar a favor das entidades estudantis como a UNE e UME, pois aquele que o fizer será considerado um comunista chinês ou russo, ou seja, o inimigo a ser derrotado, eliminado, um câncer a ser retirado. A UNE é significada como centro de aprendizado de corrupção e de subversão política para os jovens estudantes, deste modo, ela seria a materialização de dois motivos que teriam gerado o golpe de 1964, a corrupção e o comunismo. Porém Corção demonstra implicitamente nas suas falas que um dos motivadores de seu combate a instituição estudantil é o fato dela tentar interferir politicamente na administração da educação nacional o que para o colunista é inadmissível já que ultrapassa, de acordo com sua concepção, as capacidades do jovens estudantes – pois estes devem apenas “mamar e observar” a experiência dos adultos – e além disso, como afirmado na crônica *Precisamos ajudar os estudantes*, o estudante normalmente estaria errado quando suas reclamações e demandas ultrapassam as simples questões do cotidiano estudantil. Por essas razões a UNE seria um câncer. Ao mesmo tempo, Corção mantém sua caracterização dos estudantes como seres teleguiados que servem de massa de manobra para assuntos que fugiriam de sua alçada, no entanto, ele mesmo segue um lema que valoriza o domínio sobre as crianças, de repente disto derive sua forma de pensar nos jovens como seres vazios, controláveis, manipuláveis e que possam ser domados.

---

<sup>239</sup> CORÇÃO, Gustavo. *Reforma Universitária*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, nº. 238 - 16.07.1968 p.4 .



Mantendo a mesma posição anterior, em uma crônica de outubro Corção afirma: que o maior escândalo do século XX era o abandono e a exploração dos jovens. Abandonados por que não são assistidos nem punidos e em virtude disso acabam sendo explorados por diferentes tipos “perversos”. Neste sentido, o cronista chega a comparar os estudantes das manifestações com estupradores e criminosos:

Não quero dizer de modo algum que os jovens de dezoito ou vinte anos, capazes de estupro e de curras, sejam eles mesmos inocentes e irresponsáveis pelo fato de terem sido seus pais gravemente responsáveis de seus crimes. E aqui se arma um segundo problema de responsabilidade dos adultos: o da impunidade dos jovens que praticam abertamente, escancaradamente, as piores torpezas, e impunidade dos jovens universitários que tumultuam, que anarquizam, e que impedem a vida universitária, com o pretexto de reivindicações revolucionárias que ainda são mais perversas em seus fins do que nos meios já ostentados. Esses moços devem ser punidos, devem ser misericordiosamente castigados, devem ser caridosamente expulsos das universidades, para que sintam a aspereza da conseqüência de seus atos, e para que não prejudiquem os outros que querem estudar. É grave, gravíssima a omissão dos dirigentes que deixam impunes os moços delinqüentes que perturbam a Universidade e ameaçam toda a ordem social. Eu chego a não entender essa timidez, essa paralisia, essa estupefação dos dirigentes diante de um delito bem configurado em qualquer código, somente porque os seus autores são jovens. Digo mal, são jovens classificados, jovens coletivizados e de certa classe, porque quando se trata de um jovem policial morto no mais perfeito cumprimento do dever ninguém se emociona.<sup>240</sup>

A punição é, portanto, significada como um dever e mostra de dedicação aos jovens. Castigar é valorizá-los. Qualquer ação fora da conduta devida deve ser punida. Assim, Corção vai se posicionar frente às manifestações estudantis passado os principais acontecimentos do ano, porém, partindo destas conclusões e de sua lógica dicotômica religiosa Corção produz uma última significação e reflexão sobre os manifestantes de 1968. Esta vai ser percebida no final do ano, quando o autor tenta explicar o conceito de subversivo. Na crônica de dez de novembro, Corção afirma:

para haver subversão é preciso que se observe o intento, que de algum modo se manifeste o desejo de estabelecer um novo regime, um novo estilo de vida fundado numa nova “ordem”, numa sistemática e entusiástica desobediência. É subversivo, em suma, quem quer virar de pernas para o ar a lei natural. Não basta a infração, não basta o crime: para haver subversão é preciso o sistema e o alcance social de tal revolução. E todos os atos que convergem para esse resultado será intrinsecamente mau e de conseqüências muito mais funestas do que o crime isolado.

Um exemplo moderno de subversão é o “juvenilismo” ou exaltação da juventude em termos de antagonismo de gerações. Esse abstruso e repugnante fenômeno, que está aí diante de nossos olhos e de nossos narizes,

---

<sup>240</sup> CORÇÃO, Gustavo. *O maior escândalo deste século*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, nº. 03 - 03.10.1968 p.4.

atira alunos contra professores, pais contra filhos. Subverte o IV Mandamento de Deus.

[...]

numa sociedade um pouco menos aberrante, num mundo um pouco menos corroído deveria existir nos códigos Penais uma configuração clara e eficaz para tão abominável crime, e seus fatores deveriam ser conduzidos a uma clausura que viria corrigir o desaparecimento das religiosas. Ou então deveriam, com plena justiça, beber algumas gotas da cicuta que tão injustamente Sócrates teve de beber.<sup>241</sup>

Ao usar o termo “lei natural”, Corção está se referindo a sua concepção religiosa, que teme ser destruída pelos “juvenilistas” subversivos. Como a religião católica é encarada como base da ordem social e civilizatória, e seguindo seus preceitos dicotômicos, Corção produz sua conclusão final acerca dos subversivos, a clausura ou a cicuta. Em sua concepção discursiva os jovens participantes das manifestações, que tentam agir coletivamente e influir politicamente na situação nacional são o mal, por ingenuidade ou por intenção, pois querem destruir os parâmetros de hierarquia, autoridade e de conduta. A ação destes jovens tenta subverter a ordem social e suas bases, ou seja, a própria religião católica. Por isso mereceriam a discriminação, a punição e ou execução.

Os artigos de Corção se destacam pela relação produzida entre religiosidade e política. Em suas crônicas é possível perceber sua preocupação com o papel dos clérigos e da Igreja Católica no contexto de 1968, deste modo, a lógica do discurso político radical se expressa em seus textos construindo sujeitos antagônicos. Portanto, figuras religiosas que de algum modo demonstram apoio às manifestações e aos estudantes são caracterizados como clérigos exibicionistas e maus padres, que procuram destruir as catedrais e a Igreja. A mesma lógica política se expressa em relação aos estudantes que são classificados como bons meninos ou agitadores. Aqueles jovens que não participam das manifestações são considerados bons meninos e verdadeiros estudantes, mas àqueles que se manifestam são significados como mal formados, deformados, ressentidos com as autoridades, falsos estudantes, “luterinhos”. Embora haja esta diferenciação entre os estudantes, os jovens no geral são caracterizados de mesmo modo: não tem capacidade de participação política, são “massa de manobra”, seres que

---

<sup>241</sup> CORÇÃO, Gustavo. *O que quer dizer “subversivo”*. **Correio do Povo**, Porto Alegre, nº. 36 - 10.11.1968 p.4.

por natureza apenas devem absorver e “mamar” a sabedoria dos mais antigos. Assim a participação dos jovens na política é para Corção algo que se opõe às leis naturais e subverte o mandamento de Deus, já que, sua concepção hierárquica de poder entre jovens e adultos está baseada em sua crença religiosa. Para o autor os jovens aprendem e os adultos ensinam. Por esta razão, Corção conclui que o jovem manifestante age contra os preceitos religiosos – que ordenam a sociedade - e contra a própria Igreja e, portanto, mereceria a discriminação, a punição e até a eliminação.

A comparação entre os discursos produzidos nos editoriais do *Correio do Povo* e os artigos de opinião de Gustavo Corção possibilita-nos identificar algumas semelhanças e diferenciações. É possível afirmar que a principal diferença entre os discursos produzidos está no enfoque dos textos, enquanto Corção dedica-se a pensar o papel dos religiosos nos eventos, os editoriais têm como enfoque principal a defesa do governo e de suas ações. Nos textos de Corção até aparecem elogios às ações governamentais (como os acordos MEC-USaid), ou a defesa da autoridade do governo. No entanto, a quantidade de textos que têm por enfoque principal a religião é muito maior, na ordem de 12 para cada 4 sobre o governo. Já os editoriais apresentam uma quantidade reduzida de textos tratando da participação dos religiosos nos eventos, enquanto que a maior parte dos textos se referem ao governo e suas ações vinculadas a educação, numa proporção de 25 para 1 de religião<sup>242</sup>. A principal semelhança entre os textos está na caracterização dos estudantes manifestantes. É nesta que se expressa com maior intensidade os discursos com uma lógica política radical. Assim, estudantes são caracterizados de modo semelhante nos textos, tendo por base sempre uma lógica antagônica na construção dos sujeitos. Para Corção, o jovem ao participar de movimentos coletivos subverte a ordem natural e o mandamento de Deus e deve ser discriminado, punido e até executado, e nos editoriais os jovens manifestantes são mal intencionados e controlados para serem um instrumento de desordem, e para manter a ordem o governo deve resolver este problema, “custe o que custar”. O acontecimento das manifestações também são significadas de modo semelhante nos editoriais e nas crônicas de Corção. Ao refletir sobre este ponto, chama atenção o fato de que quando ocorre a morte do estudante Édson Luís, ambos os textos assumem um tom ameno em relação às manifestações. Naquele momento foram consideradas como um direito,

---

<sup>242</sup> Apêndice B.

porém no decorrer do ano esta significação se transforma. Nos editoriais as manifestações passam a serem chamadas de desordem e significadas como um crime contra o país, enquanto que nos artigos de Corção elas se transformam em agitações “malévolas” com o objetivo de massificar os homens.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a questão central e os objetivos desta pesquisa, este trabalho procurou estudar as formas como um jornal conservador – de caráter regional e dentro do contexto de regime militar – significou os jovens e os estudantes envolvidos nas manifestações de 1968, b meio da projeção de determinados ideais de juventude, como os artigos de opinião e editoriais se posicionaram acerca da participação política dos jovens? Para o desenvolvimento do trabalho, optou-se por analisar um jornalista, um colunista nacional e os editoriais, e um como amostra da totalidade de discursos publicados pelo jornal *Correio do Povo*. Esta escolha foi feita a partir de uma seleção a qual tinha por critérios a recorrência do assunto das manifestações estudantis nacionais e internacionais. A análise possibilitou identificar paralelos, assim como diferenças temáticas no que tange o foco dos textos e as preocupações dos autores.

O discurso jornalístico do *Correio do Povo* tinha por característica a lógica técnico-científica predominante da época. As caracterizações do governo são partem desta lógica, quando se percebe uma oposição feita entre governo militar e os governos anteriores a 1964. Os militares são significados como estadistas sérios, realizadores, racionalizadores e ordenadores, enquanto que os governos anteriores são corruptos, irracionais e demagógicos. Esta lógica de oposição é característico de um discurso político, porém, os símbolos utilizados para caracterização seguem o discurso técnico-científico, pois o que diferencia os militares dos governos anteriores, não é serem melhores políticos, mas não serem políticos. O governo militar vai ser caracterizado como apolítico, suas ações não seguiriam nenhuma lógica partidária, mas sim seriam tecnicamente racionalizadas de modo, a atender na medida possível os verdadeiros interesses da nação. Desta forma, é possível perceber algumas cobranças do jornal em relação ao governo, tanto em seus editoriais e artigos de opinião, mas na maior parte dos textos o espaço serve como propaganda, defesa e como porta-voz do governo.

Os editoriais e os textos de Gustavo Corção ao abordarem o tema das manifestações demonstram um discurso ambíguo, pois reforçam primeiramente a ideia de que os estudantes têm o direito de reivindicar e reclamar, mas adotam uma postura contrária às manifestações, as quais são significadas como agitação, desordem, motim etc. Ao abordarem o tema da violência das manifestações, é unânime o posicionamento

de que a culpa é dos estudantes manifestantes. Praticamente nenhum dos segmentos do jornal aborda diretamente a violência da polícia, esta se aparece é de modo rápido ou com tom eufêmico. A violência policial vai ser indiretamente fortalecida e legitimada ao longo do ano e com aumento das manifestações, pois “custe o que custar” a ordem devia ser mantida. Além disso, nos editoriais vai aparecer a noção de violência para defesa contra atos violentos, perpetrados pelos “agitadores”. Ao comparar o jornalista e o cronista analisados, é possível perceber que em Corção a violência policial vai ser legitimada pela concepção religiosa de bem e mal, no qual os falsos estudantes devem ser punidos e castigados, enquanto Azevedo se importa em criticar os políticos que fazem críticas às violências policiais.

Os estudantes também são caracterizados nesta lógica antagônica, onde exaltam-se os bons e autênticos estudantes em detrimento dos falsos, perversos e agitadores. Foi comum em todos os segmentos analisados a concepção de que os estudantes podem fazer suas críticas e reclamações, mas este espaço é limitado ao pequeno contexto estudantil. Quanto às demandas maiores, de cunho político eles não podem opinar, pois são inexperientes, inocentes e ingênuos. Portanto a participação política do jovem estudante é limitada ao que os adultos definem, ou, ao que os escritores do jornal acham que eles podem participar. A noção de diálogo vai estar relacionada com esta concepção. Embora, os editoriais e Azevedo critiquem os estudantes por quererem um monólogo ao invés do diálogo, eles pretendem definir o assunto que é possível aos estudantes tratar. Há uma relação de poder, na qual os jovens devem entender que os adultos são mais experientes e sábios e, portanto, ocupariam uma posição hierarquicamente inferior. Concepção parecida com a de Corção que define os estudantes como seres que recebem, observam e mamam, os quais, os professores devem aprender a dominar.

O discurso político, ao seguir uma lógica antagônica, está intrinsecamente relacionado às concepções religiosas dos diferentes autores e dos editorialistas do jornal. É perceptível nos editoriais e nos textos de Azevedo e Corção que a religião católica é considerada o cerne da civilização, de onde emergem as bases da ordem social, de justiça, de moral e do progresso tecnológico e científico. As manifestações estudantis vão ser caracterizadas como massa de manobra, coletividades violentas e sem religiosidade que se deixaram influenciar por idéias estranhas, e por esta razão, são a materialização dos males morais e sociais que o mundo inteiro estava enfrentando.

Portanto, a partir desta lógica de bem e mal, os jovens envolvidos em política e em manifestações são vistos como um problema a ser combatido, e para isso seria necessário discriminar, punir, castigar e até eliminar. “Custe o que custar” a civilização e os seus moldes deviam ser protegidos do “juvenilismo” maléfico e massificador do homem. Corção vai ser o principal enunciador desta lógica, mas ela é perceptível em Azevedo e nos editoriais. Portanto, a participação do jovem na política é restrita, só pode existir dentro dos cerceamentos impostos pelos mais sábios, aqueles que negam tal controle são classificados como a razão dos males e das perversidades, comparados a estupradores, a alimentadores de prostíbulos e a destruidores dos parâmetros sociais do jornal e de seus autores. O divergir é uma espécie de pecado. No entanto, este é um discurso político, que tem por base as concepções religiosas de seus enunciadores, e não um discurso religioso propriamente dito. Isto é perceptível quando, os autores constroem seus discursos em oposição a personalidades católicas que demonstravam apoio aos estudantes, ou qualquer posicionamento de crítica ou cobrança do governo. Estas personalidades recebiam o mesmo tratamento destinado aos manifestantes, o de ojeriza e perseguição. Esta preocupação e ataque às figuras eclesiais têm grande destaque nos textos de Corção, enquanto nos editoriais e na *Semana Política* o tema tem importância menor se comparado com assuntos relacionados ao governo. No entanto este tema e a crítica a determinadas ações de padres, bispos e arcebispos também aparecem nos editoriais e nas crônicas de Azevedo. Ao mesmo tempo, as ações eclesiais que demonstrem apoio às ações governamentais recebem destaque fortalecendo a figura do governo como estandarte da ordem social e protetor da religiosidade nacional.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Bruna Neves. **O visível e o invisível no movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

ÁVILA, Graciene de. **1968: ideologia e contestação através das tiras da Mafalda**. Trabalho de conclusão de curso. Orientador Prof. Dr. Enrique Serra Padrós. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo***. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas para seu uso para a pesquisa histórica**. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, v. 13. Porto Alegre, 1995, pp. 19-29.

\_\_\_\_\_. **Uma aventura com o Última Hora: o Jornal e a pesquisa histórica**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GALVANI, Walter. **Um século de Poder. Os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JALLES de PAULA, Christiane. **Gustavo Corção: apóstolo da linha-dura**. Revista Brasileira de História. vol.32 nº. 63 São Paulo, 2012.



JARDIM PINTO, Céli Regina. **Elementos para uma análise do discurso político.**2005

\_\_\_\_\_. **Com a Palavra o Senhor Presidente José Sarney.** São Paulo: Hucitec, 1989.

Jornal Correio do Povo, durante os anos de 1968 e 1969 (disponível no acervo do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa).

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Breno Caldas: meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar 1964-1968.** Campinas: Papirus, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Rebelião Estudantil:1968 – México, França e Brasil.** *Campinas, SP – Mercado das Letras,* 1996.

MENDES Jr. Antonio. **Movimento estudantil no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. **1968: contestação e utopia.** In: HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968 Contestação e Utopia.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINTO, Magda Oliveira. **A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68).** Dissertação de Mestrado sob orientação do Prof. Dr. Hélgio Henrique Casses Trindade. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PONGE, Robert. ZEMOR, Fernando. **Da Primavera de Praga às barricadas de Paris.** In: HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968 Contestação e Utopia.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **O contexto de 1968.** In: HOLZMANN, Lorena. PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968 Contestação e Utopia.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Unesp, 1993.

\_\_\_\_\_ **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Unesp, 2005.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência - Movimento Estudantil e ditadura militar no Brasil.** 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ZAPPA, Regina. SOTO, Ernesto. **1968: Eles só queriam mudar o mundo.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

## 7. APÊNDICES

### APÊNDICE A - Tabela *Quem Fala? X O que se fala?:*

	<i>Editoriais</i>	<i>Gustavo Corção</i>	<i>Fay de Azevedo</i>
	<b>Significados produzidos:</b>		
Governo Militar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Racional, honesto, guardião da ordem e decente. Caracterizado em oposição aos governos anteriores que seriam o oposto (demagógicos, corruptos, subversivos, irracionais e representantes das mazelas nacionais);</li> <li>- Possível vítima de uma trama diabólica, no caso da morte do estudante Édson Luís;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elogios ao governo e as suas ações (ex.: acordos MEC-USAID);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sério, realizador, “um governo com senso de ordem”.</li> <li>- Oposição entre movimento estudantil, “os exaltados”, e governo;</li> </ul>
Jovens e manifestantes Brasileiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exploradores do cadáver de Édson Luís.</li> <li>- Suspeitos, pois não fizeram nada em relação ao atentado à bomba ao Estado de São Paulo;</li> <li>- Permanente crítica à UNE;</li> <li>- Diferenciação entre estudantes e manifestantes, os primeiros são a maioria que está estudando, os manifestantes são uma minoria que não quer estudar, e estão infiltrados entre os jovens.</li> <li>- O jovem que protesta é significado como uma minoria irracional, raivosa, desatinada, ingênuo, controlada e instrumento de desordem de mal intencionados;</li> <li>- Culpados pelo aumento do custo de vida;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Permanente crítica à UNE e UME;</li> <li>- Pessoas mal formadas, mal orientadas, sem capacidade de participação política, deformadas, massa de manobra;</li> <li>- Os estudantes são privilegiados, uma aristocracia comendo à custa do resto do país;</li> <li>- Os jovens têm um desdém com o passado e às figuras de autoridade;</li> <li>- ressentidos e perversos que devem ser punidos e castigados. Além disso, para os perversos, Corção cogita a eliminação;</li> <li>- luterinhos, revoltados contra a Igreja;</li> <li>- Visão Antagônica opondo bons meninos à agitadores, autênticos estudantes aos falsos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inspiradores ou conduzidos, devem ser punidos e freados;</li> <li>- Suspeitos, pois não fizeram nada em relação ao atentado à bomba;</li> <li>- juventude brasileira não é agente, pois sofre a ação de outrem ao ser aliciada, e por esta razão é ingênuo, irracional, violenta e bestializada;</li> <li>- Criminosos, demagógicos, baderneiros, truculentos, irracionais, aproveitadores de mortos;</li> <li>- massa de manobra de grupos extremistas;</li> </ul>
Estudantes Internacionais		<ul style="list-style-type: none"> <li>- o desdém com o passado e às figuras de autoridade;</li> <li>- ressentidos com a figura de autoridade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- jovens da Europa Oriental são agentes de sua realidade, pois inconformados, resistem e</li> </ul>

			se rebelam contra regimes autoritários;
Manifestações Brasileiras	São consideradas desordens, crime contra o país.	-No início do ano eram tratadas como um direito, mas depois tornaram-se agitações “malévolas” com objetivo de massificar os homens; - Consideradas retrocesso, pois negam ou fogem da concepção de religiosidade de Corção, solidão e individualidade x comunitarismo e coletividade; - crise de autoridade, da massificação do homem	- As manifestações estudantis no Brasil são como os “ <i>putschs</i> bem sucedidos” que teriam ocorrido na Europa Oriental. É construído um discurso político de oposição às manifestações estudantis utilizando-se de toda uma discursividade religiosa comum à sociedade brasileira. Para isso ele utiliza o conceito da violência, que seria característica dos animais, o que se opõe aos valores religiosos da sociedade.
Manifestações internacionais	- França e Uruguai: danos, depredações e custos financeiros, alerta para os brasileiros;		-Primeiramente as manifestações são distúrbios (Polônia, Tcheco - Eslováquia) para se tornarem arruaças e desordens quando são somadas aos acontecimentos italianos e brasileiros (“agitação pré-ordenada”); - movimentos sociais do leste europeu são significados como resultantes de uma insatisfação com o regime soviético, mas os movimentos desenvolvidos em diversos países capitalistas são significados como “explosões de violência” que tentam instaurar um regime comunista;
Clérigos		- Ataques a figuras religiosas que se pronunciaram em apoio aos estudantes; - Clérigos exibicionistas -Divisão discursiva antagônica em bons e maus padres; - Progressistas católicos, burrice universal, reformismo bocó desejam destruir as catedrais e a Igreja;	- Ataques a figuras religiosas que se pronunciaram em apoio aos estudantes. - Preocupação com a “Catolicidade” (papel que determinados indivíduos cumprem socialmente como representantes da Igreja ou da fé católica);

## APÊNDICE B – Tabela de Publicações

	Publicados no ano	Textos analisados	Textos analisados com enfoque governamental	Textos analisados com enfoque religioso
<b>Editoriais</b>	313	26	25	1
<b>A Semana política</b>	52	10	7	3
<b>Artigos de Gustavo Corção</b>	98	16	4	12

## 8. Anexos

### Anexo A – Coluna A semana Política

CORREIO DO POVO

## A SEMANA POLÍTICA

Crônica que começa respigando outra, de Brasília, em torno da atitude da congregação política em face das agitações estudantis — E a propósito do temido "choque das gerações" — Exegese difícil: a da "idéias próprias" das novas gerações — Nos Estados Unidos: além dos "hippies" e da guerra no Vietname, ainda o assassinio do apóstolo negro da não-violência e do terrível problema da integração racial, agora desfechando em guerrilha urbana — Racismo negro inconseqüente — E, no Brasil, civilistas desmemoriados... — Inspiração divina

FAY DE AZEVEDO

A crônica começa pelo trecho principal de "Capital Federal", da "Folha da Tarde" (local) de sábado, 6, alusivo, ainda, aos distúrbios estudantis da semana que então findava, a propósito dos quais, malgrado a inquietação e as apreensões a que deram lugar, e os prejuízos materiais que causaram ao País — de aproximadamente 200 milhões de cruzeiros novos (ou 200 bilhões de cruzeiros velhos) — o cronista Abdias Silva registrou que em Brasília, "foi indistintível durante toda a semana de crise um sentimento de simpatia e tolerância para com os estudantes por parte da congregação política". E exemplificou: "Este espírito de compreensão para com os jovens era advogado inclusive pelo líder do Governo no Senado, sr. Filinto Müller, que substitui neste período o senador Daniel Krieger, que se encontra no Rio Grande do Sul. Filinto entende que, se os mais velhos não quiserem compreender os jovens e com eles colaborar, "teremos o choque das gerações retardando a evolução e precipitando talvez a revolução desejada pelos radicais". Ele fez, todavia, uma ressalva: a de que no meio de tudo isto poderão ser identificados alguns agitadores profissionais e políticos demagogos.

Quanto aos estudantes "temo a impressão de que agora se acalmarão, prestadas as tímidas homenagens ao jovem Edson, assassinado no Calabouço". E numa análise mais profunda da situação, diz que "o que ocorre no Brasil e em todo o mundo é uma mudança de ciclo da História, na qualificação de Spengler. Defrontam-se, neste momento em que a humanidade se debate angustiada procurando solucionar problemas gravíssimos, problemas como a fome, a pobreza, o desequilíbrio social e o anseio de paz, duas gerações de mentalidades completamente diferentes. De um lado, os mais velhos com as soluções "clássicas" e de outro os jovens, com idéias próprias e que não aceitam tutelas".

Acha o senador Filinto Müller que "nesta hora é preciso que compreendamos os jovens

bouço: "Eu legitimo a violência. Acredito, porém, que ela não seja eficaz. Acredito na violência das palavras e da pressão. Mas "não acredito que o Brasil esteja em condições de fazer a guerrilha", porque a guerrilha precisa do campo, que, neste momento, é totalmente despolitizado".

A inversão, explique-se, é esta: enquanto o grande poeta português de "A Velhice do Padre Eterno" levou a vida inteira investindo contra a Igreja Católica, na velhice (na sua própria) acabou reconciliando-se com Deus, ao passo que Tristão de Athayde, um militante fervoroso da fé cristã, embora não se declare um perjuro, passou a falar a linguagem dos marxistas, materialistas e ateus.

Já nos Estados Unidos o problema não é só com os hippies e com a guerra no Vietname. E' também, e gravissimamente, com os negros. A agitação e os motins, a que já nos referíamos na "Semana" de domingo passado, prosseguiram no decorrer da semana seguinte: da que corresponde à crônica de hoje. Com um passivo de dezenas de mortos, milhares de feridos e presos, e avultados prejuízos materiais, resultantes de incêndios e saques. Uma cruenta luta racial, uma autêntica rebelião de negros.

Dizemos de e não dos negros, porque, se é certo que todos eles propugnam pela integração e por melhores condições de vida, nem todos — talvez a maioria até — seguem a linha da violência (do "Poder Negro" e de outros grupos). Há os que acompanham a linha de não-violência, do apóstolo Luther King, abatido pelo fuzil de um fanático racista (ou, quem sabe, um agente de extremistas, para preparar um clima de subversão).

Os funerais de Luther King, em Atlanta, foram uma impressionante demonstração de repulsa ao racismo. De negros e brancos. Mas, lamentavelmente, ainda precedidos ou acompanhados de uma

que batalham pela integração. E se encontram no próprio Sul. Como teve oportunidade de verificar este jornalista brasileiro. Na Califórnia, na Louisiana e na Flórida. Os negros que depredam, incendiam e matam são tão furiosamente racistas como os facinoras da Ku-Klux-Klan. E não resolverão a parada pela força. Nem eles nem os brancos. O problema tem de ser resolvido pelo coração e pela inteligência, ajustando o princípio natural e universal da dignidade da pessoa humana ao interesse nacional dos Estados Unidos.

—:oOo:—

Voltando ao Brasil, tivemos a proscrição da natimorta "Frente Ampla", posta fora da lei, por portaria ministerial. Um erro cronológico. Tudo quanto se opõe à ordem revolucionária (este é o espírito da Constituição de 24 de janeiro de 1967) não deve ser permitido "in limine", e não "a posteriori". Assim como não tem necessidade o Governo de revidar atos Institucionais, ou editar outros, para manter a ordem constitucional. A Constituição lhe dá poderes e meios para tanto.

Aconteça o que acontecer, a direção só deve ser uma, desde o momento em que se reconstitucionalizou o País: no rumo da legalidade e da democratização.

—:oOo:—

Manchete da semana alusiva às atividades da Câmara e do Senado: "Deputado faz apelo às Forças Armadas para que se retirem urgentemente da política". O erro está no adverbio. Em vez de **urgentemente**, diga-se **estrategicamente**. A retirada está claro que tem de ser feita. Mas, de todo, só no momento azado.

Não se esqueça que foi pela ineptia e pela corrupção da classe política, e pela desmoralização do poder civil, clamorosamente, que os militares tiveram de aparecer em cena no dia 31 de março de 1964.

**A MAIOR**

Já se encont da maior po através o de Rosário BR-290 Com vãos de 40 r

**CÉLI PARA**

Tão logo se bairhos do I cional de Adm mado para o do corrente, t a reunião do cipal, cujo pr realizado na t ra. Naquela r de secretarias feitura fiseram relatórios de ainda, a man